

18/07/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Financiamento privado para universidades](#)

[Entidades temem por autonomia](#)

[Ministro da Educação: PMs são heróis e manifestantes, meliantes](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

TIROTEIO

[MEC quer custear universidade com fundo na Bolsa e Lei Rouanet](#)

[MEC elaborou plano para universidades sem consultar reitores, diz associação](#)

[Plano para universidades vai esbarrar em órgãos de controle, diz especialista](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

Impeditivo

[MEC quer usar até Lei Rouanet em fundo de federais](#)

[Plano 'não resolve problema a curto prazo', alerta especialista](#)

['Professor universitário pode ficar rico', afirma secretário](#)

O GLOBO - RJ

[Em busca de financiamento](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[MEC quer mais verba privada em federais, mas plano cria dúvidas](#)

[Mensalidade poderia gerar R\\$ 10 bi ao ano](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Após corte de energia, aulas são retomadas na UFMT](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[FINANCIAMENTO EM QUESTÃO](#)

MEIO NORTE - PI

[MEC incentiva verba privada nas federais](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Parcerias de universidades com iniciativa privada crescem, mas ainda são pouco comuns](#)

[Corte de energia na UFMT surpreendeu reitora, que nega intermédio do MEC na religação](#)

G1

[Pós-graduação da EEP é referência regional para investimento na própria carreira](#)

[Reitores dizem não serem contra novas fontes de recursos, mas consideram proposta do MEC para novo modelo pouco detalhada](#)

[MEC para novo modelo pouco detalhada](#)

GRUPO ORZIL

[Projeto cria banco de dados nacional sobre produção científica](#)

METRÓPOLES

[Ao agir contra vagas para trans, MEC feriu Constituição](#)

PORTAL EXAME

[Onda que vai, onda que vem](#)

PORTAL ISTOÉ

[Reitores avaliam programa anunciado pelo MEC é vago e pedem mais informações](#)

REPLICARIO

[Projeto que proíbe cancelamento de bolsas de pesquisa avança na Câmara](#)

TERRA

CLIPPING



[Universidades federais devem captar recursos privados? Especialistas respondem](#)
[Quais são as mudanças previstas pelo MEC no financiamento das universidades?](#)
[Entenda o Future-se](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Reitores avaliam programa anunciado pelo MEC é vago e pedem mais informações](#)
[Para especialistas, plano do MEC não resolve crise e ampliará desigualdades](#)

Agências de notícias e sites

JORNAL DA CIÊNCIA

[Seminário discute inovação pedagógica na educação online](#)

[Pesquisa avança na busca de novas terapias para malária](#)

[“Se não vencermos o presente, não vamos ter futuro”, afirma Sérgio Machado Rezende](#)

[“As grandes nações investem em ciência e tecnologia, não por serem ricas, mas são ricas porque investem em ciência e tecnologia”, afirma Roberto Amaral](#)

METRÓPOLES

[Projeto que proíbe cancelamento de bolsas de pesquisa avança na Câmara](#)

PORTAL VEJA

[MEC inclui até Lei Rouanet em plano de captar R\\$ 102 bi para universidades](#)

UFPEL

[Educação Empreendedora - A UFPEL mudando realidades](#)

[UFPEL é selecionada em edital para fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Weintraub diz que "mais de 20 instituições" vão aderir à proposta do MEC](#)

[Sem desbloquear verba, adesão a plano do MEC é prematura, dizem reitores](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Metas do Plano Nacional de Educação para o ensino infantil ainda não foram atingidas](#)

CORREIO POPULAR – SP

[MEC quer incentivar federais a buscar fontes de recursos no setor privado](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[MEC intervém e suspende vestibular para trans](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Com 88,1 mil inscritos, MT tem queda de 9% de candidatos no Enem](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[MEC anuncia suspensão de vestibular para trans](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Educação também importa](#)

O POVO - CE

[Unilab anula seleção para pessoas trans e intersexuais](#)

Agências de notícias e sites

O IMPARCIAL - MA

[Capes abre processo seletivo para doutorado em Agricultura nos EUA](#)

SÃO CARLOS AGORA

[USP São Carlos receberá Escola Brasileira de Probabilidade](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Energia elétrica foi restabelecida em toda a UFMT, diz MEC](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Após corte de luz em universidade, MEC anuncia processo contra má gestão](#)

[Bolsonaro anuncia suspensão de vestibular para trans em universidade federal](#)

[Plano do MEC para universidades prevê fundo para venda de imóveis ociosos](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Plano do MEC prevê captação de recursos para universidades com parcerias privadas e até Lei Rouanet](#)

[Plano do MEC para universidades federais passará por consulta pública](#)

[Depressão e dificuldades fazem professor com mestrado morar nas ruas do Rio](#)

CORREIO LAGEANO

[Estudo sobre risco de agrotóxicos ganha o mundo](#)

CORREIO WEB

[MEC quer usar organizações sociais para captar recursos para universidades](#)

G1

[MEC pretende criar projeto de lei para facilitar a captação e a gestão de recursos pelas universidades federais](#)

[Universidade com campi na BA e no CE cancela vestibular para transgêneros e intersexuais após pedido do MEC](#)

[Vestibular anulado da Unilab para pessoas trans vai de encontro à Lei de Cotas, diz universidade](#)

[MEC lança nesta quarta consulta pública sobre proposta de flexibilizar captação e gestão de recursos nas universidades](#)

[MEC lança Future-se, programa para aumentar verba privada no orçamento das federais](#)

METRÓPOLES

[MEC quer que universidades apliquem na Bolsa e criem OS para levantar recursos](#)

[MEC quer incentivar federais a buscar recursos no setor privado](#)

O DIA - RJ

[Educação sem limites](#)

PORTAL EXAME

[Universidade tem energia cortada por falta de pagamento](#)

R7

[MEC lança fundo para investimento privado em universidades federais](#)

TERRA

[MEC irá à Justiça contra má gestão em universidade; reitora sumiu, diz ministro](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Energia elétrica foi restabelecida em toda UFMT, diz MEC](#)

[MEC quer incentivar federais a buscar fontes de recursos no setor privado](#)

[MEC lança plano e diz que não falta dinheiro, mas gestão para universidades](#)

[Presidente da UNE faz protesto em evento do MEC: "Cadê o dinheiro?"](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Financiamento privado para universidades

Anunciado ontem pelo Ministério da Educação, nova modalidade de captação de recursos pelas universidades federais é de adesão voluntária e ainda terá audiência pública pela internet e crivo do Congresso Nacional

SOCIEDADE

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem o programa Future-se, com o objetivo de modificar a forma de financiamento do ensino superior público federal, ao aumentar a participação do setor privado no orçamento das universidades, por meio de fomento à captação de recursos próprios. A adesão ao programa será voluntária e as universidades que não aderirem vão continuar a receber recursos federais.

Ainda será feita uma consulta pública nos próximos 30 dias, pela internet, e o Ministério da Educação ainda estuda os pontos que terão de ser aprovados pelo Congresso Nacional, antes do programa entrar em vigor. De acordo com o MEC, o programa prevê aportes de R\$ 102 bilhões, sendo metade advinda de patrimônio da União, além de incentivos fiscais e recursos de cultura. O MEC diz ter recebido R\$ 50 bilhões em lotes, imóveis e edifícios da União. Esse patrimônio será convertido em um fundo, e os lotes, cedidos à iniciativa privada.

As universidades já fazem captação de recursos privados. Com a Lei do Teto de Gastos, porém, elas não podem fazer uso integral dos recursos que arrecadam por conta própria, portanto, o excedente de arrecadação é utilizado para abater a dívida pública. Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a intenção é alterar a legislação que trata da arrecadação própria dos recursos. Entre as leis que precisam de modificação, estão a de fundos constitucionais e as de incentivos fiscais. A entrega da proposta de alteração normativa está prevista para o dia 28 de agosto. Ele afirmou que alunos não terão de pagar mensalidade nas universidades públicas, nem em pós-graduação.

O programa divide-se nos eixos de gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação e internacionalização. A adesão das universidades será voluntária, mas, segundo o ministro, o programa não será adaptado para as especificidades de cada universidade. “Elas terão que se encaixar nos moldes”, disse.

As universidades poderão celebrar contratos de gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da universidade e da União. As reitorias também poderão fazer parcerias público-privada (PPP's), comodato ou cessão dos prédios e lotes; criar fundos patrimoniais com doações de empresas ou ex-alunos, para financiar pesquisas ou investimentos de longo prazo; ceder o direito de uso do nome dos campi e edifícios, assim como acontece nos estádios de futebol que levam nomes de bancos ou seguradoras; criar ações de cultura que possam se inscrever em editais da Lei Rouanet ou outros de fomento.

Salário extra

O Future-se também prevê um salário extra aos docentes das universidades. Serão criados indicadores de produção científica, como publicação de pesquisas em revistas internacionais de alto impacto, para remunerar os professores. Além disso, eles poderão receber dinheiro por patentes e pela participação em startups e em parcerias com a iniciativa privada. “Teremos professores ricos no Brasil. Isso é muito positivo”, disse o ministro durante a apresentação.

Durante a coletiva de imprensa de divulgação do programa, o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão, interrompeu o discurso do ministro Weintraub e questionou sobre as verbas contingenciadas das universidades e afirmou que a prioridade é resolver o problema de financiamento de pesquisa dos alunos.

O professor Paulo César Marques da Silva, chefe de gabinete da reitora da Universidade de Brasília (UnB), disse que a proposta vai passar por análise e que a universidade aguarda mais esclarecimentos. Também o professor de políticas educacionais da Universidade Federal do ABC, Fernando Cássio, reclamou da falta de detalhes. “Não pode ser apresentado assim. Precisa de detalhamento. Eles ainda vão desenhar as políticas do programa. Por enquanto, são palavras ao vento”, disse.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Entidades temem por autonomia SOCIEDADE

Entidades de ensino manifestaram preocupação com relação à autonomia das universidades federais e com a falta de detalhes sobre o Future-se. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes) reclama mais informações sobre a forma de atuação das organizações sociais na captação e gestão de recursos das universidades federais.

O presidente da Andifes, reitor Reinaldo Centoducatte, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), ressaltou que os reitores não foram convidados para participar da elaboração prévia da proposta e afirmou que será constituído um grupo de estudo para debater o programa. Para ele, a prioridade do governo deveria ser indicar solução para os problemas gerados pelo contingenciamento de verbas das universidades federais, anunciado recentemente. Segundo o reitor, várias faculdades terão dificuldade para dar prosseguimento ao ano letivo a partir de agosto.

João Carlos Salles, também da UFES, afirmou que há um conjunto de intenções importantes no aspecto de novas captações, mas apontou várias dúvidas. “Ninguém seria contra captar novos recursos. Mas como e quando isso se constituirá em legislação e quais serão os requisitos para a adesão? O financiamento será através do mérito e qualidade do projeto? Como as universidades participarão da repartição desse recurso? Ou é um fundo que o governo institui e servirá para todas, independente de aportar recursos?”. De acordo com o Ministério da Educação, o ministro Abraham Weintraub foi convidado para participar de uma reunião, no Espírito Santo, para discutir o projeto no próximo dia 25.

Para a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes), o Future-se ameaça o futuro das universidades. O presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), Hermes Ferreira Figueiredo, avalia que, embora seja necessário algum tempo para “melhorar o entendimento sobre o funcionamento do fundo que irá financiar as instituições”, ele acredita que a proposta acerta ao permitir a captação de recursos privados e públicos por meio de incentivos fiscais, agências de financiamento de pesquisas e outras parcerias, posições, segundo ele, defendidas pelo Semesp.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EIXO CAPITAL

Ministro da Educação: PMs são heróis e manifestantes, meliantes

Depois do confronto entre manifestantes da UNE e a PM, ocorrido na última terça-feira, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, chamou os policiais militares de “heróis” e os estudantes de “meliantes”. Nas redes sociais, o ministro do governo Bolsonaro postou um vídeo em que agradece o trabalho dos policiais e critica quem entrou nos embates, ao participar dos protestos por mais recursos para a educação: “Quer se manifestar democraticamente, você é muito bem-vindo. Quer falar alhos e bugalhos a meu respeito está no seu direito. Agora destruir propriedade pública, como é o caso de viatura de polícia que esses dois meliantes fizeram, agredir fisicamente o Major Peres ou o cabo João Otávio está errado”. A PM reproduziu o vídeo no perfil da corporação

no Instagram.

Para MPDFT, não cabe visão ideológica na responsabilização penal. A declaração do ministro da Educação, Abraham Weintraub, preocupou o promotor de Justiça Flávio Milhomen, que atua na Promotoria Militar, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). “Não posso falar em nome do MPDFT, mas na qualidade de promotor Militar, me preocupa que o vídeo seja utilizado como forma de encorajamento a atos que não se atenham à legalidade estrita que legitima a atuação de policiais militares”, afirmou à coluna. “Policiais militares são servidores públicos que cumprem papel fundamental na garantia de Direito constitucionalmente assegurado, que é a segurança pública e, por exercerem tal atividade, merecem a gratidão da sociedade, mas não podem se esquecer dos limites de sua atuação”, acrescentou. Para o promotor, apenas uma investigação pode apontar quem agiu corretamente. “Responsabilidades penais decorrem da investigação e posterior judicialização dos fatos, e não de opinião ideológica”, disse.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL TIROTEIO

‘Future-se’, mas o presente urge, há universidades fechando restaurantes. Tudo muito midiático, e pouco estruturado

Do deputado Idilvan Alencar (PDT-CE), sobre o programa anunciado pelo MEC para levar investimentos privados às instituições de ensino

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/07/18/integrantes-de-conselho-do-ministerio-publico-apostam-em-oito-votos-a-seis-por-investigacao-de-deltan/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO MEC quer custear universidade com fundo na Bolsa e Lei Rouanet Pasta propõe também transferir parte da gestão a organizações sociais Brasília e São Paulo

O Ministério da Educação anunciou nesta quarta-feira (17) um novo programa para incentivar a captação de recursos privados para as universidades federais.

Entre as medidas, estão a constituição de fundo imobiliário para vender imóveis ociosos que façam parte do patrimônio da União, a participação de Organizações Sociais na gestão de gastos do dia a dia e o aumento da captação de recursos do setor privado para financiar projetos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/mec-propoe-usar-lei-rouanet-para-ajudar-a-custear-universidades-federais.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO MEC elaborou plano para universidades sem consultar reitores, diz associação Andifes manifesta preocupação sobre proposta e diz que adesão não pode ser tudo ou nada

Brasília

O plano anunciado pelo Ministério da Educação para captar recursos do setor privado para as universidades foi elaborado sem consultar reitores, afirmou nesta quarta-feira (17) o presidente da Andifes (Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior), Reinaldo Centoducatte.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/mec-elaborou-plano-para-universidades-sem-consultar-reitores-diz-associacao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Plano para universidades vai esbarrar em órgãos de controle, diz especialista
Pressuposto de proposta do MEC, interesse do setor privado é outra dúvida
São Paulo

O plano do governo Jair Bolsonaro (PSL) para as universidades federais tem pontos positivos, mas, da forma como foi formulado, deve esbarrar em órgãos de controle como o TCU (Tribunal de Contas da União), afirma Gustavo Fernandes, professor da área de gestão pública da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/plano-para-universidades-vai-esbarrar-em-orgaos-de-controle-diz-especialista.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Impeditivo

O programa Future-se, anunciado pelo MEC, tem ao menos um grande obstáculo: mesmo sendo captação de recursos privados, pode não poder ser usado por causa da PEC do teto de gastos.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC quer usar até Lei Rouanet em fundo de federais

Educação. Ministério diz que a ideia é ‘tornar mais eficientes práticas existentes’, como patrocínios de empresas para projetos; metade da verba virá de venda ou aluguel de patrimônio imobiliário cedido pela União. Reitores cobram detalhamento do programa

BRASÍLIA /

Programa Future-se, do MEC, prevê fundo único, de R\$ 102 bilhões, para universidades federais – incluindo captação de R\$ 1,2 bilhão via Lei Rouanet. O projeto propõe captação de recursos via doações e até “naming rights”.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, apresentou ontem o programa Future-se, com a promessa de modernizar a gestão das universidades federais e criar uma alternativa para a crise orçamentária das instituições. São previstos R\$ 102,6 bilhões em incentivos para a captação de recursos privados – como doações, parcerias com empresas, aluguel e venda de patrimônio público e “naming rights” – e incentivo à Lei Rouanet. Boa parte das ações já é feita pelas faculdades e, segundo o governo, a ideia é torná-las mais frequentes.

O programa prevê um “fundo soberano do conhecimento” para ser distribuído pelas

universidades. Weintraub resumiu a proposta a quatro formas de obtenção de recursos: “patrocínio, patrocinador, aluguel e parceria”. Ele também vê o programa como “prêt-à-porter”: não será adaptado para especificidades de cada universidade. “Não vamos fazer para cada uma delas, é preciso entrar no padrão.” A adesão será voluntária.

Apesar da cerimônia do anúncio, o documento do MEC simplifica o plano e diz que a ideia é “tornar mais eficientes práticas existentes”. A diferença é que o novo fundo será constituído de forma centralizada. A operacionalização do Future-se será por contratos firmados pela União e a universidade com organizações sociais (OSs) – entidades privadas sem fins lucrativos. Fundações de apoio das federais poderão ser qualificadas como OSs.

Os recursos, divididos em cinco eixos, virão principalmente de patrimônio imobiliário cedidos pela União, de R\$ 50 bilhões. Outros R\$ 33 bilhões são de fundos constitucionais

do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Leis de incentivos fiscais e depósitos à vista representarão R\$ 17,7 bilhões; e R\$ 700 milhões virão de outras

fontes, como utilização econômica de espaços públicos e fundos patrimoniais.

O Future-se também terá R\$ 1,2 bilhão de recursos de cultura (para bibliotecas e museus universitários, por exemplo) captados via Lei Rouanet. Alvo de críticas do presidente Jair Bolsonaro na campanha eleitoral de 2018, a lei já é usada para projetos nessas instituições.

‘Naming rights’. Com o programa, o MEC pretende que as universidades celebrem contratos com empresas para a gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da universidade (comodato ou cessão dos imóveis serão liberados), criar fundos patrimoniais (com doação de empresas ou ex-alunos) e ceder os “naming rights” de seus câmpus ou edifícios (como ocorre em estádios e cinemas).

O governo fala ainda em fixar teto de gasto com pessoal nas universidades – hoje, esse valor chega a 85% do orçamento. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê percentual máximo de 60% com o pagamento de funcionários públicos. O Future-se sugere também requisitos de transparência, auditoria externa e compliance e criar prêmio para as instituições mais eficientes nos gastos (leia mais nesta página).

Weintraub destacou que, antes de implementar o programa, haverá consulta pública por um mês. “O MEC não vai impor nada”, diz nota da pasta. Na sequência, uma parte da proposta deverá ainda passar pelo Congresso. Mas o ministro disse ter pressa. “Estamos conversando com a Casa Civil para entrar em vigor este ano. Muitas ações têm autorização legal.” O MEC ainda tem destacado que a proposta não prevê a cobrança de mensalidades nas federais.

A Andifes, associação de reitores das federais, afirmou que diversificar fontes de financiamento é importante e uma demanda antiga, mas cobrou detalhes. “Precisamos entender como se dará essa participação, como será o contrato de adesão, quanto tempo e qual parcela de recursos cada instituição receberá e se haverá redução de orçamento”, disse Reinaldo Centoducatte, presidente da Andifes e reitor da federal capixaba.

Além disso, desde a Emenda Constitucional do Teto de Gastos, de 2016, as universidades não têm conseguido fazer uso integral dos recursos que já arrecadam por conta própria. Isso acontece porque qualquer “excesso” de arrecadação deve ser usado para abater a dívida pública e a universidade não fica com a verba. O ministro disse que vai enviar ao Congresso projeto de lei para mudar essa trava.

Conciliação e protesto. Após polêmicas com as universidades, acusadas pelo ministro de promover “balbúrdia” e desperdiçar recursos públicos, o evento teve tom mais conciliatório. Foi destacada a importância do ensino e pesquisa e o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo de Lima Junior, chamou os reitores de “heróis”.

Por outro lado, Weintraub chegou a ser interrompido pelo presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão, que estava na plateia. Do lado de fora, um grupo de estudantes se manifestava contra o bloqueio de recursos na educação.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Plano ‘não resolve problema a curto prazo’, alerta especialista

T.K.e I.P.

Educadores e especialistas em financiamento do ensino superior ouvidos pelo Estado levantaram dúvidas sobre os detalhes do Future-se para atrair investimentos privados às universidades federais. Pesquisadores da área veem como positiva a intenção manifestada no plano, mas questionam se as regras vão garantir o volume de investimento esperado e a segurança jurídica. Temem ainda que o programa aumente a desigualdade entre as instituições.

“O ministério está com uma impressão talvez exagerada de quanto dinheiro vai conseguir com isso”, alerta o sociólogo Simon Scharzman, membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. “Eu seria mais cauteloso em relação a isso.”

Schwartzman diz, no entanto, que o plano cria possibilidades às universidades de conseguir recursos adicionais além do orçamento, que poderiam ser utilizados em projetos, obras e atividades específicas. “Está se abrindo possibilidades legais e criando instrumentos que podem incentivar a atração de recursos. Mas não resolve o problema a curto prazo.”

O professor Sérgio Firpo, do Insper, também levanta dúvidas sobre a capacidade de atração de doações pelo governo. Para ele, as universidades federais de maior renome “talvez já tenham alguma estrutura de arrecadação” e não precisem dos recursos de um fundo soberano, como anunciado pelo MEC. “Talvez as que mais precisem sejam justamente aquelas para as quais ninguém quer doar.”

“É extremamente difícil captar doações em um país em que a cultura de doação é ainda incipiente. Em geral, um doador gostaria de ver a doação ter algum impacto social, algum tipo de impacto imediato que faça valer a doação”, diz Firpo.

Fernando Peregrino, presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior (Confies), que atua exatamente na arrecadação de

recursos privados, diz que o clima de descrédito ao qual o ministro expôs as universidades nos últimos meses, com críticas sobre não saberem gerir dinheiro público e promover “balbúrdia” também prejudica a captação de doações. Já o professor Nilson Machado, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), diz que os planos anunciados vão no sentido de facilitar a partilha da responsabilidade pelo financiamento da educação – o que já é feito pontualmente. “Não estou vendo isso como uma grande evolução, um fato novo. É um acerto no foco do que já está ocorrendo”, afirmou.

OS. O professor Gustavo Fernandes, da FGV, diz que o governo terá de resolver questões jurídicas para conseguir implementar a gestão de organizações sociais (OS) nas universidades. “O programa está começando com um bom norte, mas não há proposta de uma ampla reforma estruturada”, diz Fernandes.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

‘Professor universitário pode ficar rico’, afirma secretário

Outra frente do projeto pretende, segundo o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, estimular o empreendedorismo, com recompensas para o desenvolvimento de inovações e a consolidação de startups. Ele disse que professores poderão entrar como sócios ou coautores desses projetos e, a partir disso, incrementar sua renda.

“Ser professor universitário vai ser o emprego dos sonhos. O professor pode ficar rico”, disse o secretário, com entusiasmo. Mas não explicou se será preciso alterar alguma legislação, já que a maior parte do corpo docente das universidades é hoje contratada em regime de dedicação exclusiva.

Ele também afirmou que os docentes poderão receber prêmios em dinheiro por publicação de artigos científicos em revistas de renome de sua área de atuação. Da mesma forma, não explicou como será o cálculo desse bônus e quem vai avaliar relevância do trabalho e revista.

Competição e ranking. Outra medida anunciada é a criação de um ranking com indicadores de desempenho para avaliar quais universidades foram mais eficientes na gestão dos gastos. O ministério não explicou ou apresentou dados de como será feita essa avaliação.

Outra ideia, sem detalhamento, é “propiciar os meios para que os departamentos de universidades/institutos arrecadem recursos próprios, com estímulo à competição entre as unidades”.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Em busca de financiamento

MEC quer mais verba privada para universidades

RIO E BRASÍLIA- Em meio a um cenário de retração do orçamento das universidades federais disponível para investimentos, o Ministério da Educação (MEC) apresentou ontem seu programa para estimular o financiamento privado a essas instituições. Nomeado Future-se, ele prevê R\$ 102,6 bilhões em incentivos para captação de recursos tanto privados quanto públicos, num prazo não definido, além de medidas de melhoria de gestão, incentivo ao empreendedorismo e à pesquisa.

A meta, segundo o MEC, é fortalecer "a autonomia financeira das universidades e institutos federais, por meio do fomento à captação de recursos próprios", tornando mais eficientes práticas que já existem.

Hoje, as instituições contam com R\$ 50 bilhões em repasses anuais do governo federal mas também com receitas próprias — em 2018, cerca de R\$ 1 bilhão foi arrecadado por universidades, institutos e hospitais universitários. Esses recursos, no entanto, vão para a Conta Única do Tesouro e não apresentam retorno direto para as instituições. A proposta do MEC visa incrementar essa arrecadação e desburocratizar seu uso.

O ministro Abraham Weintraub resumiu em quatro frentes as formas de obtenção de recursos previstos no Future-se: patrocínio, patrocinador, aluguel (de terreno e espaço) e parcerias.

Dos R\$ 102,6 bilhões, R\$ 50 bilhões são de um fundo imobiliário que vai administrar imóveis da União e para o qual será escolhida uma instituição gestora, que poderá ser, por exemplo, o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica. O restante virá de outras fontes de financiamento, como fundos constitucionais, leis de incentivos fiscais, parcerias com a iniciativa privada e até mesmo a Lei Rouanet, de fomento à cultura.

A adesão das universidades e institutos federais ao Future-se será voluntária. O programa passará por uma consulta pública de cinco semanas. Depois disso, o plano será enviado para aprovação do Congresso.

O temor de alguns reitores é que, embora o MEC garanta a permanência do financiamento público anual, o orçamento seja futuramente desidratado em razão dos novos aportes. O ministro, no entanto, negou que haja perspectiva de diminuição dos repasses.

GRATUIDADE GARANTIDA

Segundo o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, para instituir o Future-se será necessário alterar leis como a dos fundos constitucionais, a de incentivos fiscais e o marco legal da ciência e tecnologia. As mudanças serão propostas por meio de um único projeto de lei.

Weintraub disse que não será necessário mexer na Constituição. Como ela estabelece a gratuidade do ensino público, continuará não havendo cobrança de mensalidades na graduação, mestrado e doutorado.

Na gestão de imóveis, a ideia é que propriedades da União — e não apenas as já pertencentes às universidades — sejam usadas no plano. De acordo com o ministro, os imóveis da União totalizam mais de R\$ 1 trilhão.

Ao comentar os ganhos que podem ser obtidos a partir de imóveis, o ministro citou o caso específico da Universidade de Brasília (UnB).

Segundo ele, a instituição poderá resolver seus problemas caso adira ao plano:

— A UnB é muito rica em termos de imóveis. Tirando isso, acho que várias empresas gostariam de ter a placa, patrocínio, benemerência envolvida com o nome da UnB. Além disso, tem espaço para fazer pesquisas, porque é muito bem localizada. É uma universidade que, aderindo voluntariamente, poderia resolver rapidamente a questão orçamentária dela — afirmou.

REDUÇÃO DE PESSOAL

Inspirado na Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece um limite de 60% de gastos com o funcionalismo público, o MEC quer diminuir o índice atual das instituições federais de ensino superior, hoje em 85%, mas não deu detalhes de como isso será feito.

O plano também prevê estabelecer requisitos de transparência, auditoria externa e compliance. Para aderir ao programa, serão cobrados resultados das universidades.

— Acabou a fase de dinheiro público a fundo perdido. Tem que mostrar como está sendo usado, prestar contas — disse Weintraub, que citou como exemplo de critério de avaliação o índice de evasão.

O ministério prevê ainda a atuação de Organizações Sociais (OS) em parcerias público-privadas que viabilizem recursos adicionais às universidades. A medida, segundo especialistas, é uma tentativa de driblar o contingenciamento imposto pelo teto de gastos.

— A gente não vai trabalhar apenas com uma organização social, mas com várias. Na parte da despesa, gestão imobiliária, limpeza, vigilância. Agente pode trabalhar com organizações como, por exemplo, o CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. E várias outras — afirmou Lima Júnior.

O secretário refutou as críticas de que o Future-se seria o começo de um processo privatização da educação superior, classificando-o como "uma complementação ao orçamento".

Weintraub afirmou que a equipe do ministério pinçou experiências ao redor do mundo e as adaptou.

— O objetivo é colocar o Brasil no patamar de outros países — disse o ministro.

Proposta não resolve problemas imediatos, dizem reitores

Dirigentes das federais também criticam falta de diálogo para criar o plano
O conjunto de propostas apresentado ontem pelo MEC para captar recursos para o financiamento de universidades públicas pode render resultados positivos de médio a longo prazo, mas, segundo especialistas, não terá desdobramentos imediatos para aliviar a crise que atinge as instituições federais do país.

— Atualmente, não há incentivos para que as instituições federais busquem amplificar receita externa. Se o governo avançar nisso será muito bom — analisa Paulo Meyer Nascimento, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

— O perigo é que demore a dar certo. Não consigo visualizar ainda mecanismos que propiciem alívio financeiro imediato. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) criticou a falta de diálogo do ministério na elaboração das propostas.

— Não houve consulta aos gestores e membros da comunidade universitária — afirmou o presidente da Andifes, Reinaldo Centoducatte. Segundo ele, os reitores foram apresentados ao Future-se um dia antes do anúncio oficial, e muitos pontos ainda estão obscuros.

— Nós não sabemos como será a partição desses recursos. Será só por projeto? Cada um vai fazer um projeto, apresentar ao fundo, e o fundo vai analisar e decidir? —, questiona Centoducatte.

Professor da Universidade de Brasília (UNB), Remi Castioni afirma que o plano do MEC deveria prever quais serão os procedimentos para que as universidades passem a adotar as iniciativas.

— O modelo de transição não está bem desenhado, algumas coisas impactam em mudanças no marco legal e não são simples de serem feitas.

Outra preocupação é que o foco na captação de recursos faça as universidades relegarem suas funções fins.

— A adesão parece voluntária, mas, na prática, será obrigatória, porque o modelo atual será sucateado. As universidades deixarão de cumprir suas funções de ensino, pesquisa e extensão para se dedicar à captação de recursos — diz Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

(Paula Ferreira e Victor Farias)

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

MEC quer mais verba privada em federais, mas plano cria dúvidas

O Ministério da Educação (MEC) oficializou ontem seu projeto para aumentar a participação de recursos privados no orçamento das universidades federais. A pasta espera entre 15 e 20 adesões assim que o programa, chamado Future-se, seja aprovado no Congresso Nacional.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6354855/mec-quer-mais-verba-privada-em-federais-mas-plano-cria-duvidas>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Mensalidade poderia gerar R\$ 10 bi ao ano

A cobrança de mensalidades em universidades públicas poderia gerar uma arrecadação anual de R\$ 10,4 bilhões, o que representa 20% do orçamento das universidades federais deste ano.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6354857/mensalidade-poderia-gerar-r-10-bi-ao-ano>

topo ↕

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - CIDADES

Após corte de energia, aulas são retomadas na UFMT

EDUCAÇÃO

Com o fornecimento de energia elétrica reestabelecido, as aulas foram retomadas, na manhã de ontem, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá e nos campi de Sinop, Várzea Grande, Rondonópolis e Araguaia, além da Base de Pesquisa do Pantanal. A interrupção do serviço ocorreu no fim da manhã desta última terça-feira (16) e a religação efetuada pela Concessionária Energisa cerca de 6 horas após o pagamento de fatura na ordem de R\$ 1,8 milhão.

Em nota, a UFMT informou que foi surpreendida com o corte de energia. Porém, logo após, a universidade entrou em contato com o Ministério da Educação solicitando a liberação de recursos financeiros necessários para o pagamento da fatura de energia. “Durante todo o dia, a comunidade universitária uniu esforços e permaneceu mobilizada para minimizar os efeitos do corte de energia elétrica”, frisou. “Após a liberação do repasse pelo Mec, imediatamente a UFMT dirigiu-se à Energisa para demonstrar o pagamento da fatura pendente no valor de aproximadamente R\$ 1,8 milhão”, acrescentou.

Ainda no fim da tarde da terça-feira, o Ministério da Educação informou que, após ter conhecimento da falta de luz nos campi da universidade, o ministro, Abraham Weintraub adotou as medidas emergenciais para a religação imediata de energia e que também tomará as medidas cabíveis tanto administrativas como judiciais para a responsabilização dos envolvidos pelo o que considerou como “má gestão na UFMT”.

Em nota, o ministro informou que tomou conhecimento da situação na última quinta-feira (11) quando chamou a reitora ao Ministério e autorizou o repasse de R\$ 4,5 milhões para que a reitoria da UFMT quitasse a dívida das contas de luz com a concessionária de Mato Grosso. Segundo o Mec, os valores, herdados no governo anterior, correspondem ao montante de R\$ 1,8 milhão. “A liberação do limite de empenho foi realizada na sexta-feira da semana passada com o compromisso da reitora para o pagamento imediato da referida dívida”, frisou.

As dificuldades da universidade em arcar com as despesas básicas se arrastam há algum tempo. Recentemente, a UFMT teve 30% do orçamento contingenciado pelo governo federal. Na ocasião, a reitoria da UFMT, Myrian Serra informou que teria dinheiro suficiente para bancar as despesas somente até este mês de julho. Para atravessar o momento difícil, a universidade tomou medidas como renegociar contratos de limpeza e segurança. A universidade também bloqueou viagens de estudantes; suspendeu intercâmbio nacionais e internacionais de alunos e até reduziu o número de aulas de campo de alguns cursos.

Por meio do decreto nº 9.741/2019, o governo Jair Bolsonaro (PSL) determinou o contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões dos recursos do Mec e atinge da educação infantil à pós-graduação. Somente na UFMT, o corte extra de 30% representa R\$ 34 milhões. O congelamento incluiu verbas para construção de escolas, ensino técnico, bolsas de pesquisa, transporte escolar, além de custeio das universidades federais. A iniciativa

atende a um decreto de contingenciamento definido pela área econômica do governo da ordem de R\$ 30 bilhões.

No Ministério da Educação, ele envolve, no total, 23% dos valores discricionários (que excluem despesas obrigatórias, como salários). Na semana passada, o governo definiu um novo bloqueio, de R\$ 1,6 bilhão – o que resultará em um corte total de R\$ 7,3 bilhões. Em maio passado, a divisão desse novo congelamento por área ou órgão ainda passa por análises dentro do Mec. Na ocasião, o discurso do governo foi de privilegiar a educação básica, especialmente a educação infantil, alfabetização e ensino profissional, mas essas áreas também foram atingidas. O congelamento total do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi da ordem de R\$ 1,02 bilhão, equivalente a 21% do discricionário.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - NACIONAL FINANCIAMENTO EM QUESTÃO

Reitores e estudantes cobram detalhamento e reclamam de não ter participado da elaboração do plano de aporte de recursos privados para universidades públicas apresentado ontem pelo MEC

R\$ 102 bi cercados de dúvidas

Um plano para aportar R\$ 102,6 bilhões nas universidades federais e muitas questões em aberto. Anunciado ontem pelo Ministério da Educação (MEC), o programa, batizado de Future-se, aposta na formação de um funding que envolve patrimônio da união, fundos constitucionais, leis de incentivos fiscais, recursos da cultura (Lei Roaunet) e até fundo de investimento imobiliário. O programa foi apresentado em linhas gerais, com a presença de reitores e vice-reitores de universidades e institutos federais de todo o país. Eles cobraram detalhamentos e reclamaram de não ter participado da elaboração do projeto.

“Entendemos que as universidades têm autonomia de gestão garantida na Constituição Brasileira”, disse o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Reinaldo Centoducatte. Como o plano será colocado em prática está entre as preocupações. “É preciso que se entenda que nem todas as universidades têm condições de implantar o que está sendo apresentado”, afirmou o reitor da Universidade Federal de Itajubá, no Sul de Minas, Dagoberto Alves de Almeida.

Os recursos para o programa virão de quatro fontes, segundo o MEC. Com um modelo baseado em uma série de dispositivos do mercado financeiro, a “carteira de ações” para o plano inclui R\$ 50 bilhões de um fundo de patrimônio imobiliário (a União concedeu lotes e imóveis ao ministério para que sejam cedidos à iniciativa privada e o recurso adquirido, convertido ao fundo), R\$ 33 bilhões de fundos constitucionais, R\$ 17,7 bilhões de leis de incentivos fiscais e depósitos à vista, R\$ 1,2 bilhão de recursos da Cultura e R\$ 700 milhões da utilização do espaço público.

Entre os tipos de parceria que poderão ser realizadas pelas universidades, está o aluguel de prédios, a criação de fundos patrimoniais, com doações de empresas ou ex-alunos para financiar pesquisas ou investimentos de longo prazo; ceder a venda de nomes de câmpus e edifícios a empresas e edifícios, como ocorre em estádios de futebol, além da possibilidade de criar ações culturais que possam participar de editais, por exemplo, da

Lei Rouanet ou outros programas.

O programa foi apresentado pelo secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, e também pelo ministro da Educação, Abraham Weitraub. O anúncio ocorre em meio ao contingenciamento de verbas das universidades federais, que começam a ter dificuldades para pagar até mesmo contas básicas, como as de luz. Com um vídeo com efeitos especiais e uma apresentação com linguagem muito próxima do mercado financeiro, Lima Junior falou por cerca de uma hora sobre o projeto que ele considera inédito. "As pessoas vão falar que é privatização, completamente errado", disse no início de sua fala.

PRESSA

governo destacou que, antes da implementação do programa, a proposta passará por consulta pública por um mês. "O MEC não vai impor nada", diz nota enviada pelo ministério. A adesão das universidades também será voluntária, já que elas continuarão a ter um orçamento anual, definido pela União. O ministro afirmou que tem pressa na aprovação do programa. "Existe urgência para se fazer isso o mais rápido possível. Estamos conversando com a Casa Civil para entrar em vigor este ano", disse. O ministro afirmou que tem "acordo de boca" com mais de 20 instituições para adesão ao plano.

Em coletiva à imprensa após a apresentação feita pelo governo, entretanto, o presidente da Andifes frisou que a entidade não participou da elaboração do projeto e que o debate precisa ser aprofundado.

"O governo está apresentando novas fontes de recurso para as universidades, quem é contra isso? Ninguém, nenhum dos reitores é contrário à proposta. Mas precisamos entender como vai se dar essa participação, como vai ser o contrato de adesão, quanto tempo e qual a parcela de recursos que cada instituição vai receber", disse presidente da Andifes, Reinaldo Centoducatte.

O presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior (Confies), Fernando Peregrino, diz que a adesão das universidades ao programa vai depender dos esclarecimentos que o MEC precisa apresentar nos próximos dias. Segundo ele, Weintraub não informou quanto tempo estima para que os recursos do fundo possam ser utilizados.

"O projeto mira no caminho certo, mas não explica como vai ser o processo de transição. Porque esse recurso não estará disponível imediatamente. Depois das doações das empresas, é preciso esperar a capitalização. Esse dinheiro não vai render agora, no melhor cenário econômico, vai estar disponível em uns cinco anos. Até lá como fica o financiamento das universidades?", questiona Peregrino.

Reitora da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Cláudia Marlière concorda sobre a necessidade de discussões sobre o tema. "Nós, reitores, temos que fazer um estudo mais detalhado em relação às propostas. Neste momento, fica muito difícil de dizer o que acho. Até agora, só tivemos conversas informais sobre o assunto e a apresentação muito superficial."

De acordo com o reitor da Universidade Federal de Itajubá, Dagoberto Alves de

Almeida, as instituições estão na expectativa de receber o documento detalhado do Future-se. "Foi uma apresentação bonita (...) mas o que temos até agora é o que eles já liberaram na apresentação. Estamos esperando a documentação detalhada do projeto.". O vice-reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Cláudio Eduardo Rodrigues, também está na expectativa. "Apresentaram, até agora, as intenções gerais. Vamos esperar para fazer uma análise apurada", afirma.

ESTUDANTES

Antes da apresentação, Lima Junior e Weitraunb foram interrompidos pelo presidente nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão, que estava na plateia. "Quero saber onde está o dinheiro das universidades, ministro?", perguntou ele do alto das cadeiras do auditório. Ao final de sua fala, Montalvão foi convidado a se sentar nas primeiras fileiras da sala para acompanhar a apresentação. Depois do encontro, ele se mostrou preocupado. "É um programa complexo que nos preocupa muito porque é uma forma de conceder à iniciativa privada uma parte da universidade", disse o estudante. "Os empresários vão entrar com dinheiro, com investimentos e vão ter o quê em retorno? As patentes? As pesquisas?", questionou.

O que diz a lei

O artigo 207 da Constituição Federal prevê que as universidades gozam de "autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial". Isso significa que nem o MEC nem o setor privado podem, em tese, interferir nos planos de ensino, pesquisa e extensão determinados pelas reitorias. Já o artigo 213 define que as atividades de pesquisa, extensão e inovação nas universidades "poderão" receber apoio financeiro do poder público. Neste caso, o texto indica que o financiamento direto dessas atividades não é obrigatório.

Palavra de especialista

Carlos Roberto Jamil Cury

Professor de pós-graduação em políticas públicas da PUC Minas

Redutor de autonomia?

Trata-se de um projeto ainda posto em consulta pública, por cinco semanas. A consulta geral deveria ser precedida de consulta aos reitores das universidades, pois são eles que lidam cotidianamente com o ensino, a pesquisa e a expansão. A proposta ainda prevê um projeto de lei, portanto, uma tramitação congressual. Nesse sentido, é preciso conhecer os detalhes, além do montante do fundo e os critérios de distribuição. Ter um gestor externo já constava da Lei 5.540/68, nos idos da ditadura.

Essa possibilidade não consta do atual ordenamento jurídico. Já o financiamento da universidade pública é constitucional e não sei se tal proposta não se caracteriza como um instrumento mitigador da autonomia, em especial um certo condicionamento à crítica em relação aos fundamentos e aos resultados de projetos.

A possibilidade de uma cooperação entre a universidade e o setor privado já consta da Lei de Inovação, a 10.973. Essa lei, de 2004, revista em parte em 2016, estimula parcerias entre as universidades e o setor produtivo. Por que uma nova proposta legal? A rigor, pode-se pensar que a proposta é uma forma de driblar o atual contingenciamento, que penaliza as universidades em áreas sensíveis como financiamento de projetos de pesquisa, bolsas de pesquisa, de estudo e outros

compromissos cotidianos como luz e segurança. No fundo, está o teto de gastos da emenda 95.

A proposta deverá caminhar lentamente, mas a situação atual é urgente. Dizem jocosamente que “água não é remédio para afogado”. É nesse intermeio que a universidade pode perder um investimento que contou com recursos públicos significativos. É bem provável que essa proposta seja discutida, semana que vem, na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), cuja programação já prevê um debate sobre o investimento nas universidades públicas. Não há futuro sem base sólida no presente. E caso se queira adesão, como proposto, é preciso que os futuros aderentes tenham vez e voto na constituição da proposta.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - NACIONAL

MEC incentiva verba privada nas federais

MATHEUS RODRIGUES

O Ministério da Educação lançou oficialmente, na quarta-feira 17 de julho, um programa para reestruturar o financiamento do ensino superior público. A proposta, chamada “Future-se”, amplia a participação de verbas privadas no orçamento universitário. As instituições poderão fazer parcerias público-privadas (PPPs), ceder prédios, criar fundos com doações e até vender nomes de campi e edifícios, como em estádios. Antes da adesão, haverá consulta pública.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que alunos não terão de pagar mensalidade nas universidades públicas, independentemente da faixa de renda. “Sem mensalidade, sem nada”, disse o ministro. O lançamento ocorre em meio ao contingenciamento de verbas das universidades, anunciado no fim de abril pelo governo. De acordo com a associação que representa os reitores das universidades federais, a Andifes, a medida atinge de 15% a 54% dos recursos que podem ser cortados das universidades federais.

Antes da adesão das universidades, o MEC fará uma consulta pública sobre o Future-se nos próximos 30 dias, pela internet. A área jurídica do ministério ainda estuda quais pontos terão de ser aprovados pelo Congresso Nacional para entrarem em vigor. “Às vezes, a crise, ela incomoda. Às vezes não, sempre. Ela incomoda, ela faz com que a gente repense as estruturas, a forma de trabalhar, agir, pensar. Mas se ela for bem conduzida, ela permite oportunidades, crescimento, desenvolvimento, revoluções”, declarou Weintraub.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Parcerias de universidades com iniciativa privada crescem, mas ainda são pouco comuns

Dentre as alternativas, estão fundos mantidos por ex-alunos e cátedras de pesquisa patrocinadas por empresas

SÃO PAULO - Recursos privados passaram a ganhar mais espaços nas universidades brasileiras na última década, mas ainda não são comuns no ensino superior público. Dentre as alternativas adotadas, estão fundos mantidos por ex-alunos e cátedras de pesquisa patrocinadas por empresas de grande porte. Essa é uma das propostas apresentadas pelo Ministério da Educação (MEC) nesta quarta-feira para financiamento das universidades federais.

Um dos exemplos é o acordo de cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Tramontina Eletrik, fábrica de materiais elétricos da Tramontina, firmado em 2013. A Cátedra Tramontina Eletrik foi criada em 2013, após a empresa fazer doação inicial R\$ 288 mil para atividades do Grupo de Pesquisa sobre Marketing e Consumo (GPMC), da Escola de Administração.

"A empresa não pode definir temáticas e abordagens. Não é consultoria, não é prestação", diz o professor e coordenador do GPMC, Vinícius Brei. Nesse caso, os recursos são geridos por uma fundação da universidade e são liberados com base em um plano de trabalho aprovado pela instituição federal. O professor calcula que cerca de 100 estudantes de graduação, mestrado e doutorado foram beneficiados diretamente pela cátedra.

Segundo Brei, os recursos são utilizados especialmente para a compra de equipamentos, o financiamento de trabalhos e apresentações em congressos, compra de softwares e pagamentos de serviços de coleta de dados. Além disso, o grupo costuma fazer parcerias com disciplinas de graduação para realizar atividades na fábrica da Tramontina Eletrik.

No caso das cátedras de pesquisa, uma das pioneiras no País é o Instituto Coppead de Administração, considerado a "escola de negócios" da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Hoje, a instituição mantém 10 cátedras financiadas por grandes empresas, como Fiat, Coca-Cola, L'Oréal e Brasilprev, todas firmadas após os anos 2000 - com exceção de uma parceria com a Ipiranga, do grupo Ultra, que tem quase 25 anos e apoia o Centro de Estudos de Logística do instituto.

Outro caso é o da Cátedra Roda-Trilho, criada pela Vale em 2014 e que financiou projetos na Universidade de São Paulo (USP), na Federal de Juiz de Fora (UFJF), na Federal do Pará (UFPA) e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Já a Federal do Paraná (UFPR) inaugurou em 2018 o novo prédio-sede do câmpus Toledo, cujo obra foi financiada por dois empresários.

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) tem incentivado projetos para parcerias privadas. De todos, o mais ambicioso é o que busca angariar R\$ 50 milhões anuais por 20 anos para a reforma e construção de novos espaços da instituição na capital.

Um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) foi lançado pela universidade. Foram recebidas 14 inscrições, das quais quatro empresas foram habilitadas e três (uma incorporadora, uma construtora e uma empresa financeira) apresentaram propostas finais. Ao todo, são discutidas oito formas de contrapartida, desde permuta de imóveis até a prestação de serviços no câmpus.

"As propostas serão agora analisadas pela Unifesp para preparação de possíveis licitações de concessão, permuta ou parcerias, sempre garantindo o atendimento do interesse público e com ampla discussão interna, como fizemos até aqui", aponta o pró-reitor de Planejamento, professor Pedro Arantes.

"Não haverá perda patrimonial da universidade. Ao contrário: será obtida mais infraestrutura, qualificação de serviços e a autonomia acadêmica não será, de forma alguma, afetada. Isso é fundamental para garantir atividades de ensino, pesquisa e assistência de qualidade."

A Unifesp também captou 25% dos R\$ 15 milhões previstos via Lei Rouanet para o projeto do Centro Cultural em Saúde. “A cidade de São Paulo, com essa reforma, ganhará o seu primeiro Centro Cultural em Saúde, com uma biblioteca com o maior acervo de revistas médicas da América Latina, auditório, duas áreas de exposição, livraria e café”, diz Arantes.

O País também tem alguns exemplos de fundos mantidos por associações ex-alunos e professores, inclusive no âmbito privado (FGV e Insper) e em instituições estaduais (USP). Um dos casos é o Fundo Patrimonial Amigos da Poli, associação criada em 2009 e que capta recursos para projetos da Politécnica da USP, selecionados a partir de um edital. O patrimônio líquido do fundo era de R\$ 19,8 milhões em julho de 2018, sendo o conselho deliberativo presidido por André Clark, CEO da Siemens no Brasil. Ex-alunos ajudam a financiar estudos de universitários

Algumas universidades, públicas e particulares, têm criado fundos específicos para garantir a permanência de estudantes de baixa renda. As iniciativas ocorrem em um contexto de mudanças no perfil do ensino superior, com as cotas e programas de inclusão. Esses fundos são formados por doações de ex-alunos e funcionários, que tornam-se padrinhos de jovens estudantes universitários.

As contribuições podem ir desde valores simbólicos até cifras maiores, como ocorre nos Estados Unidos. Um dos exemplos desse tipo de projeto é o Adote um aluno, da Faculdade de Direito da USP, que recolhe doações de R\$ 50 a R\$ 1 mil mensais. O montante é repartido em bolsas de permanência a alunos de Direito que podem servir para custear materiais, moradia, cursos ou até viagens a congressos.

Na FGV, um fundo que reúne contribuições de ex-alunos e funcionários paga bolsas de R\$ 1 mil mensais a alunos de baixa renda. O Endowment Direito GV também reserva verba para apoio psicológico aos estudantes em caso de dificuldades de adaptação. Iniciativas semelhantes são realizadas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e estão sendo planejadas na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP.

Enquanto a cultura de doações ainda engatinha no Brasil, a filantropia nos Estados Unidos, estimulada por incentivos fiscais, levou a um recorde de US\$ 46,7 bilhões (R\$ 182 bilhões) a universidades de graduação e pós-graduação no ano fiscal de 2018. Os dados são do Conselho para Avanço e Suporte à Educação e mostram o aumento, pelo 9.º ano consecutivo, de doações a faculdades.

Só em doações, Harvard arrecadou em 2018 quase o orçamento da Universidade de São Paulo (USP) para 2019. Entre repasses do governo estadual, valores oriundos de recursos próprios e federais, a verba para 2019 da USP é de R\$ 5,7 bilhões. Harvard foi destino de 28% das doações a universidades dos EUA em 2018 e recebeu quantia perto de R\$ 5,5 bilhões.

Doações a universidades americanas vão para fundos perpétuos, os endowments. No Brasil, embora já houvesse endowments nas universidades, não havia lei sobre esses fundos. Em janeiro, o presidente Jair Bolsonaro sancionou norma que regulamenta esses

fundos, mas vetou, entre outros pontos, incentivos fiscais a doadores. Por isso, afirmam especialistas, a lei não ajuda a fomentar doações e pode burocratizar os processos.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Corte de energia na UFMT surpreendeu reitora, que nega intermédio do MEC na religação

Câmpus de cinco cidades do Estado tiveram fornecimento de energia interrompido nesta terça. Gestora diz que aguarda liberação de mais verba, pois não há um centavo na conta

CUIABÁ - A reitora da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Myrian Serra, disse nesta quarta-feira, 17, que foi surpreendida com o corte da energia elétrica que ocorreu nesta terça em câmpus da instituição em cinco cidades do Estado. A dívida estimada com a Energisa é de R\$ 5 milhões e havia sido renegociada em 2018 para ser paga até outubro de 2020. Segundo Myrian, uma reunião estava marcada para esta quinta, 18, para tratar do assunto, mas o corte ocorreu antes.

O corte expôs os problemas orçamentários da universidade e fez com que o Ministério da Educação (MEC) declarasse que tomará medidas administrativas e judiciais para responsabilizar envolvidos na suposta má gestão da instituição. O ministro Abraham Weintraub chegou a dizer que, durante as tratativas para a religação da energia, a reitoria havia sumido e que a pasta precisou atuar diretamente para resolver o problema. A reitora negou que a religação tenha sido efetuada por intermédio direto do MEC. A negociação, disse, foi realizada pelo vice-reitor Evandro Aparecido Soares.

Foi ele quem apresentou à empresa o comprovante de empenho de pagamento no valor de R\$ 1,8 milhão, que corresponde a conta a ser paga em julho mais uma parcela de negociação da dívida. "Em uma hora a energia foi cortada. Começou pelo campus do Araguaia, meia hora depois em Cuiabá, em seguida em Sinop", explicou Myrian, que estava nesta última cidade quando o problema começou. A reitora disse esperar a liberação de R\$ 2,7 milhões para quitar outras dívidas. "Hoje não temos um centavo na conta da UFMT para pagar fornecedor", disse ela.

Associação de reitores defende gestora da UFMT

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) saiu em defesa, nesta quarta-feira, 17, da reitora da UFMT. Segundo o vice-presidente da Andifes, Edward Madureira Brasil, que é reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Myrian já estava vindo a Brasília nos últimos dias para negociar um desbloqueio de recursos para pagar essas despesas. "Ela foi surpreendida por essa interrupção no fornecimento de energia", reforçou.

"Sabemos da dedicação da reitora para resolver esse problema", disse outro vice-presidente da Andifes, João Carlos Salles Pires da Silva, reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Silva disse que "certamente o episódio tem a ver com a situação de pressão orçamentária que estamos vivendo". Para Brasil, o problema poderá afetar outras instituições até o fim do ano. "As outras 62 universidades federais e 38 institutos federais estão em situação muito semelhante. É quase certo que nenhuma dessas instituições conseguem chegar ao fim do ano em funcionamento pleno. A reversão disso é fundamental para a conclusão do ano letivo", acrescentou.

MEC promete medidas administrativas e judiciais

Nesta terça, o Ministério da Educação (MEC) informou nesta terça-feira, 16, que tomará medidas administrativas e judiciais para responsabilizar envolvidos em uma suposta "má gestão" na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

No Twitter na noite desta terça, Weintraub disse que o MEC atuou diretamente com a companhia de luz e teve a colaboração da diretora e do vice-reitor da universidade. "A magnífica reitora está incomunicável (sumiu)", escreveu. "Já iniciamos providências legais quanto à reitora."

O MEC, em nota na tarde desta terça, informou que o ministro Weintraub "tomou conhecimento da situação" na última quinta-feira, 11, quando chamou a reitora ao ministério e autorizou o repasse de R\$ 4,5 milhões para que a reitoria quitasse a dívida. A pasta argumenta que a liberação do limite de empenho foi realizada na sexta-feira da semana passada "com o compromisso da reitora para o pagamento imediato da referida dívida".

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Pós-graduação da EEP é referência regional para investimento na própria carreira
A Escola de Engenharia de Piracicaba tem cursos 100% presenciais que combinam grade curricular atual e corpo docente altamente qualificado com ampla experiência profissional.**

É só acessar o site do Ministério da Educação e Cultura para ficar sabendo de uma informação que reflete um fato positivo da realidade brasileira: o número de pós-graduandos cresce no Brasil ano após ano. Os dados que comprovam este aumento, em destaque no site do MEC, são baseados em um levantamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (**Capes/MEC**). Em 1996, eram quase 68 mil alunos na pós-graduação. Já em 2003 foram contabilizados um pouco mais que 112 mil. E atualmente?

Dados disponíveis e confirmados pela agência de checagem de fatos Lupa, junto ao **Capes/MEC**, mostram que os pós-graduandos já chegaram a mais de 375 mil estudantes. Detalhe: este número não para de subir. A região Sudeste e, em particular, São Paulo concentra a maior parte destes alunos, em diversos cursos, que procuram aperfeiçoar a sua formação acadêmica e profissional. Segundo a própria agência, o estado paulista tem grande parte desta demanda atendida por instituições particulares.

Em Piracicaba, EEP é instituição de destaque

Alinhado a este contexto, a EEP, Escola de Engenharia de Piracicaba é uma instituição particular de ensino reconhecida na cidade e região, oferecendo cursos de pós-graduação 100% presenciais com um corpo docente altamente qualificado e de grande experiência profissional.

Por ser esta referência regional, recebe anualmente centenas de graduandos que desejam se especializar e assim alcançar uma posição de destaque em um mercado de trabalho que se torna cada vez mais competitivo, exigente e complexo.

Mais que um complemento à formação acadêmica, a pós-graduação da EEP tem o

propósito de capacitar os alunos para o mercado de trabalho, criando assim um diferencial estratégico que ajuda a impulsionar a carreira que o aluno almeja para o seu futuro.

Fazer pós na EEP é investir na carreira: cursos disponíveis

“Onde devo me especializar?” Esta sempre é a grande pergunta. Segundo Clayton Daniel Masquietto, gerente de integração escola-empresa e professor de pós-graduação da FUMEP e um estudioso da área, a resposta é simples.

“As pessoas escolhem se especializar em instituições nas quais, em primeiro lugar, a qualificação do corpo docente é baseada em uma titulação diferenciada e na prática profissional”, afirma Clayton.

Por isso, escolher a EEP tem sido uma alternativa natural. Com inscrições abertas até 07 de agosto, a EEP tem à disposição dos graduandos 10 cursos de pós-graduação com matrículas abertas para início das aulas no segundo semestre:

Engenharia de Segurança do Trabalho

Gestão de Pessoas

Gestão de Projetos

Gestão na Construção Civil

Gestão da Qualidade e Produtividade

Gerenciamento de Recursos Hídricos

Gestão da Tecnologia da Informação

Gestão Estratégica de Marketing

Infraestrutura de Saneamento Básico

Finanças e Controladoria

Uma destas áreas com certeza é o investimento certo que o graduando está procurando para aprimorar ainda mais seus conhecimentos.

Para quem quer espaço no mercado pós na EEP é diferencial

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego no Brasil ficou perto de 12,5% no primeiro trimestre de 2019, totalizando um pouco mais de 13 milhões de trabalhadores. São brasileiras e brasileiros que buscam uma recolocação no mercado de trabalho. Para isso, o currículo precisa chamar a atenção.

Neste sentido, o conteúdo programático dos cursos de pós-graduação da EEP e a sua grade curricular, somados a outros investimentos pessoais em educação complementar e continuada, podem fazer a diferença e exercer grande influência em processos seletivos, tornando o formando em um candidato com potencial a preencher uma tão cobiçada vaga de trabalho.

Além de aumentar as chances em processos seletivos o que mais uma pós-graduação permite para aqueles que vão ingressar no mercado de trabalho?

Muito além da empregabilidade

Um diploma de pós-graduação tem seu impacto positivo para conquistar um emprego. Fato. Este mesmo diploma, porém, também abre para aqueles que se formam, uma

realidade salarial mais atrativa. O que significa isso na prática? Mais conhecimento e “mais grana” acabam ficando de mãos dadas.

Conhecimento especializado atrai colocações mais bem remuneradas. No Brasil, segundo o próprio IBGE, o grau de escolaridade é diretamente proporcional aos ganhos salariais que podem ser oferecidos ou negociados.

Por todas estas razões, a EEP disponibiliza uma estrutura adequada para que a pós seja para os graduandos um investimento real que permita um retorno para o crescimento pessoal e profissional de seus alunos.

SERVIÇO

PÓS EEP - Centro de Pós-Graduação

Matrículas 2019 - 2º Semestre

Prazo: 01/07/2019 a 07/08/2019

Feitas apenas pela internet através do site:

<https://www.fumep.edu.br/portal/unidades-de-ensino/cpg/20-cpg-pos-graduacao-da-eep/94-cpg-informacao-inscricao>

Caso o candidato não possua acesso à internet, a secretaria da Pós-Graduação disponibilizará um computador para a realização da matrícula em 3 turnos:

8:30 às 11:30 | 13:30 às 16:30 | 18:30 às 21:30

Rua Monsenhor Martinho Salgot, nº 560 – Piracicaba/ SP.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Reitores dizem não serem contra novas fontes de recursos, mas consideram proposta do MEC para novo modelo pouco detalhada
Consulta pública sobre o programa Future-se foi aberta nesta quarta-feira (17) e inclui ideias para que as universidades que aderirem a novo modelo tenham atividades de ensino e pesquisa geridas por organizações sociais (OS).

Após reunião para discutir a proposta do Ministério da Educação para o programa Future-se, reitores da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) afirmaram que ainda não conhecem detalhes sobre as mudanças suficientes para saberem se pretendem ou não orientar pela adesão ao novo modelo.

O Future-se é uma proposta divulgada de forma preliminar pelo MEC nesta quarta-feira (17), que estará em consulta pública até 15 de agosto em um site criado pela pasta.

LEIA A ÍNTEGRA DA PROPOSTA DO FUTURE-SE

Inicialmente, a consulta teria duração de apenas duas semanas, e os reitores pediram para o MEC estender o período. O pedido foi atendido e o prazo agora será de um mês.

Mas, em entrevista coletiva na tarde desta quarta, Reinaldo Centoducatte, reitor da

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e presidente da Andifes explicou que os detalhes apresentados até agora não são detalhados o suficiente para que as instituições possam discutir se pretendem ou não aderir ao novo modelo.

Veja alguns pontos da íntegra do documento:

Ao aderirem ao novo modelo, as universidades e institutos terão que se comprometer a usar a organização social (OS) contratada, além de "adotar as diretrizes de governança que serão futuramente definidas pelo Ministério da Educação" e "adotar o programa de integridade, mapeamento e gestão de riscos corporativos, controle interno e auditoria externa";

O programa poderá contratar OS que o governo federal já qualificou "sem a necessidade de chamamento público", mas um novo processo de qualificação pode ser realizado, e os contratos deverão ser de 4 anos;

Ao contrário do que reitores disseram ter sido informados na terça-feira (16), a proposta publicada nesta quarta diz que as OS contratadas não terão sua atuação limitada aos contratos de gestão de atividades fim, como vigilância, manutenção e limpeza: elas também serão "dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à cultura", entre outras finalidades;

Além das OS, o texto diz, no eixo de governança, gestão e empreendedorismo, que as universidades que aderirem serão incentivadas a melhorar a gestão de seus imóveis e poderão fazer parcerias público-privadas e inclusive vender os "naming rights" de campi e edifícios para o uso de marcas, em troca de compensação financeira;

No eixo de pesquisa, desenvolvimento e inovação, o programa diz que o objetivo é aumentar "a interação com o setor empresarial, no intuito de contribuir com a capacidade inovadora do setor e atender às demandas do setor empresarial por inovação", além de "disseminar a cultura da inovação, da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia";

O Comitê Gestor do Future-se, que ainda terá sua composição e funcionamento definidos, é quem vai determinar as diretrizes do programa, além de fazer uma avaliação anual de desempenho e ser responsável por "definir o critério para aceitação das certificações, para fins de participação no processo eleitoral dos reitores".

Repercussão

"Nos colocamos junto ao ministro da Educação, dispostos a participar do debate, a discutir, analisar, dentro das nossas instituições, na própria Andifes", afirmou ele.

"Ainda consideramos prematura uma análise mais aprofundada sobre qualquer tipo de adesão. A proposta não está formulada, apenas há um conjunto de indicativos para servir como subsídio de elaboração não só de uma nova legislação, como também a elaboração e a proposição desse contrato de adesão." - Reinaldo Centoducatte, presidente da Andifes

Além da Andifes, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), também se pronunciou nesta quarta, após o lançamento do programa. Em nota encaminhada ao G1, Antonio Gonçalves, presidente do sindicato, criticou a ideia do uso de organizações sociais e parcerias público-privadas, além da subordinação da pesquisa aos interesses das empresas.

"Esse projeto desestrutura a universidade e os institutos federais públicos, desvaloriza servidores técnico-administrativos e professores. Um país que não tem autonomia para produzir conhecimento fica subalternizado e não se constitui como uma nação. O

Future-se é uma desresponsabilização do Estado com a educação, um retrocesso de 50 anos, afirmou Gonçalves.

O setor privado de ensino superior também comentou a ideia do governo. Em nota, Hermes Figueiredo, presidente do Semesp, um dos sindicatos que representa mantenedoras de ensino superior no Brasil, afirmou que ainda é preciso "aprofundar o debate e melhorar o entendimento sobre o funcionamento do fundo que irá financiar as instituições", mas elogiou o plano.

"A proposta acerta ao permitir a captação de recursos privados e públicos através de incentivos fiscais, agências de financiamento de pesquisas e outras parcerias, o que vem ao encontro das posições que vem sendo defendidas pelo Semesp em inúmeros fóruns de discussão em todo o país", escreveu ele.

Tudo ou nada

Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a natureza jurídica das universidades não será alterada: elas continuaram sendo autarquias, que são entidades da administração pública indireta e têm autonomia para executar seu orçamento.

No entanto, a proposta, diz ele, é mudar a lei para permitir um novo modelo de gestão, tanto na captação quanto na aplicação de recursos.

Ele afirmou que as universidades seguirão tendo autonomia e nenhuma será obrigada a aderir, mas que a proposta do MEC é oferecer apenas duas opções: ou seguem da forma como existem hoje, ou adotam 100% do novo modelo oferecido.

"Só temos como saber se o tudo ou nada é bom quando soubermos o que é o tudo. Ainda não tivemos tempo", explicou o reitor.

Ele ressaltou que a Andifes, apesar de se dispor a contribuir com a discussão técnica, não vai impor uma posição às universidades e institutos associados.

Autonomia x soberania

Cenducatte rebateu ainda falas do ministro sobre a falta de transparência na prestação de contas das universidades.

"Vamos aumentar o recurso público? Vamos. Qual a contrapartida em termos de gestão, transparência? Acabou a fase de dinheiro público sendo colocado a fundo perdido. Tem que prestar contas, tem que ter transparência", disse Weintraub nesta quarta.

"Autonomia não é um direito de fazer qualquer coisa", respondeu o reitor. "Pelo contrário, a universidade é o tempo todo submetida aos órgãos de controle. Autonomia não é soberania, não criamos lei, mas estamos ao abrigo da lei."

Cenducatte disse ainda que, "se [a proposta] for algo que vai restringir o funcionamento da universidade a áreas específicas", isso vai contra o conceito de universidade. "Você não pode, por um financiamento com mais recursos, quebrar a autonomia da universidade."

Ele disse que "ninguém é contra novas fontes de recursos", mas que o problema é como isso se constituirá na legislação, e quais são os requisitos para a adesão.

"Alguns dos pontos, nós já praticamos, já fazemos internamente ou por meio das fundações de apoio. Outros procedimentos, hoje, as universidades inclusive não podem fazer porque o arcabouço legal não permite", explicou o porta-voz da Andifes.

Leis que serão alteradas

Segundo Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, secretário de Educação Superior do MEC, pelo menos cinco leis precisarão ser alteradas para que o Future-se possa sair do papel.

"A gente vai alterar várias leis. Leis de OS [Organizações Sociais], de incentivos fiscais, dos depósitos à vista, leis dos fundos constitucionais, o Marco Legal de Ciência e Tecnologia. Também vamos mudar a Lei da Ebserh [empresa pública que gerencia hospitais universitários], para que ela seja ressarcida quando um paciente com plano de saúde for atendido nesses hospitais", explicou ele.

Esse ressarcimento já existe em hospitais públicos, mas a ideia do MEC é incluir os hospitais universitários nessa regra.

Fundo multimercado

Já sobre o "Fundo Soberano do Conhecimento", que o MEC quer criar com aportes de mais de R\$ 100 bilhões, Cenducatte disse que há muitas dúvidas dos reitores.

"A gente teria que ver quais são as pré-condições para que isso ocorra. O financiamento vai ser feito através do mérito, da qualidade do projeto? Não só por mérito, mas se tiver tais e tais tipos de obrigação? Vamos ter que considerar se isso fere questões", explicou ele.

"Como que as universidades participarão da distribuição desses recursos? É pelo aporte que ela colocou no fundo? Ou servirá para todos os institutos e universidades, independentemente de ela colocar ou não? É muito difícil, hoje, alguma universidade ter algo para aportar no fundo."

Em entrevista a jornalistas, Weintraub e Lima explicaram apenas a composição do fundo – a íntegra do documento também não detalha os critérios de como os repasses às universidades serão feitos.

"A gente não precisa de lei para a questão de fazer uma melhor gestão [dos imóveis que já compõem a universidade]", explicou Lima. "Agora, a gente vai querer que haja uma doação condicionada do Ministério da Economia para o MEC, como uma espécie de fomento, e que isso possa ser integralizado em fundos. Pode ser mais de um [fundo], a gente vai começar com um porque há dificuldades de implementar. Já estamos fazendo o mapeamento, pra ir desde um prédio construído que precise de reforma, ou um apartamento funcional, ou um lote onde vai ser construído um shopping."

Segundo ele, porém, a "integralização" dos aportes previstos depende do "apetite do mercado".

Já Weintraub explicou que, da parte do governo federal, "já tem um compromisso de R\$ 50 bilhões", que virão, de acordo com o ministro, de um total de R\$ 1 trilhão em imóveis da União "que estão gerando despesa". Ele afirmou que esses imóveis já foram identificados por Salim Mattar, secretário Especial de Desestatização e Desinvestimento do governo.

"A gente está muito preocupado com governança, não cometer os mesmos erros de governos passados em que fundos de investimento viraram corrupção. Tudo que a gente fizer é por CVM [Comissão de Valores Mobiliários], sem Estado na gestão do fundo. Tudo isso blindado", continuou o ministro.

"Não existe no mundo hoje um fundo soberano como esse, existem fundos isolados. O nosso, se a gente tiver sucesso, vai ser o maior do mundo. E isso vai abrir os olhos para investidores globais", disse Abraham Weintraub.

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

Projeto cria banco de dados nacional sobre produção científica

O Projeto de Lei 2690/19 institui o Sistema Brasileiro de Inventário Científico (SBIC) – banco de dados nacional, aberto à consulta pública e gratuita na internet, com informações sobre produção científica nacional. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

A proposta é de autoria do deputado Mário Heringer (PDT-ES). As informações divulgadas deverão ser detalhadas, identificando os centros ou laboratórios de pesquisa, os pesquisadores e colaboradores envolvidos, as pesquisas em andamento, os gastos e os resultados alcançados.

O objetivo do projeto, segundo o deputado, é criar uma plataforma unificada sobre a produção científica brasileira, que hoje se encontra pulverizada em diversos bancos de dados, como o da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. "Essa ferramenta é imprescindível para que saibamos, afinal, o que produzimos em termos de ciência, onde, por quem e, sobretudo, quanto realmente gastamos nessa produção."

Convênios

Segundo o projeto, o SBIC reunirá dados fornecidos pela **Capes** e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), inclusive sobre as pesquisas financiadas no exterior.

O sistema poderá firmar convênios para reunir informações de pesquisas realizadas em instituições públicas e privadas de ensino superior, centros de pesquisa autônomos, agências públicas e privadas de fomento e outros.

O projeto estabelece ainda que o termo de adesão das universidades privadas ao Programa Universidade para Todos (ProUni) deverá ter cláusula de compromisso de transferência de dados sobre a produção científica para o SBIC.

Tramitação

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça

e de Cidadania.

ÍNTEGRA DA PROPOSTA:

PL-2690/2019

Reportagem – Janary Júnior

Edição – Wilson Silveira

Agência Câmara Notícias

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

-ao agir contra vagas para trans, MEC feriu Constituição

Advogados acreditam que decisão final deve parar no Supremo Tribunal Federal.

Comissão da OAB também estuda meios de derrubar medida

Após a suspensão do processo seletivo do vestibular voltado para transgêneros e intersexuais pela Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), especialistas e até mesmo a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) questionam se o governo federal agiu legalmente ao pressionar para que a instituição de ensino recuasse e barrasse a seleção.

Na noite desta terça-feira (17/07/2019), o presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), afirmou, em tom de comemoração, que a Unilab só voltou atrás e cancelou as provas após interferência direta do Ministério da Educação (MEC). A universidade estava oferecendo 120 vagas – 69 no Ceará e 51 na Bahia. Os candidatos poderiam se inscrever em cursos como Administração Pública, Letras, Química, Sociologia e Matemática.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, contudo, as “universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.” Dessa maneira, segundo advogados, não caberia ao chefe do Executivo interferir nas decisões tomadas por ela. Assim, exigir que a Unilab voltasse atrás teria sido uma atitude inconstitucional.

No Supremo?

“Essa intervenção direta me parece grave e acho que o presidente da República exorbitou de suas funções ao questionar as decisões da universidade”, afirma Bernardo Strobel Guimarães, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e doutor em direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP).

Para o advogado processualista Mike Carvalho, apesar de a Constituição Federal ser clara, as medidas adotadas pelo atual governo federal provavelmente irão parar na Justiça, no Supremo Tribunal Federal (STF). “É uma questão que depende da interpretação dos ministros da Corte. O STF pode sim entender que o presidente não tem esse poder, mas também pode considerar que não cabe à Unilab fazer um vestibular específico para uma comunidade”, completa.

A advogada Chyntia Barcellos, secretária-geral da Comissão Especial de Diversidade Sexual e Gênero do Conselho Federal da OAB, também acredita que será necessária a intervenção de instâncias superiores. Para ela, é inconstitucional a decisão tomada pelo MEC.

“A comissão vai emitir uma nota jurídica técnica, ainda nesta semana, falando que não

concorda com a suspensão do edital, porque acredita que universidade não está contrariando a Lei de Cotas. Enviaremos um ofício para a Defensoria Pública da União dando ciência da nota e solicitando providências para o caso de propositura de uma ação civil pública pelo órgão. A gente pode questionar tudo isso na Justiça. Essa, como tantas outras medidas tomadas pelo governo federal, é arbitrária e não leva em consideração a diversidade do nosso país”, completa Chyntia Barcellos.

Entenda

As inscrições para o vestibular da Unilab chegaram a começar na terça-feira (17/07/2019). As vagas foram ofertadas para estudantes transexuais, travestis, pessoas não binárias e intersexuais oriundas de qualquer percurso escolar e que tenham concluído o ensino médio. Nesta quarta (17/07/2019), estudantes da universidade ocuparam o Campus da Liberdade, em Redenção, no interior do Ceará, em protesto contra o cancelamento do vestibular exclusivo para essas pessoas.

Procurado pela reportagem, o MEC afirmou que apenas questionou a legalidade do processo seletivo na universidade. “A motivação se deu pelo fato de que a Lei de Cotas não prevê vagas específicas para o público-alvo do citado vestibular. A universidade não apresentou parecer com base legal para elaboração da política afirmativa de cotas, conforme edital lançado na semana passada. Por esta razão, a Unilab solicitou o cancelamento do certame”, completou a pasta.

No entanto, as vagas disponibilizadas pela universidade ao público trans eram aquelas ociosas após vestibulares tradicionais e que beneficiavam a Lei de Cotas. A Unilab tem evitado comentar o caso. Mas o Metrôpoles apurou que a universidade cancelou o edital por prever problemas jurídicos futuros. No entanto, vem tentando encontrar brechas para que possa fazer o processo seletivo sem que o Executivo intervenha, de acordo com autonomia que lhe é garantida pela Constituição Federal

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Onda que vai, onda que vem

Depois de crescer com o Fies, as redes de ensino superior, como Estácio, Ser e Kroton, miram o ensino a distância (EAD). Vai dar certo?

Os executivos do grupo educacional Estácio, segundo maior do Brasil, tratam os números do primeiro trimestre de 2019 como um marco. A instituição teve recorde de novos alunos de graduação no período: foram 187 mil ingressantes, um aumento de 12,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. É a maior captação de alunos desde a fundação da empresa em 1970. A conquista seria positiva em qualquer cenário, mas tem um tempero a mais por acontecer em um momento-chave para as empresas do setor: elas já não contam com gordos repasses do governo para atrair os alunos de cursos presenciais pelo Fies, o programa federal de incentivo. De 2014 a 2018, o número de estudantes financiados pela União caiu de 733 mil para 82 mil ao ano.

Mas os resultados da Estácio são uma mostra de que uma nova frente de expansão já é uma realidade: o ensino a distância (ou EAD). Do primeiro trimestre de 2017 ao início de 2019, o número de polos (estruturas físicas que recebem algumas atividades do EAD) da Estácio passou de 228 para 635. Mesmo com um recuo no faturamento, já que as mensalidades no modo a distância são mais baixas, a Estácio melhorou a margem operacional, de 35% para 41%. As ações da companhia estão em alta de 28% no ano, o dobro do índice da bolsa.

O EAD será responsável por uma nova frente de crescimento do setor? Os números até agora são exuberantes. Um dos principais indicadores do momento são os polos a distância cadastrados no país. São 23 mil unidades, mais que o triplo das registradas dois anos antes. O número de matriculados passou de 1,4 milhão, em 2016, para 2 milhões, em 2018, com previsão de chegar a 2,5 milhões em 2023, segundo a consultoria Educa Insights. “Estamos em um ponto de inflexão para as redes de ensino”, diz Susana Salaru, analista do banco Itaú BBA.

A febre do Fies e a do ensino a distância têm uma similaridade que faz investidores e analistas desconfiarem da nova onda da educação superior. As duas foram impulsionadas pelo governo federal. A onda de abertura de polos veio após uma portaria de 2017 do Ministério da Educação, que definiu que as instituições poderiam abrir até 250 polos por ano, a depender de seu desempenho acadêmico.

Como nos anos anteriores o governo vinha segurando as concessões de novos polos, foi a senha para um efeito manada de empresas consolidadas em EAD, como a Kroton, mas também para vários novos perfis de concorrentes. “Havia uma concentração de mercado favorecida pela própria regulação. Os pedidos de abertura de polo simplesmente não andavam. Agora a concorrência aumentou”, afirma Fábio Figueiredo, diretor de planejamento do grupo Cruzeiro do Sul. Pequenas universidades locais puderam abrir polos de ensino a distância em cidades próximas à sua operação, e algumas se aventuraram por outros estados ou regiões.

O Brasil tem mercado para 23 mil polos de EAD? Para executivos e consultores ouvidos por EXAME, não. “Boa parte desses milhares de polos não tem viabilidade econômica. Vemos cidades pequenas com dez, 12 polos. Essa bolha está estourando e já vemos polos sendo fechados”, diz Romário Davel, sócio da consultoria Atmã Educar. Segundo Davel, nos próximos anos só as redes mais estruturadas devem conseguir manter grandes operações de ensino a distância. Até porque as despesas para operar nesse nicho podem ser menores do que as da educação presencial, com grandes estruturas físicas e exércitos de professores, mas estão longe de ser desprezíveis. Instituições pequenas, sem poder de fogo para investir em marketing e em tecnologia, devem ser as primeiras afetadas.

No EAD, escala é um fator fundamental. Os altos investimentos em tecnologia necessários para garantir uma boa experiência ao aluno se pagam na medida em que a instituição consegue ter muitos estudantes conectados no mesmo curso. “Nunca tivemos uma necessidade tão grande de sofisticar a operação”, diz Jeferson Ortiz, diretor de operações e polos EAD da Kroton, maior empresa do setor.

Ou seja, o avanço do EAD, assim como o do Fies, tende a beneficiar as grandes redes, com mais capacidade de investimento. Elas estão em meio a uma corrida para fincar bandeiras no maior número possível de territórios. A Estácio, como já dito, foi de 228 polos, no primeiro trimestre de 2017, para 635, no primeiro trimestre deste ano. A Ser, que tinha apenas 15 polos EAD há dois anos, hoje tem 246; a Kroton tinha 910 polos no início de 2017 e hoje conta com 1.410; e a Cruzeiro do Sul passou de 150 para 780 no mesmo intervalo. Os planos de expansão das grandes redes continuam, por ora. A Kroton agora pretende chegar a 1.510 polos até o fim do ano. A Estácio tem a meta de 1.000, assim como a Cruzeiro do Sul. Na Ser, a diretriz é abrir 100 polos ao ano. A

avaliação é que os pequenos não terão vez.

Os números de alunos do EAD cresceram de forma significativa nos últimos anos. Ainda assim, só 18% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos frequentam cursos de ensino superior. A meta do Plano Nacional de Educação é chegar a 33% de presença até 2024. “A quantidade de pessoas no Brasil que têm só o segundo grau é muito grande. Enquanto não chegarmos a elas, o trabalho não terminou”, afirma Eduardo Parente, presidente da Estácio.

Apesar das boas perspectivas, até aqui, a expansão do EAD teve efeitos distintos para as principais empresas. A Kroton, que chegou a valer mais de 30 bilhões de reais na bolsa em 2017, hoje está avaliada em cerca de 20 bilhões. A concorrente Estácio, por sua vez, está perto do pico histórico de 10 bilhões de reais, com alta de 28% em 2019.

Na Ser, o valor de mercado também subiu no ano, de 2 bilhões para 3 bilhões de reais. As três instituições, as maiores do país, perderam alunos nas aulas presenciais com o fim do Fies, e devem continuar perdendo. A Estácio já teve 43% de seus alunos presenciais do Fies — hoje, tem 17%. Na Kroton, a participação caiu de 52% para 17%.

Os limites da escala

Uma das principais apostas das grandes redes está nos cursos híbridos. Nessa modalidade, os alunos têm a parte teórica pela internet e alguns encontros semanais para aulas práticas e convivência com os colegas. É uma tentativa de unir o melhor dos dois mundos: a praticidade do EAD com a experiência do curso presencial.

O preço da mensalidade fica no meio do caminho e ajuda a aumentar a receita das instituições, enquanto as matrículas nos cursos presenciais, mais caros, emperram. Um curso 100% online de administração na faculdade Anhanguera, da Kroton, sai por 165 reais ao mês. Na modalidade semipresencial, a mensalidade sobe para 239 reais. O curso totalmente presencial custa 799 reais mensais. Uma estimativa da consultoria Educa Insights mostra que os cursos híbridos devem representar 10% das matrículas em instituições privadas de ensino superior até 2023, ano em que a modalidade chegaria a 1,6 milhão de alunos — hoje são 300 mil.

Na Kroton, a maioria dos alunos já faz cursos com encontros uma vez por semana. Mais recentemente, a empresa lançou a modalidade EAD Premium, com três encontros presenciais por semana, que já responde por 14% dos novos alunos em EAD. Enquanto no 100% online os cursos mais buscados são administração e pedagogia, o modelo intermediário permite a oferta de graduação em áreas como nutrição, enfermagem e engenharia, que exigem aulas práticas.

“No início, os cursos a distância eram muito padronizados. O modelo híbrido surge dentro da tendência de termos no mercado opções de mais qualidade”, diz Daniel Infante, sócio-fundador da Educa Insights. Na Estácio, os cursos EAD Flex, com 70% do conteúdo digital e atividades nos polos e laboratórios, ganharam força neste ano: a base chegou a 33 mil alunos em março, com crescimento de 64,7% em relação ao primeiro trimestre de 2018. A modalidade já é oferecida em cerca de 100 polos e as aulas práticas (de até duas por semana) são marcadas de acordo com a disponibilidade do aluno.

Rodrigo Galindo, da Kroton: aposta em cursos híbridos | Lia Lubambo

Como os cursos a distância não são financiados pelo governo federal, seu crescimento, ligado à capacidade de pagamento dos alunos, tende a ser mais sustentável no longo prazo. Mas há questões em aberto que nublam o potencial do mercado. A primeira delas diz respeito às próprias redes de ensino. A expansão acelerada de polos pode fazer com que muitos não atinjam o número mínimo de alunos necessário para sua manutenção.

Para se sustentar, o polo precisa ter, em média, de 150 a 450 alunos, dependendo do modelo de negócios. Unidades muito boas chegam a ter 4 mil alunos. Mas reunir essas pessoas tem ficado mais difícil com o aumento da concorrência. Os polos da Ser Educacional, a maioria deles recém-inaugurada, têm, em média, apenas 88 alunos.

Um entrave é como responder às constantes dúvidas dos alunos sem precisar inchar a base de professores, algo que derrubaria parte do ganho de escala. “Estamos testando o uso de inteligência artificial para ter um assistente virtual que possa responder de forma prática às dúvidas tanto acadêmicas quanto administrativas”, afirma Jânio Diniz, presidente da Ser Educacional.

Outra leva de dúvidas vem do mercado e de órgãos reguladores. Uma das controvérsias é a aceitação de cursos a distância em algumas profissões. O Conselho Federal de Enfermagem é contra EAD para formar enfermeiros e apoia um projeto de lei em tramitação na Câmara que obriga a formação restrita a cursos presenciais.

Um dos grandes entraves é a retenção dos alunos. Em outra frente, o Sindicato dos Professores de São Paulo reclama de demissões e afirma que professores de cursos a distância ganham menos do que os de cursos presenciais. Segundo as empresas, os trabalhos são diferentes e o modelo de remuneração também. Depois de usufruir a onda de risco zero do Fies, as escolas vão encarar as exigências do EAD.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Reitores avaliam programa anunciado pelo MEC é vago e pedem mais informações

Os reitores das universidades federais do País disseram ter se surpreendido com o programa Future-se, anunciado nesta quarta-feira, 17, pelo Ministério da Educação (MEC). Sem ter sido discutido com os dirigentes, o programa foi apresentado pelo ministro Abraham Weintraub como a solução para a crise orçamentária das instituições, ainda que a maior parte das ações já sejam há anos adotadas e não haja detalhes sobre a operacionalização do plano.

“O governo está apresentando novas fontes de recurso para as universidades, quem é contra isso? Ninguém, nenhum dos reitores é contrário à proposta. Mas precisamos entender como vai se dar essa participação, como vai ser o contrato de adesão, quanto tempo e qual a parcela de recursos que cada instituição vai receber”, disse presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Reinaldo Centoducatte.

O programa visa ampliar a participação de verbas privadas no orçamento universitário, através de um “fundo soberano do conhecimento” que terá cinco eixos como fonte de recurso, as principais delas serão o patrimônio imobiliário da União e leis de incentivo fiscal.

O presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior (Confies), Fernando Peregrino, diz que a adesão das universidades ao programa vai depender dos esclarecimentos que o MEC precisa apresentar nos próximos dias. Segundo ele, Weintraub não informou quanto tempo estima para que os recursos do fundo possam ser utilizados.

“O projeto mira no caminho certo, mas não explica como vai ser o processo de transição. Porque esse recurso não vai estar disponível imediatamente. Depois das doações das empresas, é preciso esperar um tempo para a capitalização. Esse dinheiro não vai render agora, no melhor cenário econômico, vai estar disponível em uns cinco anos. Até lá como fica o financiamento das universidades?”, questiona Peregrino.

O governo destacou que, antes da implementação do programa, a proposta passará por consulta pública por um mês. “O MEC não vai impor nada”, diz nota enviada pelo ministério. A adesão das universidades também será voluntária, já que elas continuarão a ter um orçamento anual, definido pela União.

Apesar do tempo para a consulta, o ministro afirmou que tem pressa na aprovação do programa. “Existe urgência para se fazer isso o mais rápido possível, tem todo contexto. Estamos conversando com a Casa Civil para entrar em vigor esse ano, muitas ações já têm autorização legal”, diz o MEC.

Com o programa, o MEC pretende que as universidades passem a celebrar contratos com empresas para a gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da universidade (comodato ou cessão dos imóveis serão liberados), criar fundos patrimoniais (com doação de empresas ou ex-alunos) e ceder os “naming rights” de seus campus ou edifício (como ocorre, por exemplo, em estádios de futebol ou cinemas).

topo ↕

REPLICARIO - TEMPO REAL

Projeto que proíbe cancelamento de bolsas de pesquisa avança na Câmara

No dia em que o Ministério da Educação (MEC) anunciou o lançamento de um programa para promover a captação de recursos nas universidades e incentivar parcerias das universidades públicas do país com empresas privadas, uma boa notícia para a educação: o projeto de lei que veda o cancelamento, a interrupção e o corte de bolsas de apoio à pós-graduação e à pesquisa recebeu parecer favorável e deverá seguir na Câmara dos Deputados.

Tramitando em caráter conclusivo, a proposta deve ser apreciada já no início de agosto na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e na de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para então ser encaminhada ao Senado Federal, sem necessidade de votação em plenário.

Apresentada pelo vice-líder do PCdoB, deputado federal Márcio Jerry (MA), a proposta é uma medida emergencial para conter os impactos provocados pelo bloqueio de R\$ 5,8 bilhões do orçamento de 2019 para a Educação, valor que representa 30% das verbas destinadas à área. Ao dar aval para a continuidade da projeto, o deputado Roberto Alves (PRB-SP), relator do PL, afirmou que o valor de R\$ 40 milhões atualmente investidos pelo Brasil é um dos mais baixos do mundo e que as ações de contingenciamento propostas pelo MEC “são desastrosas”.

Apesar de negar cobranças de mensalidade de estudantes das universidades federais, várias medidas adotadas pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, vêm recebendo críticas de parlamentares, que acusam o governo de promover um verdadeiro “desmonte” da educação nacional. Além de propor mudanças no regime de financiamento das universidades, o ministério vem sendo criticado também por, segundo série de reportagens publicadas nesta semana no país, cortar drasticamente investimentos direcionados à educação básica pública durante os primeiros seis meses de gestão.

“O GOVERNO BOLSONARO, DESDE O INÍCIO, VEM ATACANDO MUITO CLARAMENTE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. É LAMENTÁVEL O QUE TEM HAVIDO. VAMOS CONTINUAR NESSA TRINCHEIRA, MANTENDO UMA POSTURA DE RESISTÊNCIA E UNINDO A LUTA NO PARLAMENTO COM A LUTA NAS UNIVERSIDADES, NAS ESCOLAS NAS RUAS. É HORA DE UNIR O PAÍS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO”, DEFENDEU JERRY.

Fonte: Metrôpoles

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Universidades federais devem captar recursos privados? Especialistas respondem Professores da USP, Insper e Academia Brasileira de Ciências analisam planos do MEC em novo programa de financiamento de universidades

SÃO PAULO - Educadores e especialistas em financiamento do ensino superior ouvidos pelo Estado levantaram dúvidas sobre os detalhes do programa anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) para atrair investimentos privados às universidades federais. Pesquisadores da área veem como positiva a "intenção" manifestada no plano, mas questionam quais regras que vão garantir o volume de investimentos esperado, a segurança jurídica, e que o programa não aumente a desigualdade entre as instituições.

Confira abaixo entrevista com três especialistas sobre o assunto:
É extremamente difícil captar doações

Sérgio Firpo, coordenador de pesquisa e pós-graduação strito-sensu do Insper

Qual sua opinião sobre as mudanças na legislação para permitir que universidade federais captem recursos da iniciativa privada?

É extremamente difícil captar doações num país em que a cultura de doação é ainda incipiente, não só pelo lado da oferta de doadores mas também pelo lado da demanda. Em geral, um doador gostaria de ver a doação ter algum impacto social, algum tipo de impacto que faça valer a doação.

Não é apenas dizer que se está aberto a doações, mas dizer como o dinheiro será utilizado.

A sociedade como um todo já coloca dinheiro (em universidades públicas) em impostos. Não está muito claro quais são as contrapartidas nesse projeto.

Há uma outra série de delicadezas. É preciso deixar muito claro que o dinheiro desse

fundo não será utilizado para outras atividades, e que há todas as garantias legais para que isso vai acontecer. O sucesso desse tipo de iniciativa vai depender muito da fase de implementação

O que o senhor acha da ideia de dar mais autonomia orçamentária às universidades e, ao mesmo tempo, criar um fundo soberano para ajudar a financiá-las?

As principais (universidades federais) talvez já tenham alguma estrutura de arrecadação. Talvez elas não precisem. Talvez as que mais precisem sejam justamente aquelas para as quais ninguém quer doar.

O problema é mais do lado de quem vai doar do que de quem vai receber. Minha preocupação é que seja uma verba que as universidades encarem como um dinheiro marcado para gastar com finalidades específicas. Se isso for incorporado no orçamento geral, vai acabar sendo utilizado para contratar mais, para aumentar salário, coisas que não necessariamente estarão atreladas ao destino original do recurso.

Qual sua opinião sobre estimular a competição dessa forma?

Seria legal ter flexibilidade e regras claras para poder premiar pesquisadores e grupos de pesquisa que têm impacto na sociedade, na comunidade científica. O setor público tem uma dificuldade de premiar ou punir professores pela sua produtividade.

A questão é só definir claramente quais são as métricas. O Brasil acabou tomando uma obsessão por metas objetivas que não necessariamente refletem qualidade de publicação ou impacto na comunidade científica.

Nossas universidades federais geram um número de doutores do que diversas consideradas de ponta, várias "top 10" americanas. Isso significa que temos mais impacto na produção intelectual? Não.

Temos talvez muito volume com baixo impacto. Então temos que definir quais são as nossas metas.

A virtude maior é incentivar a partilha de responsabilidades

Nilson Machado, professor da Faculdade de Educação da USP

Qual sua opinião sobre as mudanças na legislação para permitir que universidades federais captem recursos da iniciativa privada?

Pontualmente, esse aporte de dinheiro privado já existe quase que continuamente nas universidades públicas. Aqui e ali, isso está ocorrendo. O que há de problemático no aporte é que quando uma instituição privada põe dinheiro, isso é localizado naquele projeto e naquela universidade.

A criação desse fundo, que está se pretendendo, imagino que é para escapar um pouco disso. O dinheiro que viesse seria, de alguma forma, incorporado ao dinheiro da universidade para servir todas as funções que universidade exerce, e não apenas os interesses daqueles que estão trazendo dinheiro. Esse dinheiro, que entra pontualmente em várias iniciativas de unidades específicas, viria a convergir em um fundo para poder

servir à universidade inteira.

Não estou vendo isso como uma grande evolução, um fato novo. É um acerto no foco de coisas que já estão ocorrendo no modo como as universidades estão funcionando hoje.

Qual sua opinião sobre estimular a competição, com base em produção acadêmica?

Acho uma besteira. Esses critérios de classificação de periódicos, de avaliação da produção acadêmica por meio do número de artigos publicados, estão absolutamente desgastados no mundo.

Na China, são muito frequentes artigos publicados por 300 ou 400 autores. Todo mundo de um grupo de estudos assina como coautor. Já há registros de artigos com milhares de autores. É um evidente sinal de esgotamento desse critério.

O paradoxo, reconhecido por todo o mundo, é que aumentam muito o número de artigos publicados e diminui muito o impacto de cada artigo. O que seria um artigo substantivo, divide-se em meia dúzia de artigos que, isoladamente, são pouco citados. Aumenta o número e diminui o interesse pelo assunto.

O aporte de investimento privado será suficiente para causar impactos relevantes nas universidades?

O artigo 205 da Constituição diz que a educação é direito de todos, e um dever do Estado que será realizado em colaboração com a sociedade civil. É uma partilha de responsabilidade que o Estado está propiciando.

É uma caricatura dizer que, se não dá para fazer para todos, não faz para nenhum. O efeito distributivo que um fundo como esse, que parece que está sendo criado, é para corrigir esse tipo de distorção. Longe de nós a ideia de que quem agora será responsável pela financiamento da educação no Brasil é o setor privado. Isso simplesmente não faz sentido. A virtude maior de iniciativas como essa é incentivar a partilha de responsabilidades nas universidades.

É um caminho a ser seguido

Simon Schwartzman, sociólogo e membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

Qual sua impressão sobre as mudanças na legislação para permitir que universidades federais captem recursos da iniciativa privada?

A ideia é criar possibilidades às universidades de conseguir recursos adicionais do setor privado, de contratos a doações e criar um sistema de estímulo à captação desses recursos. Essa é a ideia geral. Nesse sentido, acho que é um caminho que deve ser seguido.

A gente não sabe ainda o que está acontecendo, pois tudo isso depende de projeto de lei. Tem de passar pelo Congresso, há uma série de questões legais que não estão claras ainda.

O ministério está com uma impressão talvez exagerada de quanto dinheiro vai conseguir com isso. Eu seria mais cauteloso em relação a isso.

Quais são os principais entraves ao financiamento de universidades, que não podem ficar de fora da proposta?

Existem problemas em torno de questões legais. As universidades têm dificuldades de fazer contratos. Se elas recebem recursos, não podem gerir esses recursos, não podem acumular patrimônio. Há uma série de questões legais que precisam ser resolvidas.

Uma vez resolvido isso, também não está claro se o setor privado vai correr para dar dinheiro às universidades. As universidades americanas têm equipes profissionais que fazem arrecadação, além de terem uma tradição de filantropia que o Brasil não tem.

É um caminho que é interessante abrir e começar a seguir. Mas não tenho a expectativa de que, no ano que vem, já vá gerar muita renda às universidades.

Qual seria o melhor uso para esses recursos?

O melhor uso é para projetos, para expansão, e para atividades específicas. E não para manutenção da universidade. Não se pode usar esse dinheiro para gastos permanentes.

Para isso, você precisaria mudar o status da universidade, o que esse programa não está fazendo. Esse projeto está criando uma possibilidade de haver recursos adicionais.

Se esse recurso crescer, podemos ter uma mistura de diferentes fontes de recurso, o que é uma coisa boa. Uma parte é orçamentária, uma parte vem de projetos, outra de fundos de investimento, enfim. As universidades, em boa parte do mundo mais avançado, têm isso. Em geral, os governos entram com uma parte principal, mas não única.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Quais são as mudanças previstas pelo MEC no financiamento das universidades?

Entenda o Future-se

Programa foi apresentado com a promessa de modernizar a gestão das universidades federais e criar uma alternativa para a crise orçamentária das instituições

O Ministério da Educação (MEC) apresentou nesta quarta-feira, 17, um programa com previsão de aporte de mais de R\$ 100 bilhões para as universidades federais. O Estado separou respostas que detalham o funcionamento da iniciativa planejada. Veja:

Como funciona o financiamento das universidades federais hoje?

A autonomia administrativa das faculdades públicas federais é prevista pela Constituição, mas na prática depende de aprovação do Ministério da Educação (MEC) para a execução orçamentária e as verbas são repassadas com rubricas específicas. Os reitores também obedecem às normas de contratações e licitações para órgãos públicos.

O cálculo da verba para cada instituição é feito por uma matriz que considera aspectos como a quantidade de alunos, de graduações e pós, os tipos de cursos, além do número de residências médicas. As universidades também já desenvolvem projetos de captação

de recursos na iniciativa privada.

O que é o programa Future-se?

O programa Future-se foi apresentado com a promessa de modernizar a gestão das universidades federais e criar uma alternativa para a crise orçamentária das instituições. São previstos R\$ 102,6 bilhões em incentivos para a captação de recursos privados - como doações, parcerias com empresas, aluguel e venda de patrimônio público e "naming rights" - e incentivo à Lei Rouanet. O programa prevê um "fundo soberano do conhecimento" para ser distribuído pelas universidades.

Quais recursos estão previstos?

Os recursos, divididos em cinco eixos, virão principalmente de patrimônio imobiliário cedidos pela União, de R\$ 50 bilhões, que podem ser vendidos ou concedidos à iniciativa privada. Outros R\$ 33 bilhões são de fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Leis de incentivos fiscais e depósitos à vista representarão R\$ 17,7 bilhões; e R\$ 700 milhões virão de outras fontes, como utilização econômica de espaços públicos e fundos patrimoniais. O Future-se também terá R\$ 1,2 bilhão de recursos de cultura (para bibliotecas e museus universitários, por exemplo) captados via Lei Rouanet.

Que outras mudanças poderão ocorrer?

Com o programa, o MEC pretende que as universidades celebrem contratos com empresas para a gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da universidade (comodato ou cessão dos imóveis serão liberados), criar fundos patrimoniais (com doação de empresas ou ex-alunos) e ceder os "naming rights" de seus câmpus ou edifícios (como ocorre em estádios e cinemas).

Quais são os próximos passos para implementação das medidas?

Antes de implementar o programa, haverá consulta pública por um mês. "O MEC não vai impor nada", diz nota da pasta. Na sequência, uma parte da proposta deverá ainda passar pelo Congresso. Mas o ministro Abraham Weintraub disse ter pressa. "Estamos conversando com a Casa Civil para entrar em vigor este ano. Muitas ações têm autorização legal."

Alguma forma de cobrança de mensalidade nas universidades é mencionada?

O MEC tem destacado que a proposta não prevê a cobrança de mensalidades nas federais.

Qual foi a reação dos reitores?

A Andifes, associação de reitores das federais, afirmou que diversificar fontes de financiamento é importante e uma demanda antiga, mas cobrou detalhes. "Precisamos entender como se dará essa participação, como será o contrato de adesão, quanto tempo e qual parcela de recursos cada instituição receberá e se haverá redução de orçamento", disse Reinaldo Centoducatte, presidente da Andifes e reitor da federal capixaba. Leia aqui a repercussão entre outros especialistas.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Reitores avaliam programa anunciado pelo MEC é vago e pedem mais informações

Os reitores das universidades federais do País disseram ter se surpreendido com o programa Future-se, anunciado nesta quarta-feira, 17, pelo Ministério da Educação (MEC). Sem ter sido discutido com os dirigentes, o programa foi apresentado pelo ministro Abraham Weintraub como a solução para a crise orçamentária das instituições, ainda que a maior parte das ações já sejam há anos adotadas e não haja detalhes sobre a operacionalização do plano.

"O governo está apresentando novas fontes de recurso para as universidades, quem é contra isso? Ninguém, nenhum dos reitores é contrário à proposta. Mas precisamos entender como vai se dar essa participação, como vai ser o contrato de adesão, quanto tempo e qual a parcela de recursos que cada instituição vai receber", disse presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Reinaldo Centoducatte.

O programa visa ampliar a participação de verbas privadas no orçamento universitário, através de um "fundo soberano do conhecimento" que terá cinco eixos como fonte de recurso, as principais delas serão o patrimônio imobiliário da União e leis de incentivo fiscal.

O presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior (Confies), Fernando Peregrino, diz que a adesão das universidades ao programa vai depender dos esclarecimentos que o MEC precisa apresentar nos próximos dias. Segundo ele, Weintraub não informou quanto tempo estima para que os recursos do fundo possam ser utilizados.

"O projeto mira no caminho certo, mas não explica como vai ser o processo de transição. Porque esse recurso não vai estar disponível imediatamente. Depois das doações das empresas, é preciso esperar um tempo para a capitalização. Esse dinheiro não vai render agora, no melhor cenário econômico, vai estar disponível em uns cinco anos. Até lá como fica o financiamento das universidades?", questiona Peregrino.

O governo destacou que, antes da implementação do programa, a proposta passará por consulta pública por um mês. "O MEC não vai impor nada", diz nota enviada pelo ministério. A adesão das universidades também será voluntária, já que elas continuarão a ter um orçamento anual, definido pela União.

Apesar do tempo para a consulta, o ministro afirmou que tem pressa na aprovação do programa. "Existe urgência para se fazer isso o mais rápido possível, tem todo contexto. Estamos conversando com a Casa Civil para entrar em vigor esse ano, muitas ações já têm autorização legal", diz o MEC.

Com o programa, o MEC pretende que as universidades passem a celebrar contratos com empresas para a gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da universidade (comodato ou cessão dos imóveis serão liberados), criar fundos patrimoniais (com doação de empresas ou ex-alunos) e ceder os "naming rights" de seus campus ou edifício (como ocorre, por exemplo, em estádios de futebol ou cinemas).

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Para especialistas, plano do MEC não resolve crise e ampliará desigualdades

Apresentado na manhã do dia 17 pelo MEC, o Future-se é um plano que acena com modificações no financiamento de universidades federais. O blog consultou dois dos principais especialistas brasileiros no assunto: Marina Avelar, pesquisadora associada do grupo Norrag, do Graduate Institute of International and Development Studies, na Suíça; e Salomão Ximenes, professor de políticas públicas da UFABC. A impressão inicial de ambos sobre o conjunto de medidas — em que se destacam a proposta de um fundo privado de financiamento, a gestão por organizações sociais e o estímulo ao empreendedorismo — é negativa.

Para os entrevistados, o projeto é vago e pouco transparente; não resolve o problema imediato da falta de verba; acena com recursos incertos e sem liquidez; desresponsabiliza o poder público no financiamento do ensino superior público; joga na educação a responsabilidade pela solução de problemas econômicos; ameaça ampliar desigualdades entre universidades, cursos e áreas; e não contempla a expansão da rede.

"Se fosse resumir, diria que o Future-se soa como uma tentativa de vender que se está melhorando o financiamento da educação, quando, na verdade, as universidades serão deixadas na mão", afirma Marina. Ela se refere ao primeiro pilar da proposta: um fundo privado, no valor de R\$ 102 bilhões, apresentado como fonte de recursos para as instituições públicas. A especialista aponta que os chamados mecanismos inovadores de financiamento precisam ser fontes adicionais de recurso, o que não é o caso. "Isso é consenso na literatura: financiamento inovador significa trazer dinheiro novo para novas iniciativas. Como o teto de gastos segue ativo e não houve menção ao fim do contingenciamento de verba, esse dinheiro seria usado para pagar o dia a dia. Na prática, ocorreria uma substituição do recurso público", diz Marina, ressaltando que sua opinião não representa, necessariamente, a das instituições com que trabalha.

Outra dificuldade seria o tempo de uso do recurso. Segundo o MEC, boa parte do fundo — 50 dos 102 bilhões — viria da venda de terrenos e imóveis da União. Ou seja, não há liquidez. "Além disso, um fundo tem tempo de maturação: é preciso primeiro capitalizar para depois retirar recursos. Essa é uma proposta que não vejo como consolidada", afirma Salomão. Os dois especialistas concordam que não se trata de solução para o subfinanciamento atual. "Com o contingenciamento, o funcionamento das universidades está ameaçado desde agora. Elas precisam de dinheiro para eletricidade já. A proposta não mexe nisso", diz Marina.

Uma segunda novidade é a possibilidade de que a gestão das universidades seja feita pelas chamadas organizações sociais (OS), entidades privadas sem fins lucrativos que recebem subvenção do governo para prestarem serviços. "O que está se propondo é um modelo misto de administração, coerente com um projeto neoliberal nascido ainda no governo FHC, nos anos 1990. A parcela que ficaria a cargo das OS não está clara. É preciso esclarecer o limite da atuação", diz Salomão. Marina enxerga na medida uma modalidade de privatização. "A propriedade segue pública, mas a gestão ou a execução de serviços passa para a iniciativa privada". A alegação de que o modelo traria mais eficiência é controversa. Salomão afirma que há poucas experiências no campo da educação — as parcerias público-privadas são mais comuns na cultura e na saúde. "São conhecidos os relatos de corrupção e improbidade administrativa em hospitais geridos por OS", exemplifica Marina. "Também vejo problemas na questão da transparência: uma OS não precisa prestar contas como uma autarquia".

O terceiro ponto, pisado e repisado na apresentação do MEC, é o foco em inovação e empreendedorismo. Para Salomão, trata-se de uma proposta de liberalização geral para venda de serviços e força de trabalho intelectual. "Cria-se um conjunto de incentivos para que os docentes se dediquem muito mais a produzir para o mercado do que para o setor público. Isso preocupa pois muda completamente a dinâmica das universidades, da agenda de pesquisa e desenvolvimento e do tempo dedicado ao ensino, pesquisa e extensão. Vejo um desvirtuamento dos papéis de formação e de pesquisa de base." Outro complicador é que, como nem todo o conhecimento é "vendável", a tendência é de que se ampliem as desigualdades entre universidades, entre campos do saber e mesmo entre cursos. As áreas de humanas seriam as grandes atingidas. "Quem vai querer financiar estudo de desigualdade e racismo? É um tema bem coberto em literatura internacional: com PPPs, causas desse tipo perdem dinheiro", diz Marina.

Os especialistas atacam, também, a ideia de que o ensino superior "rouba" dinheiro da educação básica. O mantra de que o problema não é recurso, mas gestão, apareceu na apresentação do MEC, mas é refutado pelas estatísticas educacionais: o gasto brasileiro por aluno no ensino superior é inferior à média dos países da OCDE, clube das nações desenvolvidas.

Quando se pegam as instituições que teriam inspirado o Future-se, a disparidade aumenta. "MIT e Stanford investem cerca de 600 mil reais anuais em cada estudante. USP e Unicamp ficam na casa dos 53 mil. Mesmo que se considerem as diferenças no poder de compra, as diferenças são consideráveis", aponta Marina. Para Salomão, é também equivocado tomar como exemplo instituições como Harvard — pequenas, em comparação com as maiores federais brasileiras. "Um exemplo melhor seria Berkeley, que é maior e tem o grosso de seu financiamento vindo do setor público. A experiência de países ricos mostra que apenas uma pequena fração das universidades conseguem funcionar com modelos semelhantes ao proposto pelo MEC".

** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Seminário discute inovação pedagógica na educação online

Ciclo de conferências virtuais será realizado entre 22 e 26 de julho

A Associação de Educação a Distância dos Países de Língua Portuguesa (EaD@PLP) realizará, entre 22 e 26 de julho, seu segundo ciclo de conferências, que desta vez trata sobre inovação pedagógica na educação online. Fundada em maio de 2018 pela **CAPES** em parceria com universidades de nações lusófonas, a entidade busca valorizar a criação de conhecimento em rede na comunidade de língua portuguesa.

Gratuito, o seminário contará com atividades como palestras e mesa de debate e oferecerá certificação, desde que se cumpram os requisitos de participação nas atividades (interagir nos fóruns de conteúdos com, no mínimo, três mensagens por dia).

A programação completa pode ser conferida no site da Universidade Aberta de Portugal (Uab), que preside a associação. Interessados devem se inscrever clicando aqui. Quem participou do primeiro seminário da entidade, que debateu os desafios da docência online, em maio, já está automaticamente inscrito.

Capex

topo ↗

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Pesquisa avança na busca de novas terapias para malária Publicado na revista científica 'Frontiers in Microbiology', o estudo liderado pelo IOC/Fiocruz em parceria com UFRJ apontou que composto utilizado contra o câncer pode atuar contra o parasito Plasmodium

A busca pela eliminação da malária tem como base a combinação de medidas que visam tratar os pacientes e impedir a transmissão da doença. Uma nova pesquisa aponta que uma molécula investigada para tratamento do câncer pode contribuir para alcançar este objetivo. Em camundongos, considerados modelo para estudo da malária cerebral, complicação mais grave da infecção, a administração do composto conhecido como DON (6-diazo-5-oxo-L-norleucina) reduziu significativamente a presença dos parasitos Plasmodium no sangue, prevenindo a morte dos animais e bloqueando a transmissão para os mosquitos.

“A pesquisa mostra que o composto interrompe o ciclo de vida do parasito. Com o tratamento, o desenvolvimento do Plasmodium no interior das hemácias [células sanguíneas] é bloqueado. Portanto, os sintomas não se estabelecem e o mosquito não se infecta ao sugar o sangue dos animais. Esses resultados apontam para o potencial de DON como mais uma força em terapias combinadas em busca de uma intervenção eficiente contra a malária”, afirma Alexandre Morrot, pesquisador do Laboratório de Imunoparasitologia do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) e coordenador do estudo.

Publicado na revista científica *Frontiers in Microbiology*, o trabalho foi liderado pelo IOC em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No IOC, além do Laboratório de Imunoparasitologia, participaram os Laboratórios de Pesquisa em Malária e de Biologia Molecular e Doenças Endêmicas. A Universidade de Nova York, nos Estados Unidos, também colaborou com o estudo. A pesquisa foi financiada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Ação paralisante

Causador da malária, o parasito Plasmodium passa por diferentes estágios nos mosquitos e nos hospedeiros vertebrados – entre eles, os seres humanos. O trabalho mostra que o composto DON paralisa o desenvolvimento do microrganismo na forma trofozoíta, encontrada nas células do sangue. Na presença do composto, a maioria dos trofozoítas não chega ao estágio maduro e aqueles que alcançam esse estágio apresentam graves alterações morfológicas. Uma vez que os trofozoítas maduros são responsáveis tanto pela reprodução assexuada – capaz de multiplicar o número de parasitos no sangue – quanto pela formação de gametócitos – formas sexuadas responsáveis pela infecção dos mosquitos –, o ciclo do Plasmodium é quebrado.

“O composto não provoca diretamente a morte dos parasitos, mas ao limitar a sua reprodução impede o estabelecimento dos sintomas da doença e permite que o organismo elimine naturalmente a infecção”, explica Morrot.

A ação do composto sobre o parasito foi observada tanto em experimentos em cultura

de células, como em testes com camundongos. Nos animais, a redução da presença do Plasmodium no sangue foi acompanhada pela recuperação do quadro de malária cerebral, prevenindo completamente a mortalidade. Ao investigar a presença de parasitos no intestino de mosquitos que picaram os camundongos, os pesquisadores observaram que o tratamento reduziu a taxa de infecção dos vetores para perto de zero.

Fatores de virulência

De forma inédita, a pesquisa apontou o mecanismo bioquímico por trás do efeito do composto na infecção. Os experimentos indicaram que a substância DON inibe uma enzima do Plasmodium, conhecida como GFTP. Segundo Morrot, a atividade desta enzima é fundamental para a síntese de um tipo de açúcar que integra a composição de moléculas consideradas como fatores de virulência do parasito, ou seja, que atuam no processo de infecção das células e para driblar as defesas do organismo.

“Por exemplo, o Plasmodium tem um mecanismo conhecido de evasão do sistema imune. As células de defesa identificam determinadas proteínas na superfície do parasito e produzem anticorpos para atuar contra elas. Como o Plasmodium apresenta esses alvos ancorados em moléculas chamadas de glicolipídios, que permitem que eles se desprendam após serem identificados, os anticorpos não conseguem reconhecer o parasito”, descreve o pesquisador. “O açúcar produzido pela enzima GFTP é essencial para a composição dos glicolipídios, assim como de glicoproteínas que estão envolvidas no processo de invasão das hemácias”, enumera.

Potencial expandido

No foco do trabalho, DON é um composto químico estudado desde a década de 1950 por sua ação antitumoral e que, nos últimos anos, entrou também na mira das pesquisas sobre a malária. Estudos anteriores apontaram que a substância é capaz de promover a recuperação de camundongos na fase tardia da infecção, quando o quadro de malária cerebral encontra-se avançado. Nessa situação, o efeito do composto resulta principalmente da ação sobre o sistema imune dos animais. A terapia inibe o excesso de inflamação que agrava as lesões do cérebro, promovendo a melhora dos sintomas antes mesmo da redução da presença de parasitos no sangue.

Ao demonstrar a ação do composto na fase inicial da infecção, o trabalho atual amplia o potencial da substância contra a malária. “Os achados indicam que DON é capaz de atuar diretamente no crescimento e diferenciação das formas sanguíneas do Plasmodium, além de atenuar os danos causados pela resposta inflamatória do hospedeiro. Essas características sugerem que o composto pode contribuir para o tratamento dos casos de malária cerebral e atuar como bloqueador da transmissão, enfatizando sua importância no desenho de novas terapias”, pontua Morrot.

Malária cerebral

Associada a alterações na circulação sanguínea do cérebro, a malária cerebral é uma complicação com alta letalidade. O quadro ocorre unicamente nas infecções provocadas pelo Plasmodium falciparum, uma das cinco espécies de parasito causadoras do agravo. Além da febre, os pacientes podem apresentar dor de cabeça, rigidez na nuca, perturbações sensoriais, desorientação, sonolência ou excitação, convulsões, vômitos e

até mesmo coma.

Segundo o último relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2017, foram notificados 219 milhões de casos de malária, com 435 mil mortes. Mais de 90% das infecções e dos óbitos ocorreram no continente africano, onde o *P. falciparum* responde por 99,7% das ocorrências. No Brasil, o Ministério da Saúde informou que foram notificados 32 mil casos de malária entre janeiro e março de 2019, o que representa queda de 38% em relação ao mesmo período do ano passado. Em todo o ano de 2018, o país contabilizou 194 mil casos da doença. Cerca de 90% das infecções no Brasil são causadas pelo *Plasmodium vivax*, que não está associado ao quadro cerebral. O *P. falciparum* responde por aproximadamente 10% dos registros.

Agência Fiocruz

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

“Se não venceremos o presente, não vamos ter futuro”, afirma Sérgio Machado Rezende

Para ex-ministro do segundo governo Lula, o que o País precisa é de continuidade nas ações de CT&I em todos os governos

Sérgio Machado Rezende foi Ministro da Ciência e Tecnologia de 19/7/2005 a 31/12/2010, durante o segundo governo Luís Inácio Lula da Silva. Ele é um dos ex-titulares da pasta consultados pelo Jornal da Ciência sobre o cenário atual do setor e estratégias de atuação.

Oito ex-ministros responderam a três questões, por telefone ou e-mail: Como vê a Ciência e a Tecnologia no Brasil hoje? Que estratégia sugere para a comunidade científica para atuar nesse cenário? e Que estratégia sugere para o desenvolvimento futuro?

Os depoimentos estão publicados na nova edição impressa do Jornal da Ciência que circula essa semana. Até sexta-feira (19/7) o Jornal da Ciência vai publicar no site os depoimentos completos, dois por dia.

Leia abaixo a entrevista:

JC – Como vê a Ciência e Tecnologia no Brasil hoje?

Sérgio Machado Rezende – Há uma preocupação grande, primeiro, com a situação na **Capes**, que está piorando rapidamente por conta de termos um ministro completamente despreparado intelectualmente, paranoico, uma pessoa realmente doentia. A primeira reunião do conselho da **Capes** deste ano ainda era com o ministro anterior, que era ruim, mas era meio inofensivo. Trocaram por um pior e ofensivo! Ele interfere de tal maneira que a **Capes** começa a tomar posições muito preocupantes, uma delas é em relação à universidade pública. Eles acham que a **Capes** privilegia a universidade pública e que o governo deveria apoiar as universidades privadas. Outra preocupação é com os cortes de bolsas em todo Brasil. No CNPq a situação é um pouco melhor no sentido que os dirigentes são mais ligados à comunidade, o ministro não toma posições ofensivas. No CNPq não há preocupação com a política, mas sim com os

recursos, porque não haverá dinheiro para pagar bolsas a partir de setembro. E na Finep, que é a terceira agência federal mais importante, a grande preocupação é que o FNDCT foi cortado drasticamente. O valor aprovado até o momento, em torno de R\$ 1 bilhão, corresponde a aproximadamente um sexto do que foi executado em 2010, corrigido pela inflação. Com isso a Finep está em uma situação muito passiva, sem poder fazer editais. Sabemos que os funcionários da agência estão em um desânimo muito grande, não veem um futuro muito claro. Para resumir, vejo uma situação muito preocupante. Participei do documento dos seis ex-ministros de CTI divulgado essa semana, e lá dissemos que estamos em uma crise sem precedentes na história da CTI brasileira.

JC – Que estratégia sugere para a comunidade científica atuar nesse cenário de restrições orçamentárias?

SMR - A estratégia que temos seguido: manifestações nos mais diversos foros. Nunca tivemos no Brasil uma manifestação conjunta de ex-ministros e esse documento que divulgamos recentemente será revisado nos próximos dias e apresentado na reunião anual da SBPC. A estratégia é a comunidade manter uma atitude proativa de chamar a atenção da sociedade para o absurdo que está sendo feito. Há um mês e pouco, os cortes na educação acabaram mobilizando a sociedade para ir para as ruas, tivemos uma movimentação em cerca de 300 cidades e o principal mote das passeatas era contra a política de educação do governo. A educação abrange uma quantidade de pessoas muito maior, mas a CT&I também tem um papel importante. O documento divulgado há uma semana teve grande repercussão na imprensa o que é importante porque a gente tem a impressão que o governo acha que mexe nessas áreas de uma forma autoritária e que não vai acontecer nada. Acontece sim, a sociedade valoriza a educação e a CT&I. A estratégia é continuar protestando.

JC – Que estratégia sugere para a comunidade científica para o desenvolvimento futuro?

SMR - Essa é uma pergunta muito difícil porque, no momento, se não vencermos o presente, não vamos ter futuro. Como o documento dos ex-ministros (divulgado em 1/7) diz, havendo interrupção de recursos para fazer uma estrada, você interrompe a construção, depois retoma. No caso da CT&I e Educação não acontece assim, você não retoma, é um prejuízo muito grande. Nossa preocupação é com o presente. Mas com relação ao futuro, quero lembrar que no governo que eu participei – estive no ministério por cinco anos e meio- nós elaboramos um plano de ação que foi executado com o orçamento previsto, correspondente à época a R\$ 41 bilhões que seriam hoje aproximadamente R\$ 60 bilhões. E no final, motivados pelo sucesso da aplicação do plano, tivemos muitos programas lançados, o governo mobilizou a sociedade para fazer a 4ª Conferência Nacional de CT&I em 2010. Essa conferência mobilizou muitas pessoas que fizeram um documento, o Livro Azul. O presidente da comissão era o Luiz Davidovich, hoje presidente da ABC. O Livro Azul tinha um conjunto de recomendações, respaldado em análises, para que tivéssemos CT&I e desenvolvimento sustentável, com várias recomendações, a primeira delas que tivéssemos orçamentos crescentes, expansão dos programas, criação de novos, um conjunto bem ordenado. Mas infelizmente essas recomendações foram esquecidas muito rapidamente. Naquela época havia motivação para fazer recomendações para o futuro porque o presente estava bem. O que precisamos é ter continuidade nas ações de CT&I, em todos os governos – federal, estaduais – e o Brasil padece dessa dificuldade de dar continuidade às coisas que estão dando certo. O que está acontecendo agora é um desastre então temos que

vencer a crise do curto prazo, e no médio prazo, precisamos retomar o planejamento um pouco mais longo.

Leia amanhã os depoimentos de Clélio Campolina Diniz e Aldo Rebelo.

Os depoimentos dos ex-ministros estão reunidos neste link.

Janes Rocha – Jornal da Ciência

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

“As grandes nações investem em ciência e tecnologia, não por serem ricas, mas são ricas porque investem em ciência e tecnologia”, afirma Roberto Amaral Para ex-ministro do primeiro governo Lula, hoje mais do que nunca a universidade precisa sair dos campi e dialogar com a sociedade

Roberto Amaral foi ministro entre 23/01/2004 a 18/07/2005, no governo Luís Inácio Lula da Silva. Ele é um dos ex-titulares da pasta consultados pelo Jornal da Ciência sobre o cenário atual do setor e estratégias de atuação.

Cada um deles respondeu, por telefone ou e-mail, a três questões: Como vê a Ciência e a Tecnologia no Brasil hoje? Que estratégia sugere para a comunidade científica para atuar nesse cenário? e Que estratégia sugere para o desenvolvimento futuro?

Os oito depoimentos estão publicados na nova edição impressa do Jornal da Ciência que circula essa semana. Até sexta-feira (19/7) o Jornal da Ciência vai publicar no site os depoimentos completos, dois por dia.

Leia abaixo a entrevista:

JC – Como vê a Ciência e a Tecnologia no Brasil, hoje?

Roberto Amaral - A ciência e a tecnologia – e acrescento o ensino e a inovação – vivem sua mais grave crise republicana. Estamos sob o ataque à razão e ao conhecimento, uma meta do fundamentalismo religioso localizado no centro do poder. O indicador mais preocupante não são as restrições orçamentárias, de si criminosas, mas a postura do atual governo, que, a um só tempo, se volta contra a ciência e o humanismo. As restrições vêm daí e o resto são consequências facilmente previsíveis. Enquanto, liderado pelas grandes potências, o mundo avança na revolução 4.0, o Brasil regressa à condição de exportador de commodities sem valor agregado. Nossa indústria, que patina em índices de baixa intensidade tecnológica, responde por apenas 1,8% da produção mundial, contra 34% da China, e representa, hoje, apenas, algo como 11% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional. Enquanto o governo despreza o conhecimento, a Alemanha destina 2,8% de seu PIB (3,677 trilhões de dólares segundo dados de 2017) em pesquisa, e anuncia para os próximos três exercícios a aplicação de 14,6 bilhões de euros anuais em tecnologia, em especial em robótica, automação e equipamentos de imagem para a saúde. A China prioriza os investimentos em inteligência artificial. As grandes nações investem em ciência e tecnologia não por serem ricas; mas são ricas porque investem em ciência e tecnologia.

Em 2018 os EUA aplicaram US\$ 476,5 bilhões e a China (que não para de crescer), US\$ 370,6 bilhões em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os dois gigantes, juntos,

somam 62% do investimento global e mais da metade do patenteamento mundial de tecnologias avançadas. E não estão sós: o Japão investiu US\$ 170,5 bilhões e a Coreia do Sul, US\$ 73,2 bilhões.

Enquanto isso o governo brasileiro corta de forma drástica recursos dos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia e Inovação. Dos programas de Educação Infantil e Ensino Médio, do MEC, foram surrupiados cerca de R\$ 2,4 bilhões. O MCT&I, além do corte de algo como 40% de seu orçamento, foi punido com a redução bolsas do CNPq e das aplicações de fomento, via FINEP, com recursos FNDCT. O governo que aí está ameaça o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, que vem sendo construído há muito custo pelo esforço de décadas da comunidade científica, estadistas e governos de mais variada natureza, desde a fundação do CNPq (1949) e da CAPES (1951) e finalmente da FINEP (1967), hoje em processo de desmontagem. Por preconceito ideológico e limitação cognitiva o governo combate a escola pública, de um modo geral, e de forma específica investe contra a universidade pública e gratuita, responsável pelo melhor ensino superior, pela melhor pós-graduação e por 90% da pesquisa. Isso significa renunciar ao conhecimento, ou seja, comprometer nosso futuro de nação e país. Isto significa um crime de lesa-pátria.

JC – Que estratégia sugere para a comunidade científica para atuar nesse cenário de restrições orçamentárias?

RA - Entender que a questão central, embora grave, não são as restrições orçamentárias, mas a política do atual governo que, levada a termo, nos afastará por muitas e muitas décadas do desenvolvimento, nos mergulhará no atraso e aprofundará as desigualdades sociais. Nosso combate é também, pois, a uma visão retrógrada de mundo. Trata-se de luta em defesa do futuro contra o retrocesso, que sufoca o presente e intenta impedir o nascimento do amanhã. A estratégia fundamental da Universidade brasileira deve ser o diálogo com a sociedade, explicando ao nosso povo a dependência de seu bem-estar, de sua saúde, de sua liberdade ao desenvolvimento científico-tecnológico produzido nas universidades, para que ele, o povão, possa compreender como sua vida resulta ameaçada quando esse desenvolvimento é posto em xeque. Nesse momento de crise a universidade precisa, mais do que nunca, sair dos campi, a vida acadêmica vir para as ruas, nossa comunidade conviver com a sociedade e dialogar com seus problemas, enfim, desmistificar, dessacralizar e popularizar o conhecimento científico. Proponho, em síntese, como política de resistência e avanço, a difusão do conhecimento com a sociedade mediante principalmente fóruns de debate e os meios possíveis de interação. Nossa sobrevivência — e da sobrevivência da vida universitária depende o futuro do país —, estará garantida, em frente a esse e a quaisquer governos, quando a sociedade brasileira, simbolizados no Zé da Silva que paga impostos, mas não tem acesso ao ensino universitário, compreender a importância do conhecimento gerado na universidade para sua vida e a vida do planeta.

JC – Que estratégia sugere para o desenvolvimento futuro?

RA - Precisamos definir o lugar do Brasil no mundo, e o espaço que almejamos não é o que o atual governo persegue. A história não se repete, mas estamos vivendo uma nova fuga de cérebros, tão daninha quanto aquela que nos foi imposta nos tristes idos do regime militar. Desta feita, para agravar a tragédia, vivemos uma verdadeira diáspora que atinge os quadros mais jovens e promissores, um ‘exílio voluntário’ com negativas

e duradouras repercussões sobre nosso presente e nosso futuro, comprometendo nossa ciência e nossa tecnologia, nosso conhecimento e nossa formação humanística. Essa resistência, porém, pede forças para além dos limites da vida universitária e cobra alianças inclusive com o empresariado, principalmente com aquele mais diretamente ligado ao desenvolvimento tecnológico e a inovação.

Para isso, a variável crítica é a promoção do desenvolvimento industrial local, com o estancamento da trajetória de desindustrialização em curso há muitos anos, mediante políticas públicas estruturantes e compras governamentais. No mundo contemporâneo, não há exemplo de um país com as características do Brasil em termos geográficos, de recursos naturais, demográficos e culturais, que tenha se desenvolvido sem uma capacidade industrial compatível com suas necessidades. Mas o inverso é igualmente verdadeiro: não há desenvolvimento industrial sem desenvolvimento tecnológico e inovação, que depende de desenvolvimento científico, que, por sua vez, depende do saber acadêmico, da qualidade do ensino e da pesquisa em nossas universidades.

Essa resistência, todavia, dependerá, fundamentalmente, do encontro da Academia com a sociedade. A divulgação e a popularização da ciência e do conhecimento acima propostas devem ser o grande fruto da melhoria do ensino e da pesquisa, metas que precisam ser perseguidas sem limites. Melhorar a qualificação de nossos professores e de nossos pesquisadores, reforçar a infraestrutura laboratorial e científica, e elevar o nível de nossos estudantes desde a formação básica. O ensino universitário não pode se ver como uma bolha no quadro geral da educação brasileira; precisamos compreender que a qualidade de nossos alunos de graduação começa a ser definida no ensino médio, e para ele devemos, igualmente, voltar nossas atenções. À política geral de bolsas de pós-graduação devemos associar mais e mais uma política de bolsas de iniciação científica, chegando mesmo ao ensino médio onde devem ser identificadas as vocações mais promissoras.

Permito-me tocar em ponto que tentei levar a cabo em minha passagem pelo MCT no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: a federalização, no sentido da nacionalização, da excelência do ensino e da pesquisa levando-a a todas as regiões do país, fomentando a melhoria dos cursos de graduação e pós-graduação, propiciando a melhor formação possível, em suas sedes, de mestres e pesquisadores e, na medida do possível, fixando-os em seus Estados e em suas regiões.

Os depoimentos dos ex-ministros estão reunidos neste link.

Janes Rocha – Jornal da Ciência

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Projeto que proíbe cancelamento de bolsas de pesquisa avança na Câmara A proposta é uma medida emergencial para tentar conter os impactos provocados pelo contingenciamento de verbas para a educação

No dia em que o Ministério da Educação (MEC) anunciou o lançamento de um programa para promover a captação de recursos nas universidades e incentivar parcerias das universidades públicas do país com empresas privadas, uma boa notícia para a educação: o projeto de lei que veda o cancelamento, a interrupção e o corte de bolsas de apoio à pós-graduação e à pesquisa recebeu parecer favorável e deverá seguir na Câmara dos Deputados.

Tramitando em caráter conclusivo, a proposta deve ser apreciada já no início de agosto na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e na de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para então ser encaminhada ao Senado Federal, sem necessidade de votação em plenário.

Apresentada pelo vice-líder do PCdoB, deputado federal Márcio Jerry (MA), a proposta é uma medida emergencial para conter os impactos provocados pelo bloqueio de R\$ 5,8 bilhões do orçamento de 2019 para a Educação, valor que representa 30% das verbas destinadas à área. Ao dar aval para a continuidade da projeto, o deputado Roberto Alves (PRB-SP), relator do PL, afirmou que o valor de R\$ 40 milhões atualmente investidos pelo Brasil é um dos mais baixos do mundo e que as ações de contingenciamento propostas pelo MEC “são desastrosas”.

Apesar de negar cobranças de mensalidade de estudantes das universidades federais, várias medidas adotadas pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, vêm recebendo críticas de parlamentares, que acusam o governo de promover um verdadeiro “desmonte” da educação nacional. Além de propor mudanças no regime de financiamento das universidades, o ministério vem sendo criticado também por, segundo série de reportagens publicadas nesta semana no país, cortar drasticamente investimentos direcionados à educação básica pública durante os primeiros seis meses de gestão.

“O governo Bolsonaro, desde o início, vem atacando muito claramente a educação brasileira. É lamentável o que tem havido. Vamos continuar nessa trincheira, mantendo uma postura de resistência e unindo a luta no parlamento com a luta nas universidades, nas escolas nas ruas. É hora de unir o país em defesa da educação”, defendeu Jerry.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

MEC inclui até Lei Rouanet em plano de captar R\$ 102 bi para universidades Programa Future-se, lançado por Weintraub, prevê venda de patrimônio, fundos constitucionais, lei de incentivos fiscais e aluguel de espaços

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta quarta-feira, 17, um plano que prevê um aporte de 102,6 bilhões de reais para as universidades federais, com dinheiro de fundos constitucionais, um fundo patrimonial a ser criado, aluguel de espaços e até a Lei Rouanet, instrumento de financiamento bastante criticado pelo presidente Jair Bolsonaro.

O anúncio do programa, chamado Future-se, ocorre em um momento em que o MEC, comandado pelo ministro Abraham Weintraub, enfrenta críticas por ter promovido um contingenciamento de cerca de 1,7 bilhão de reais no dinheiro destinado às universidades e outras instituições de ensino federais. O orçamento total das federais hoje é de cerca de 50 bilhões de reais.

Com um modelo baseado em uma série de dispositivos do mercado financeiro, a “carteira de ações” para o plano inclui 50 bilhões de reais de um fundo de patrimônio imobiliário (a União concedeu lotes e imóveis ao ministério para que sejam cedidos à iniciativa privada e o recurso adquirido, convertido ao fundo), 33 bilhões de reais de fundos constitucionais, 17,7 bilhões de reais de leis de incentivos fiscais (como a Lei Rouanet) e depósitos à vista, 1,2 bilhão de reais de recursos da Cultura e 700 milhões de

reais da utilização do espaço público.

O programa foi apresentado nesta manhã pelo secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, que, utilizando um vídeo com efeitos especiais e uma apresentação com linguagem muito próxima do mercado financeiro, falou por cerca de uma hora sobre o projeto que ele considera inédito. “As pessoas vão falar que é privatização, completamente errado”, disse no início de sua fala.

Antes, no entanto, Lima Junior e Weintraub foram interrompidos pelo presidente nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão, que estava na plateia. “Quero saber onde está o dinheiro das universidades, ministro”, perguntou ele do alto das cadeiras do auditório. Ao final de sua fala, Montalvão foi convidado a se sentar nas primeiras fileiras da sala para acompanhar a apresentação.

O governo destacou que, antes da implementação do programa, a proposta passará por consulta pública por um mês. “O MEC não vai impor nada”, diz nota enviada pelo ministério. A adesão das universidades também será voluntária, já que elas continuarão a ter um orçamento anual, definido pela União.

Apesar do tempo para a consulta, o ministro afirmou que tem pressa na aprovação do programa. “Existe urgência para se fazer isso o mais rápido possível, tem todo contexto. Estamos conversando com a Casa Civil para entrar em vigor este ano, muitas ações já têm autorização legal”, disse.

(Com Estadão Conteúdo)

topo ↕

UFPEL - TEMPO REAL

Educação Empreendedora - A UFPel mudando realidades

Glauco Munsberg entrou na UFPel em 2010 para fazer o curso de Computação. Vindo de uma família humilde, apesar de acreditar que a educação é transformadora, seus pais não tinham condições de dar o aporte necessário para a realização do curso. Foi assim que Glauco inscreveu-se nos benefícios da UFPel e passou a manter-se na Universidade com auxílio transporte e alimentação. Em 2013, ao participar de alguns projetos, Glauco e dois colegas, decidiram montar uma empresa e foram orientados pelos professores a montar uma Empresa Júnior. Foi neste contexto, que nasceu a Hut8, Empresa Júnior ligada aos cursos de Ciência da Computação e Engenharia da Computação.

Da dificuldade em se manter no curso, passando pelas experiências de empreendedorismo vivenciadas na Hut8, Glauco criou uma empresa na área de Data Science (extração e análise de dados), em 2014. Incubada na Conectar (Incubadora de Base tecnológica da UFPel), a startup Indeorum já possui 25 profissionais e tem importantes clientes como a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e, mais atualmente, a Unimed. No último dia 9, ocorreu a graduação da empresa que sugere que ela já tem maturidade administrativa suficiente para atuar sem o suporte da Incubadora.

As vivências na Empresa Júnior foram fundamentais para a criação da Indeorum, a qual Glauco gerencia em sociedade com os outros dois colegas que montaram a Hut8, André

Alba e Daniel Retzlaff. “50% do sucesso da Indeorum veio destas experiências prévias na Empresa Júnior e destes apoios que tivemos da UFPel. Do que aprendemos no curso usamos 30%, o restante vem destas outras skills que adquirimos na prática dentro da Hut8, como gestão, marketing e coordenação”, revela.

Para o empresário, estas experiências diferenciam o profissional no futuro, tanto que várias startups foram formadas por ex-empresários juniores e muitos deles compõe as equipes destas empresas. “Estamos sempre olhando para dentro das empresas juniores da UFPel para contratar. A Hut8, por exemplo, é um berço recheado de grandes talentos, porque são pessoas que estão tentando criar algo diferente. A Empresa Júnior dá ao profissional uma característica que é muito importante para as startups: ser proativo e auto gerenciável”, ressalta.

Equipe da Indeorum

Um grande orgulho para Glauco e seus sócios é a possibilidade de contribuir com o desenvolvimento da região e conseguir manter na cidade os profissionais formados na UFPel. Atualmente, 24 profissionais permanecem em Pelotas trabalhando na Indeorum e nove deles são ex-empresários juniores. “Quando pensamos o que fazer depois de formados, a primeira opção é sempre ir para São Paulo, mas aí nós pensamos: Porque não formar esta mesma cultura que procuramos lá fora, aqui em Pelotas? E hoje conseguimos atender grandes clientes. São clientes de Brasília, de Porto Alegre, de Santa Maria... que nós aqui no sul do sul do Rio Grande do Sul, uma cidade no final do Brasil estamos atendendo.”, comemora.

Outro motivo de orgulho para os sócios da Indeorum é a possibilidade de retornar o apoio da UFPel em seus estudos em forma de apoio para outros estudantes. “Todos os estágios dentro da Indeorum são remunerados e boa parte dos nossos estagiários precisa deste dinheiro como subsistência mesmo e chegou o momento da gente contribuir com eles como a UFPel contribuiu com a nossa formação”, ressalta Glauco.

Para o empresário, a Indeorum foi formada de uma oportunidade que só foi possível porque ele e seus colegas estavam dentro da UFPel, tendo contato com pessoas que conheciam outras pessoas pelo Brasil e pelo mundo e que conheciam o mercado de Data Science. “E foi a Empresa Júnior que nos deu essa visão de que é possível formar esta cultura empreendedora”, conclui.

O que é uma Empresa Júnior?

A Universidade Federal de Pelotas possui atualmente 13 Empresas Juniores atuando com o apoio da Instituição em diversas áreas de atividades. As empresas juniores são empresas geridas por acadêmicos da Universidade que realizam projetos para outras empresas, possibilitando aos estudantes experiências práticas ao mesmo tempo que promovem o desenvolvimento da região, o crescimento da economia e a redução das desigualdades sociais.

O presidente do Núcleo de Empresas Juniores de Pelotas (NEJ-Pelotas), Mateus Wacholz, explica que o trabalho tem um alto padrão de qualidade, tendo em vista o apoio institucional, que permite a seus membros a consultoria direta de professores e

servidores, além da utilização dos equipamentos, laboratórios e estrutura da Universidade. Outro diferencial é o baixo custo, considerando que os membros não podem, por lei, serem remunerados. Desta forma, o serviço é cobrado de acordo com os demais custos oriundos do projeto e os lucros são revertidos em melhorias internas na estrutura e na qualificação dos empresários juniores.

O objetivo principal é a prática de vivências organizacionais que possibilitam aos empresários juniores a aquisição de experiências do mundo do trabalho e, ainda, o incentivo do empreendedorismo entre os estudantes. Para Mateus Wacholz, estas vivências são fundamentais para a inserção dos estudantes após o término da graduação no mundo do trabalho, desenvolvendo a liderança, o empreendedorismo e o trabalho em grupo, por exemplo. “As empresas acabam cobrando experiência ao selecionar novos funcionários e as empresas juniores possibilitam que os estudantes recém-formados participem das seleções já com esta experiência adquirida dentro da Universidade”, destaca.

NEJ-Pelotas

Equipe do NEJ-Pelotas

Com a ampliação das Empresas Juniores em Pelotas, surge a necessidade de criação do Núcleo de Empresas Juniores (NEJ-Pelotas), com o objetivo de dar suporte às atividades e regulamentações das Empresas Júniores, não só da UFPel, mas também de outras Instituições de Pelotas, como é o caso do IF-Sul que está em fase de criação de um Empresa Júnior. O Núcleo atua desde o início de 2019 e já desenvolveu várias atividades no sentido de apoio, orientação, expansão e desenvolvimento das Empresas e de seus empresários juniores.

Conheça as empresas juniores da UFPel

Arcádia Jr. – Ligada ao curso de Relações Internacionais, a empresa presta consultoria internacional a pequenas e médias empresas, empreendedores individuais, governos e organizações de interesse público, preferencialmente, passíveis de passarem por processos de internacionalização.

Designeria Empresa Júnior – A empresa atua desde 2010, é formada por estudantes de design gráfico e digital da UFPel e atua com criação de identidade visual, elaboração de materiais impressos, criação de conteúdo para redes sociais, elaboração de projetos gráficos editoriais, concepção de websites e aplicativos e projetos de sinalização.

Ecape Consultoria Agronômica JR. – Fundada em 2014, a empresa constituída por estudantes dos cursos de Agronomia e Zootecnia, presta consultoria rural para pequenos e médios produtores como viabilidade de projetos, recomendação de adubação e calagem e projeto de irrigação.

Emad Jr. Consultoria e Assessoria Empresarial – Completando 20 anos de existência em 2019, a empresa é formada por estudantes dos cursos de Administração, Gestão Pública, Turismo e Processos Gerenciais que desenvolvem projetos de Pesquisa de Mercado, Organização de Eventos, Pesquisa de Satisfação, Pesquisa de Clima, Controle de Caixa,

Cliente Oculito e Recrutamento e Seleção.

EngeoSul – Fundada em 2017, a empresa presta consultoria em Geoengenharias e é formada por estudantes da Engenharia de Petróleo. Entre a sua carta de serviços está o mapeamento geológico, georreferenciamento, levantamento topográfico, análise petrográfica, sensoriamento remoto, mapeamento urbano e cadastro urbano rural.

Eprod Jr. – Fundada em 2012, a Eprod é formada e gerida por estudantes do curso de Engenharia de Produção. São realizados mapeamento de processos, gestão de estoque, gestão de riscos, plano de negócios e projetos de recursos humanos.

Hut8 – Criada em 2013, a empresa é composta por estudantes dos cursos de Ciência da Computação, Engenharia de Computação e Design e presta serviços na área de tecnologia da informação.

Maillard Jr. – Criada em 2019, a empresa presta consultoria em Alimentos na cidade de Pelotas e região e é gerida por estudantes dos cursos de Química de Alimentos e Tecnólogo em Alimentos.

Marte Jr. – Agência de Conteúdo ligada ao curso de Jornalismo. Foi fundada em 2018 e presta serviços de assessoria de imprensa, planejamento de marketing e produção de conteúdo.

Psicon Empresa Júnior – Fundada em 2015, a empresa oferece serviços de psicologia organizacional e consultoria com ênfase em processos de gestão. Os estudantes que compõe a equipe são do curso de Psicologia.

Polivet Jr. Assessoria Veterinária – Foi fundada em 2016 e é formada por estudantes do curso de Medicina Veterinária. A empresa presta serviços de assessoria nas mais diversas áreas da Medicina Veterinária.

Sea Júnior é uma empresa júnior vinculada ao curso de Engenharia Hídrica da UFPel. Fundada em 2016, realiza projetos de reuso de água, licenciatura ambiental, levantamento topográfico, estudo hidrológico entre outros.

Vértice Engenharia Jr. – Fundada em 2014, a empresa está ligada ao curso de Engenharia Civil e desenvolve estudos de viabilidade e otimização de transporte, levantamento topográfico, visitas técnicas e realização de palestras e seminários.

topo ↕

UFPEL - TEMPO REAL

UFPel é selecionada em edital para fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica

A Universidade Federal de Pelotas teve três programas de pós-graduação selecionados no edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para apoio à formação de doutores em áreas estratégicas. O edital visa contribuir para o fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica por meio do intercâmbio e cooperação entre Programas de Pós-Graduação stricto sensu consolidados e não consolidados.

Na prática, doutorandos de programas que receberam nota 4 ou 5 na última avaliação

quadrienal da **CAPES**, receberão uma bolsa do CNPQ para subsidiar suas pesquisas em programas de excelência que receberam nota 6 e 7 na avaliação. Para o coordenador de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Marcos Britto, os programas da UFPel com nota 4 e 5 têm uma produção significativa e estão em evidente ascensão, perto de alcançar a excelência. “Estas bolsas proporcionarão as experiências necessárias para a qualificação e consolidação dos programas da UFPel para que também possam atingir a excelência”, afirma.

Na UFPel, CNPQ financiará cerca de dez bolsas de doutorado para os programas de Química, Bioquímica e Bioprospecção e Enfermagem. Também estão previstos recursos para cinco bolsas de apoio técnico e para custeio de materiais, diárias e passagens a serem utilizadas no intercâmbio. Ao total, a UFPel receberá R\$ 808 mil para fazer este intercâmbio.

Os pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Bioquímica e Bioprospecção serão recebidos pelos programas de Bioquímica Toxicológica (nota 6) e Química (nota 7) da Universidade Federal de Santa Maria. A coordenadora do programa, Marcia Mesko, explica que o doutorado é novo, foi criado em 2015 e, atualmente, disponibiliza 6 bolsas de doutorado apenas. “São 25 doutorandos, mas este número poderia ser maior se houvesse mais bolsas. Estas novas bolsas são um estímulo para nossos alunos. Além disso, a convivência com pesquisadores renomados possibilita palestras, cursos e publicações em conjunto, dando mais visibilidade ao programa”, comemora Marcia.

Já os pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem serão recepcionados pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde Pública da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto (nota 7) e pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina. A coordenadora do programa, Elaine Tumé, destaca que as duas instituições tiveram influência na formação dos docentes do curso de Enfermagem da UFPel. “Manter o vínculo e a troca de experiências com estes programas de excelência é fundamental para a articulação nacional e internacional que estamos promovendo para manter o programa na nota 5 e pleitear a nota 6”, afirma Elaine.

Da mesma forma, o Programa de Pós-Graduação em Química vai enviar seus pesquisadores para os Programas de Pós-Graduação em Química da Universidade Federal de Santa Maria (nota 7) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (nota 6).

Além disso, a UFPel também receberá pesquisadores em três programas de excelência da Instituição, o programa de Odontologia receberá pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria, o programa de Fitossanidade receberá pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas e o programa de Biotecnologia receberá pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Weintraub diz que "mais de 20 instituições" vão aderir à proposta do MEC

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse hoje que tem "acordo de boca" "fechado com mais de 20" institutos e universidades para adesão ao programa Future-se. O projeto divulgado hoje pelo MEC visa criar um fundo de R\$ 102 bilhões para garantir autonomia financeira às instituições de ensino superior. Outra possibilidade é que cada universidade tenha seu próprio fundo para gerir imóveis próprios.

O país tem 63 universidades federais, além de institutos e centros tecnológicos, segundo o último Censo da Educação, de 2018.

"A gente não ia apresentar isso para vocês se a gente não tivesse de boca já fechado com mais de 20 [institutos e universidades]", disse Weintraub durante entrevista coletiva após apresentação do projeto. O ministro não informou quais entidades estão com acordo informal junto ao governo.

A proposta anunciada pelo ministério está aberta à consulta pública pelas próximas cinco semanas. No início de setembro, o MEC encaminhará um projeto ao Congresso. O ministro estima que até o final do ano o texto seja aprovado. Devem ser alteradas leis de organizações sociais, incentivos fiscais e fundos condicionais. Mas não foram apresentados detalhes dessas mudanças e o impacto delas no programa.

"É o que tem na mesa. Ou adere ou não adere. A situação das universidades hoje, veja, não está boa. Existem exceções. Não é fazer desenhado para cada uma delas. Tem que entrar num padrão", disse Weintraub.

Para aderir ao projeto voluntariamente, as instituições deverão aceitar terceirizar parte dos serviços (como limpeza e manutenção) a organizações sociais (entidades privadas sem fins lucrativos), fazer parcerias de "naming rights" (vincular o nome de uma empresa patrocinadora à alguma área da universidade). Outros pontos são compromissos com sustentabilidade nas contas, redução de despesas e gastos com pessoal.

O MEC destaca que o projeto não prevê privatização das instituições ou cobrança de mensalidades.

"O reitor é eleito, é um ambiente político. Tem manifestação, algumas não pacíficas. Se ele sair agora e falar que está a fim [de ingressar no programa], talvez seja agredido. Cada um sabe o sapato que está calçando. A gente construiu um modelo para ser utilizado e a receptividade é muito boa", declarou.

Fundo do Future-se

A proposta é criar um fundo de R\$ 102 bilhões que será gerido por uma entidade privada. Os valores do fundo serão financiados com recursos públicos e os lucros que podem resultar desse investimento serão repartidos junto às instituições que aderirem ao programa.

"Isso será administrado por um agente financeiro, que geralmente vai ter um administrador ou um gestor. Quem faz muito bem isso é o Credit Suisse, o BTG. Serão pessoas que cuidam de imóveis. Como um zelador de um shopping. Isso passa por uma seleção simplificada", disse o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior.

Weintraub afirmou que o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal poderiam ser os gestores do fundo, mas como instituições autônomas para operarem no mercado.

"Tudo que a gente fez é via CVM (Comissão de Valores Mobiliários), negociado em bolsa. Sem a gestão direta do Estado. A gente quer fazer isso tudo blindado", disse Weintraub.

O governo estima que o valor seja alcançado da seguinte maneira:

- R\$ 50 bilhões de patrimônio da União
 - R\$ 33 bilhões de fundos constitucionais
 - R\$ 17,7 bilhões de Leis de Incentivos Fiscais e depósitos à vista
 - R\$ 1,2 bilhão de recursos da Cultura
 - R\$ 700 milhões da utilização econômica do espaço público, fundos patrimoniais
- Não foram apresentados detalhes do funcionamento do fundo, projeções de retorno financeiro ou riscos, nem os critérios para distribuição do dinheiro.

Segundo Lima Júnior, os valores seriam destinados ao fundo uma única vez e esse montante seria gerido por uma instituição de mercado. O único aporte constante seria o de R\$ 1,2 bilhão do Ministério da Cultura, anualmente. Não foi especificado de quais programas da Cultura o dinheiro seria retirado.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Sem desbloquear verba, adesão a plano do MEC é prematura, dizem reitores

Reitores de universidades federais defenderam hoje que é preciso reverter o congelamento de verbas imposto às instituições antes de definir se elas irão ou não aderir ao Future-se, plano anunciado nesta manhã pelo MEC (Ministério da Educação), que propõe mudanças na forma de financiamento das universidades públicas. O programa será de adesão voluntária.

No fim de abril, a gestão do ministro Abraham Weintraub impôs um bloqueio de 30% nas verbas discricionárias (que envolvem gastos como luz e água, mas não salários) das universidades federais. Segundo Weintraub, o bloqueio foi necessário devido à situação fiscal do país.

Para Reinaldo Centoducatte, presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), a proposta apresentada hoje pelo governo ainda precisa ser analisada pelos reitores, que, segundo ele, não foram consultados para a construção do projeto.

"A Andifes vai constituir grupos para estudar, analisar e fazer proposições em cima dessa proposta que o governo está nos apresentando. Ainda consideramos prematura uma análise mais aprofundada, que poderia levar a qualquer tipo de adesão ou não no futuro", afirmou Centoducatte.

O presidente da Andifes afirmou que os reitores estão dispostos a enfrentar "novos desafios", mas que para isso é preciso que as universidades funcionem com um "mínimo de estabilidade".

"Várias universidades terão dificuldades para funcionar a partir de agosto e setembro. Então é importante que o MEC, o Ministério da Economia e o governo entendam que para enfrentar essas novas soluções, esses novos desafios, essas instituições funcionem no mínimo de estabilidade, diferente de como hoje estamos vivendo", afirmou.

A principal proposta do Future-se é a criação de um fundo de R\$ 102 bilhões, de administração privada, que estaria disponível às universidades que aderirem ao plano. As instituições disputariam a verba segundo critérios envolvendo gestão, pesquisa e

inovação. O programa também prevê estímulos ao investimento de recursos privados nas universidades.

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Metas do Plano Nacional de Educação para o ensino infantil ainda não foram atingidas

Bolsas de estudo em instituições particulares vem sendo a solução para muitas famílias

A educação básica no Brasil está longe da meta do Plano Nacional de Educação (PNE) estipulada para 2024. O ensino infantil é considerado o mais preocupante: das crianças até 3 anos, 3,5 milhões estavam matriculadas em creches, porém 6,7 milhões estavam fora delas. Esses dados são resultados da análise realizada pela Pnad Continua da Educação 2018, pesquisa anual do IBGE.

Alguns fatores como falta de vaga ou de instituições públicas na região onde moram podem justificar o porquê de tantas crianças não estarem matriculadas. E por conta disso, a mãe do pequeno Wesley de Almeida, de 3 anos, se encontrou sem alternativas até ficar sabendo que era possível matricular seu filho na Escola e Creche Sonho de Criança com auxílio de uma bolsa de estudo. “Se não fosse pela bolsa, seria complicado. Trabalho o dia todo e não tenho ninguém para cuidar dele”, pontua Elizangela de Almeida.

Quem também precisou recorrer a uma bolsa de estudo foi a mãe da bebê de 7 meses, Isis da Silva, que a matriculou na Escola Vila Alecrim Berçário e Educação Infantil. “Quando fiquei sabendo da oportunidade logo matriculei. Se não fosse isso, teria que parar de trabalhar para cuidar dela”, conta Andrya Rafaela.

Bolsas de estudo para creche e escola

As duas mães conseguiram uma bolsa de estudo pelo programa Educa Mais Brasil que faz um trabalho social de inclusão educacional há mais de 15 anos em todo país. As bolsas de estudo são parciais, tanto Elizangela quanto Andrya ficaram satisfeitas e acharam a economia bastante considerável, além de poder oportunizar o aprendizado e a interação com outras crianças.

Há bolsas de estudo para toda educação básica, do ensino infantil até o ensino médio. Para candidatar a criança à uma das oportunidades disponíveis, basta acessar o site do Educa Mais Brasil, escolher a modalidade Educação Básica, selecionar os filtros como cidade, série pretendida, instituição, etc, e fazer a inscrição gratuita.

topo 

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

MEC quer incentivar federais a buscar fontes de recursos no setor privado

Em meio a uma crise orçamentária com as universidades federais, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, promete lançar nesta quarta-feira, 17, um programa que propõe formato alternativo de financiamento para o ensino superior público. Batizado de Future-se, o programa deve estimular captação de recursos próprios pelas instituições com doações e parcerias com empresas privadas.

Antes de ser colocado em prática, porém, deverá passar por consulta pública e pelo Congresso. O modelo deve ter adesão voluntária pelas universidades. "Permitindo separar o joio do trigo... as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar", disse Weintraub, que negou esta semana intenção de cobrar mensalidade nas federais.

A equipe dele aposta que o programa será sua maior ação à frente do ministério até o momento. O presidente Jair Bolsonaro afirmou que ele será responsável por uma "nova dinâmica para a educação". "Nós queremos nossas universidades entre as 100 melhores do mundo."

Antes mesmo de ser apresentado aos reitores e até ao presidente, o programa foi levado a um grupo de deputados da base aliada, já que a mudança deve envolver uma série de projetos de lei. O Estadão/Broadcast apurou que entre as propostas estão projetos que buscam incentivar a procura de fontes alternativas de financiamento, como a possibilidade de uso integral dos recursos próprios - arrecadados por meio de parcerias com prefeituras, governos estaduais e empresas privadas - e a criação de fundos patrimoniais.

A mudança na regra de uso de verbas próprias já era estudada desde a gestão Michel Temer. Até 2015, as instituições contornavam a redução de verbas da União com a captação de recursos próprios, como cobrança de aluguel por uso de espaços, prestação de serviços, contratos de pesquisa e taxa de matrículas (para cursos de extensão). Mas, com o teto federal de gastos, qualquer "excesso" de arrecadação deve ser usado para abater a dívida pública e a universidade não fica com a verba.

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo apurou, a ideia é que o Future-se seja sustentado por um fundo soberano de conhecimento privado e os recursos iniciais viriam da alienação ou concessão de patrimônio da União. E, para disputar as verbas, as instituições precisariam investir em eixos como gestão, governança, empreendedorismo, pesquisa, inovação e internacionalização.

Outra alteração seria na lei que regula fundos patrimoniais - sancionada com veto por Bolsonaro em janeiro, o que impediu as fundações de apoio das universidades públicas de atuarem como gestoras dos fundos patrimoniais filantrópicos. A ideia é rever o veto.

Representantes do MEC também querem implementar o modelo de Organizações Sociais (OS) para cuidar de serviços como limpeza e segurança. Nesse caso, as verbas não vão contar para efeito do teto constitucional de gastos públicos. Nas redes sociais, Weintraub disse que proporá um "modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, Estados Unidos, etc".

Discussão

A autonomia administrativa das federais é prevista na Constituição, mas na prática elas dependem do governo para a execução orçamentária e as verbas são repassadas com rubricas específicas. O cálculo da verba de cada instituição é feito por uma matriz que considera fatores como o total de alunos, de cursos, entre outros.

Especialistas em financiamento do ensino superior defendem a diversificação de fontes de recurso das universidades. Mas alertam que nenhum país conseguiu manter instituições de ensino públicas só com parcerias privadas.

Um estudo da Câmara do ano passado mostra que, em 2010, as universidades e os institutos federais chegaram a usar R\$ 1,6 bilhão de recursos próprios para cobrir despesas. Esse montante vem em declínio e chegou a R\$ 700 milhões, em 2017.

Os reitores temem que o novo modelo seja mal interpretado pelo governo, já que a arrecadação com convênios é um valor muito pequeno diante dos custos das instituições. Além disso, o total arrecadado com as parcerias vai especificamente para as áreas que a captaram.

Má gestão

O MEC informou nesta terça-feira, 16, que tomará medidas administrativas e judiciais para responsabilizar envolvidos em uma suposta "má gestão" na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Na manhã de terça, a UFMT teve a luz cortada em todos os cinco câmpus.

A instituição pediu ao MEC liberação de verba para pagar a conta de luz e, segundo a pasta, foi autorizado um repasse de R\$ 4,5 milhões. No fim da tarde, a energia foi religada. A reportagem não localizou a reitoria para comentar a nota do MEC. O Estado mostrou esta semana que, após bloqueio de verbas, federais têm deixado de pagar terceirizados e já suspendem bolsas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

MEC intervém e suspende vestibular para trans

O presidente Jair Bolsonaro anunciou nesta terça-feira, 16, que após "intervenção" do Ministério da Educação (MEC) foi suspenso um vestibular específico para candidatos transgêneros e intersexuais da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Procurada, a Unilab ainda não informou se decidiu pela suspensão e que tipo de "intervenção" foi feita pelo ministério. A Constituição brasileira assegura o princípio da autonomia universitária plena, que garante que independentemente dos governos onde estejam inseridas, o conhecimento vai ter liberdade para ser produzido. A legislação garante autonomia financeira, administrativa e didático-científica.

Na semana passada, a universidade, que é federal, anunciou um edital com 120 vagas em 15 cursos presenciais em três campi – dois no Ceará e um na Bahia. As inscrições começaram nesta segunda-feira, 15, e iriam até o dia 24.

O lançamento do edital foi visto como um passo importante pela comunidade LGBT, já que as pessoas trans estão entre os grupos com menor inclusão no sistema educacional. No entanto, grupos conservadores e religiosos criticaram a ação.

No dia do anúncio do edital, o MEC informou ao Globo que "as instituições de ensino superior têm autonomia para estabelecer seus próprios mecanismos de acesso". Após o anúncio do presidente, o jornal O Estado de S. Paulo questionou o ministério sobre a "intervenção" feita e o respeito à autonomia da universidade, mas ainda não obteve resposta.

Iniciativas

Outras iniciativas para inclusão de pessoas transgêneras em universidades públicas já foram adotadas, mas com menor alcance do que a proposta da Unilab. No ano passado, por exemplo, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) abriu edital de vestibular com cotas para transexuais, travestis e transgênero.

Na sequência, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) abriu edital com reserva de vagas para negros e sobrevagas para indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades, transexuais, travestis e transgênero.

A Universidade Federal do ABC (UFABC), na Grande São Paulo, também reservou vagas para pessoas transgêneras no ano passado. E, neste ano, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) abriu cotas a indígenas, quilombolas e pessoas trans.

Cotas para trans na pós-graduação também têm se tornado mais comuns nos últimos anos. Universidades como a Federal de Santa Catarina (UFSC), a Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) já adotaram essa modalidade de seleção em cursos de mestrado e doutorado.

topo ↕

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - BRASIL

Com 88,1 mil inscritos, MT tem queda de 9% de candidatos no Enem

Dos 5.095.382 de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) este ano, 88.122 (1,7%) são de Mato Grosso. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Cuiabá foi o município com maior número de participantes no Estado. Na capital, são 24.851 (28,2%) candidatos. No ano passado, 96.793 cidadãos mato-grossenses se inscreveram ao exame, isso significa dizer que houve uma queda de 9%.

Entre os demais municípios com maior número de inscritos são Várzea Grande com 7.803 (8,9%), Rondonópolis, 8.416 inscritos (9,6%), Sinop 5.829 (6,6%), Cáceres com 3.476 (3,9%), Barra do Garças 3.379 (3,8%), Lucas do Rio Verde com 2.072 (2,4%), Primavera do Leste 1.749 (2,0%) e Alta Floresta com 1.562 (1,8%). Os dados do Inep mostram ainda que do total contabilizados no Estado, 52.444 (60%) são do sexo feminino e, 35.678 (40%), masculino.

Quanto a faixa etária, a maioria (22.831 ou 25,9%) tem entre 21 a 30 anos, seguido dos 31 a 59 anos (11.323 ou 12,8%). Outros 18,4% (16.253) têm 17 anos e 15,9% (14.016) com 18 anos. No quesito cor ou raça, 46.680 (51,8%) se declaram de cor parda, 26.153 (29,7%) branca e 11.779 (13,4%) preta. Outros 2.117 (2,4%) de cor amarela e 586 (0,7%) indígena. Os demais não informaram. Já os candidatos que já concluíram o ensino médio somam 50.796 (57,6%). Do restante, 23.933 (27,2%) está cursando a última série ou ano, 12.757 (14,5%) faz o ensino médio, mas não concluirá no ano letivo de 2019 e, 636 (0,7%), não está cursando e não concluí o ensino médio.

Vale lembrar que no início deste ano, o Inep informou que Cuiabá está entre as 15 capitais em que o Enem terá aplicação digital a partir de 2020. No primeiro ano da novidade, a aplicação ocorrerá em modelo piloto, de acordo com informações do Mec. A implantação do Enem Digital será progressiva, com início no próximo ano e previsão de consolidação em 2026. Nada muda para os participantes inscritos na edição do Enem deste ano.

Conforme o Inep, as primeiras aplicações digitais serão opcionais. Os participantes poderão escolher, no ato de inscrição, pela aplicação piloto no modelo digital ou pela tradicional prova em papel. No primeiro ano de teste, o modelo digital será aplicado

para 50 mil pessoas em 15 capitais do país. Com essa nova versão, por meio de computador, o governo federal pretende realizar o exame em várias datas ao longo do ano, por agendamento. A aplicação permanecerá em dois domingos, nos dias 11 e 18 de outubro, e os resultados serão divulgados de forma conjunta.

Em 2020, portanto, o Enem terá três aplicações: a digital, a regular e a reaplicação. Este último caso é voltado para candidatos prejudicados por algum problema logístico ou de infraestrutura durante a realização da prova digital. Eles terão direito à reaplicação, que ocorrerá em papel. “Há também uma economia com a impressão de papel e um ganho para o meio ambiente. Somente em 2019, mais de 10,2 milhões de provas serão impressas para o Enem. Os custos da aplicação superam R\$ 500 milhões para os mais de 5 milhões de participantes confirmados na edição”, destacou na ocasião o Ministério por meio da assessoria de imprensa.

Além da capital mato-grossense, as outras cidades são Belém (PA); Belo Horizonte (MG); Brasília (DF); Campo Grande (MS); Curitiba (PR); Florianópolis (SC); Goiânia (GO); João Pessoa (PB); Manaus (AM); Porto Alegre (RS); Recife (PE); Rio de Janeiro (RJ); Salvador (BA), e São Paulo (SP). Do ponto de vista técnico, segundo o Mec, o Enem Digital vai permitir a utilização de novos tipos de questões com vídeos, infográficos e até a lógica dos games. Também será possível aplicar o Enem em mais municípios.

O Enem Digital será implantado gradualmente. A aplicação será em papel, como nas demais 21 edições do exame, e haverá a aplicação regular e a reaplicação. De 2022 a 2025, o Enem Digital seguirá sendo aprimorado. A previsão do Inep é realizar até quatro aplicações digitais, em datas distintas, com agendamento prévio e ainda opcional para os participantes. “Em 2026, a versão em papel para de ser distribuída e o exame só será em formato digital. A consolidação do modelo digital será marcada por diversas aplicações regulares ao longo do ano, por agendamento, em todo o país, e reaplicação também em modelo digital”.

O exame avalia o desempenho do estudante e viabiliza o acesso à educação superior, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Universidade para Todos (ProUni) e instituições portuguesas. Também possibilita o financiamento e apoio estudantil, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Os dados do Enem também permitem autoavaliação do estudante o desenvolvimento de estudos e indicadores educacionais. A prova é aplicada em dois domingos e tem quatro provas objetivas, com 180 questões, além de uma redação.

[topo](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

MEC anuncia suspensão de vestibular para trans

Em rede social, Bolsonaro avisou que o Ministério da Educação interveio na Unilab para evitar provas

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) anunciou ontem que o Ministério da Educação interveio na Unilab (Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira) para suspender o vestibular que reservava 120 vagas para transgêneros e intersexuais.

Criada em 2010, a Unilab possui campi no Ceará e na Bahia e tem como foco o intercâmbio com países africanos de língua portuguesa. Tem cerca de 6,5 mil alunos.

"A Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Federal) lançou vestibular para candidatos TRANSEXUAL (sic), TRAVESTIS, INTER-SEXUAIS e pessoas NÃO BINÁRIOS. Com intervenção do MEC, a reitoria se posicionou pela suspensão imediata do edital e sua anulação a posteriori", afirmou o presidente em uma rede social.

O edital do vestibular havia sido lançado no dia 9 com 120 vagas em 19 cursos de graduação nos campi do Ceará e da Bahia. Entre os cursos, estavam administração, agronomia, antropologia, ciências biológicas, enfermagem, história, pedagogia e química. O número de vagas, porém, variava para cada curso. O curso de administração, por exemplo, tinha cinco vagas previstas no Ceará. Já o de agronomia tinha duas previstas. A data de inscrições ia de 15 a 24 de julho.

Em nota, o Ministério da Educação informou que, por meio da Procuradoria-Geral da República, questionou a legalidade do processo seletivo Unilab. O MEC alega que a Lei de Cotas não prevê vagas específicas transgêneros e intersexuais.

"A universidade não apresentou parecer com base legal para elaboração da política afirmativa de cotas, conforme edital lançado na semana passada. Por esta razão, a Unilab solicitou o cancelamento do certame", informou o ministério da Educação.

O objetivo do edital era aumentar a inclusão de transexuais, travestis, pessoas não binárias (que não se identificam totalmente como homem ou como mulher) e intersexuais (que possuem variação de caracteres sexuais incluindo cromossomos, Ondas ou órgãos genitais que dificultam sua identificação como totalmente feminino ou masculino).

A criação de vagas para específicas para pessoas trans já vinha sendo adotada em outras universidades, mas seguindo o formato de cotas.

COTAS

No ano passado, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) abriu edital de vestibular com cotas para transexuais, travestis e transgênero. Neste ano, Universidade Federal da Bahia, aprovou inclusão de cotas para pessoas trans em seus cursos de mestrado e doutorado. A reportagem não conseguiu contato ontem com o reitor da Unilab, Alexandre Cunha Costa.

topo 

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO

Educação também importa

Na minha infância, havia uma máxima repetida à exaustão: investir em educação é a melhor forma de garantir uma vida confortável na velhice. Essa crença tinha muito peso. Direcionava as famílias na aplicação de seus orçamentos e funcionava como um incentivo para os jovens se dedicarem com mais afinco aos estudos. Por mais que o lastro fosse a simples sabedoria popular, hoje tenho clareza de que a afirmação não estava equivocada.

Muitos estudos comprovam a relevância da escolaridade na vida financeira de uma nação. A boa educação tem impacto direto na empregabilidade e na renda, influenciando, positivamente, no crescimento do PIB.

Já no final da década passada, o Instituto Votorantim realizou algumas pesquisas em parceria com o Centro de Políticas Sociais da FGV para compreender qual seria o tamanho dessa influência. Utilizando dados da Pnad, provamos que quanto mais anos de estudo uma pessoa tem, maior é a chance de estar empregada e maior é o rendimento salarial. A futura taxa de ocupação dos estudantes aumenta 3,8% a cada ano passado em sala de aula. Já na remuneração, o retomo é de 15% a mais por ano de estudo.

Mas há algum impacto da educação sobre a economia dos países? Para Eric Hanushek, renomado economista da Universidade de Stanford, nos EUA, a resposta é sim. Segundo estudos publicados por ele, há uma correlação direta e significativa entre a qualidade da educação básica, medida pela proficiência dos alunos em línguas, matemática e ciências, e o crescimento do produto per capita dos países. E a conclusão permanece válida mesmo quando se analisam, separadamente, os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento. Ou seja, cuidar do ensino de crianças e jovens sempre será vantajoso, estejamos em um país rico ou pobre.

Um ponto importante a considerar é que a qualidade do ensino —que é o ponto crucial— não está relacionada ao montante investido. No Brasil, temos bons exemplos que provam ser possível melhorar a aprendizagem dos alunos sem a necessidade de crescer os gastos. Em cidades do Ceará, a gestão educacional responsável e comprometida com a aprendizagem, acrescida da maior colaboração entre o governo estadual e os municípios, tem promovido ganhos importantes no Ideb, indicador que mede a qualidade da educação nacional.

Se todos os municípios brasileiros evoluíssem no Ideb no mesmo ritmo que o município de Sobral tem evoluído, em 2025, a média nacional do indicador poderia chegar a 7,3 para os anos finais do ensino fundamental. No ritmo atual, a projeção é de um resultado de 4,8. Nos anos iniciais, chegaríamos a 8,6 contra os 6,8, do ritmo atual. Segundo uma estimativa que realizamos em parceria com a consultoria Metas, o resultado desse ganho de qualidade seria um acréscimo de 1,5% no PIB brasileiro em 2025.

Provavelmente, essa evolução não é suficiente para cobrir todo o rombo da Previdência. Entretanto, a contribuição para a economia e para o futuro das nossas crianças e jovens não parece ser desprezível a ponto de justificar o abandono técnico e estratégico a que se relegou a pasta nacional da Educação.

Se fôssemos capazes de ter um bom plano para alavancar a aprendizagem de nossos alunos, certamente teríamos um futuro mais promissor e desafios bem menores no campo da Previdência. Nossos bons exemplos mostram que essa virada é possível sem crescer gastos. Basta tratar o desafio com humildade, seriedade e bom senso. E prioridade dada à reforma da Previdência não é razão para deixar a educação em segundo plano. Afinal, com educação de qualidade todos ganham.

topo ↕

O POVO - CE - BRASIL

Unilab anula seleção para pessoas trans e intersexuais

Decisão aconteceu após parecer da Procuradoria Federal. Jair Bolsonaro anunciou decisão nas redes sociais

A Reitoria da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) determinou, nesta terça-feira, 16, a anulação de processo seletivo para os cursos de graduação específico para pessoas transgêneras e intersexuais.

A anulação se deve a um parecer, emitido pela Procuradoria Federal junto à Unilab, no qual o órgão jurídico entende que o edital de seleção, publicado no último dia 9 de julho, vai de encontro à Lei de Cotas e aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da ampla concorrência em seleções públicas.

Ao todo, tinham sido disponibilizadas 120 vagas nos cursos de graduação presencial, ofertados pelos Campi do Ceará e da Bahia para ingresso no semestre 2019.2, com início previsto em 30 de setembro de 2019.

Na tarde de ontem, o presidente Jair Bolsonaro (PS-L-SP) anunciou em sua conta no Twitter, que o Ministério da Educação (MEC) optou pela suspensão desse processo seletivo. De acordo com a publicação do presidente, houve "intervenção do MEC" na instituição de ensino, o que gerou posicionamento da reitoria pela suspensão imediata do edital e sua anulação a posteriori.

O edital previa que poderiam concorrer às vagas ofertadas estudantes transexuais, travestis, pessoas não binárias e intersexuais oriundas de qualquer percurso escolar, e que tenham concluído o ensino médio. A universidade recorreu ao glossário da Organização das Nações Unidas (ONU) para definir cada categoria.

O reitor da Unilab, Alexandre Cunha, explica que o ponto inicial do processo se deve a um questionamento, por parte da Procuradoria, sobre a legalidade do edital. Segundo Cunha, o documento não foi submetido à procuradoria jurídica da instituição, assim como nos casos de alguns editais anteriores.

"Algumas coisas não passam pela procuradoria. Esses editais temáticos nunca foram questionados, até onde sei. Mas ocorreu, e aí tivemos que passar. Não sei como a informação chegou até o presidente", comenta o reitor. (Colaborou Henrique Araújo)

MEC se reúne com reitores

Representantes de universidades federais brasileiras participaram, nesta terça-feira, 16, de reuniões com o Ministério da Educação (MEC), em Brasília. Foi apresentado o "Future-se"; programa que, segundo o Governo, busca dar autonomia às universidades. As reuniões devem continuar nesta quarta, 17. Ainda hoje, o projeto deverá ser apresentado à imprensa.

"É um programa simples que vai dar nova dinâmica para a educação", afirmou presidente Jair Bolsonaro (PSL). "Nós queremos nossas universidades entre as 100 melhores do mundo. Queremos que elas formem bons profissionais", acrescentou. Conforme uma fonte ouvida pelo O POVO, e de acordo com o que foi apresentado pela Secretaria de Educação Superior (SESU), o projeto ainda não está "consolidado". Além disso, seriam necessárias algumas mudanças de legislação para dar mais flexibilidade para as universidades adotarem captação de recursos, fundos patrimoniais, por exemplo.

Pelo Ceará, compareceram representações da Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e Universidade Federal do Cariri (UFCA).

[topo](#)

O IMPARCIAL - MA - TEMPO REAL

Capes abre processo seletivo para doutorado em Agricultura nos EUA **O programa estabelece atividades em onze departamentos da instituição de ensino norte-americana.**

BRASÍLIA - Até 13 de setembro, os estudantes da área de Agricultura podem se inscrever no primeiro processo seletivo do Programa de Cooperação em Doutorado firmado entre a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e a Universidade de Purdue, nos EUA. O programa estabelece atividades em onze departamentos da instituição de ensino norte-americana.

Para participar, é necessário:

- ser brasileiro ou estrangeiro com visto de residência permanente no Brasil;
- residir no Brasil no momento da candidatura e durante todo o processo de seleção;
- ter diploma de graduação;
- não acumular bolsa ou benefício financeiro de qualquer natureza concedido por agência pública federal durante o período de vigência da bolsa;
- não possuir título de doutor em qualquer área do conhecimento;
- comprovar nível de proficiência em língua inglesa.

Inscrições

As inscrições são gratuitas e devem ser feitas na página do programa. Os candidatos habilitados na etapa de análise técnica realizada pela **Capex** deverão pagar uma taxa de US\$ 75 para se inscrever na Universidade de Purdue. Os resultados serão divulgados até 15 de março de 2020. As atividades nos EUA se iniciam em agosto do mesmo ano.

Programa

O Programa **Capex/Purdue** busca fomentar o intercâmbio científico e a qualificação acadêmica de alunos do Brasil. A duração máxima da bolsa será de cinco anos, com benefícios custeados tanto pela **CAPES** quanto pela Universidade Purdue. O acordo de cooperação foi firmado em março deste ano e tem duração de 10 anos.

[topo](#)

SÃO CARLOS AGORA - NOTÍCIAS

USP São Carlos receberá Escola Brasileira de Probabilidade

De 22 a 27 de julho o Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, receberá a 23ª edição da Escola Brasileira de Probabilidade. Pela segunda vez sediada no Instituto – a primeira foi em 2016 – o evento internacional reunirá a comunidade acadêmica da área, oferecendo a estudantes, pesquisadores e estudiosos oportunidades de interação e participação em projetos de alto nível, com destaque para novas e promissoras linhas de pesquisa em probabilidade.

Criada em 1997 e beneficiada com a colaboração de Vladas Sidoravicius, homenageado na edição deste ano, a Escola Brasileira de Probabilidade foi concebida para ser uma grande discussão sobre os rumos da pesquisa na área. Aberta a estudantes e pesquisadores de todo o mundo, o encontro tem se consolidado como um evento internacional de referência, com a participação de ilustres probabilistas internacionais,

atraindo também estudantes do Brasil e da América Latina. “Ao longo dos anos, a participação dos pesquisadores estrangeiros no evento foi aumentando. Hoje, a Escola é fundamental para quem atua na área e contribui para definir as orientações e interesses dos participantes”, revela Paulo da Veiga, docente do ICMC e um dos coordenadores do evento.

Com o objetivo de estimular a troca de experiências e o estabelecimento de colaborações, a Escola oferece minicursos e palestras e envolvendo campos onde a probabilidade está diretamente relacionada e aplicada, como medicina, computação, e tópicos voltados à física como a mecânica e a teoria quântica. Para consultar a programação, acesse o site do evento.

As inscrições podem ser realizadas por meio do site da Escola ou no credenciamento do evento, no dia 22, a partir das 8 horas, no auditório do ICMC. A taxa varia de R\$ 120 a R\$ 350, dependendo da categoria.

Vladas Sidoravicius (1963-2019) – O nome do pesquisador lituano é proeminente na pesquisa da teoria das probabilidades. Após concluir o doutorado na Rússia e dois pós-doutorados, na Holanda e na França, veio ao Brasil onde, durante de duas décadas, atuou como pesquisador no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), no Rio de Janeiro.

Vladas foi um dos idealizadores e organizadores da primeira Escola Brasileira de Probabilidade, realizada em 1997 no Rio de Janeiro. Além da Escola, ele trouxe ao país outras conferências de prestígio como, por exemplo, o Congresso Internacional de Física-Matemática, em 2006 – primeira edição realizada na América Latina, e a única edição brasileira da Clay Summer School, em 2010. Convidado para ser orador no Congresso Internacional de Matemáticos, desde 2015 atuava na New York University em Shanghai, na China, onde construiu um grupo de probabilidade. O pesquisador faleceu em maio deste ano, aos 55 anos.

Sobre o evento: Organizado anualmente pelo IMPA e um conjunto de instituições parceiras, como o ICMC e IME da USP, além de diversas sociedades científicas e agências de pesquisa, a 23ª Escola Brasileira de Probabilidade é uma realização do ICMC em parceria com o IMPA, com o apoio do Instituto de Matemática e Estatística (IME-USP), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), e da Bernoulli Society for Mathematical Statistics and Probability.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Energia elétrica foi restabelecida em toda a UFMT, diz MEC

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, informou há pouco pelo Twitter que a energia elétrica foi restabelecida em todos os campi da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

A energia elétrica da universidade foi cortada nesta terça-feira por falta de pagamento, de acordo com a assessoria de imprensa da instituição. O corte ocorreu por volta das 11h.

Em nota, o MEC informou que, ao tomar conhecimento da situação na última quinta-feira (11), Weintraub chamou a reitora Myrian Serra ao ministério e autorizou o repasse de R\$ 4,5 milhões para que a reitoria da UFMT, nomeada há três anos, quitasse a dívida das contas de luz.

O comunicado destaca ainda que Weintraub vai adotar medidas administrativas e judiciais "para a responsabilização dos envolvidos pela má gestão na UFMT".

Segundo a assessoria da universidade, a instituição foi surpreendida pelo corte da luz porque estava negociando com a Energisa, empresa responsável pela distribuição de energia no estado. Uma reunião estava agendada para quinta-feira (18), de acordo com a UFMT.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Após corte de luz em universidade, MEC anuncia processo contra má gestão

Medida foi divulgada em meio a anúncio de novo programa para as instituições

Após a UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso) ter o fornecimento de energia cortado por falta de pagamento, o Ministério da Educação afirmou nesta terça-feira (16) que irá tomar medidas administrativas e judiciais contra aqueles que chamou de "envolvidos pela má gestão" da instituição.

O anúncio foi feito no momento em que o MEC apresenta a reitores um novo programa para a gestão das universidades federais, chamado Future-se. Enquanto os dirigentes estavam na reunião, que ainda está em curso, o ministro Abraham Weintraub afirmou no Twitter que considera "um absurdo as contas de energia da UFMT não terem sido pagas".

Na nota divulgada pouco antes, o MEC afirmou vai adotar medidas emergenciais para restabelecer a energia nos campi da universidade e que, quando soube da iminência do corte na quinta-feira (11), autorizou o repasse de R\$ 4,5 milhões à instituição.

A dívida com a concessionária de energia, que segundo a nota foi herdada do governo anterior, é de R\$ 1,8 milhão.

Em nota, a UFMT afirmou ter sido surpreendida pelo corte de energia e disse que, assim que isso ocorreu, entrou em contato com o MEC para a liberação dos recursos necessários para o pagamento do débito. O pagamento foi feito, e o fornecimento de energia foi restabelecido no final da tarde.

O corte de luz ocorre dois dias depois de o ministro afirmar que isso não tinha acontecido com nenhuma universidade mesmo com o contingenciamento de verbas imposto pelo governo Jair Bolsonaro (PSL), que atingiu em média 30% da despesa discricionária das universidades.

Os dirigentes das instituições federais de ensino foram chamados ao MEC nesta terça-feira para conhecer as diretrizes do programa Future-se. Um dos pontos deve ser o incentivo para que as universidades busquem recursos próprios para o seu orçamento.

A adesão, segundo já afirmou o ministro, seria voluntária.

No último domingo (14), após rumores em redes sociais, o ministro negou pretender cobrar mensalidade de alunos de graduação.

Desde que assumiu o cargo, Weintraub tem relação conflituosa com as universidades e chegou a dizer que algumas delas teriam verbas cortadas por promoverem "balbúrdia" em seus campi.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Bolsonaro anuncia suspensão de vestibular para trans em universidade federal Processo havia sido aberto pela Unilab, que mantém campi no Ceará e Bahia

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) anunciou nesta terça-feira (16) que o Ministério da Educação interveio na Unilab (Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira) para suspender o vestibular que reservava 120 vagas para transgêneros e intersexuais.

Criada em 2010, a Unilab possui campi no Ceará e na Bahia e tem como foco o intercâmbio com países africanos de língua portuguesa. Tem cerca de 6,5 mil alunos.

“A Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Federal) lançou vestibular para candidatos TRANSEXUAL (sic), TRAVESTIS, INTERSEXUAIS e pessoas NÃO BINÁRIOS. Com intervenção do MEC, a reitoria se posicionou pela suspensão imediata do edital e sua anulação a posteriori”, afirmou o presidente em uma rede social.

O edital do vestibular havia sido lançado na última terça-feira (9) com 120 vagas em 19 cursos de graduação nos campi do Ceará e da Bahia. Entre os cursos, estavam administração, agronomia, antropologia, ciências biológicas, enfermagem, história, pedagogia e química. O número de vagas, porém, variava para cada curso. O curso de administração, por exemplo, tinha cinco vagas previstas no Ceará. Já o de agronomia tinha duas previstas.

A data de inscrições ia de 15 a 24 de julho.

Em nota, o Ministério da Educação informou que, por meio da Procuradoria-Geral da República, questionou a legalidade do processo seletivo Unilab. O MEC alega que a Lei de Cotas não prevê vagas específicas transgêneros e intersexuais.

“A universidade não apresentou parecer com base legal para elaboração da política afirmativa de cotas, conforme edital lançado na semana passada. Por esta razão, a Unilab solicitou o cancelamento do certame”, informou o ministério da Educação.

O objetivo do edital era aumentar a inclusão de transexuais, travestis, pessoas não binárias (que não se identificam totalmente como homem ou como mulher) e intersexuais (que possuem variação de caracteres sexuais incluindo cromossomos, gônadas ou órgãos genitais que dificultam sua identificação como totalmente feminino ou masculino).

A criação de vagas para específicas para pessoas trans já vinha sendo adotada em outras universidades, mas seguindo o formato de cotas.

No ano passado, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) abriu edital de

vestibular com cotas para transexuais, travestis e transgênero. Este ano, Universidade Federal da Bahia, aprovou inclusão de cotas para pessoas trans em seus cursos de mestrado e doutorado.

A Folha não conseguiu contato nesta terça-feira (16) com o reitor da Unilab, Alexandre Cunha Costa.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Plano do MEC para universidades prevê fundo para venda de imóveis ociosos Programa tenta incentivar captação de recurso externo

O governo Jair Bolsonaro (PSL) anuncia nesta quarta-feira (17) um novo programa para incentivar a captação de recursos privados para as universidades federais.

Parte das medidas foi apresentada nesta terça-feira (16) a ministros e reitores.

Segundo a Folha apurou com participantes de um dos encontros, uma das principais ações discutidas nesta terça foi a constituição de fundos imobiliários para vender imóveis ociosos que fazem parte do patrimônio das universidades.

A rentabilidade desses fundos seria revertida para o orçamento das instituições.

Outra possibilidade de recurso extra seria a constituição de fundos patrimoniais, regulamentados no ano passado. Eles recebem verba privada e são geridos por entidades sem fins lucrativos criadas para esse fim.

Algumas universidades e faculdades já utilizam expedientes similares. Um exemplo é a Escola Politécnica da USP.

Outros pontos previstos na proposta são a cessão de uso de espaços das universidades, chamadas para empresas pagarem para ter os naming rights dos campi, prêmios para professores com publicações em revistas de ponta e a possibilidade de departamentos criarem sociedades de propósito específicos para captar recursos no mercado financeiro. Está em estudo ainda a criação de um ranking de eficiência de gasto entre as universidades.

A adesão ao novo programa do MEC, chamado Future-se, será opcional.

A proposta traz à tona novamente uma divergência sobre o uso das receitas próprias captadas pelas instituições (por meio de doações, taxas e patrocínios de empresa).

As universidades defendem que esses recursos, que somam cerca de R\$ 1 bilhão, não sejam incluídos no cálculo do teto de gastos do governo federal, pois são um dinheiro extra. Essa posição, que era defendida pela gestão anterior do MEC, foi derrotada no governo Michel Temer (MDB), mas pode ser alvo de projeto de lei no Congresso.

Segundo o porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros, o Future-se tem como objetivo "fortalecer a autonomia financeira de universidades e institutos federais."

As medidas serão detalhadas na manhã desta quarta-feira (17).

Ao anunciar o programa, o ministro Abraham Weintraub lembrou o corte de 30% que sua pasta impôs ao orçamento das universidades para despesas discricionárias, como conta de luz e água.

"Chega de ideias do passado, chega de crise, chega de contingenciamento", disse.

No domingo (14), Weintraub já havia reagido a rumores que circularam nas redes sociais e negado a cobrança de mensalidade de alunos de graduação. Essa medida dependeria de mudança na Constituição.

Atualmente, o STF já permite que as universidades públicas cobrem por cursos de especialização (lato sensu).

Nesta terça-feira, enquanto as medidas do novo programa eram apresentadas aos reitores no auditório do ministério, Weintraub divulgou nota em que prometia tomar medidas administrativas e judiciais contra os responsáveis pelo que chamou de "má gestão" da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso).

A instituição teve a luz cortada por falta de pagamento. O débito, que vinha desde o governo anterior, somava R\$ 1,8 milhão.

O fornecimento de energia foi restabelecido à tarde, após o MEC liberar uma verba extra.

"Irei tomar todas as medidas cabíveis para a responsabilização dos envolvidos pela má gestão na UFMT", afirmou o ministro no Twitter, que criticou diretamente a dirigente da instituição em outra postagem. "A 'magnífica' reitora está incomunicável (sumiu). O MEC atuou diretamente junto à companhia de luz. Diretora e vice-reitor colaboraram."

Em nota, a UFMT afirmou apenas que foi surpreendida pelo corte de energia e que, assim que isso ocorreu, entrou em contato com o MEC para a liberação dos recursos necessários para o pagamento do débito, o que permitiu o restabelecimento do fornecimento de energia no fim da tarde.

[topo](#)

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Plano do MEC prevê captação de recursos para universidades com parcerias privadas e até Lei Rouanet

Ministério estima R\$ 102,6 bi para instituições, mas R\$ 50 bi já estão previstos no orçamento público; reitores temem que plano seja estratégia para desidratar investimento direto da União

BRASÍLIA- O plano do Ministério da Educação (MEC) para financiar as universidades federais prevê R\$ 102,6 bilhões. O valor não será anual, mas estará disposição das instituições federais de ensino superior para financiar suas atividades, de acordo com suas necessidades e a apresentação de resultados. Além disso, os repasses anuais de R\$ 50 bilhões do MEC para as universidades serão mantidos, e não há perspectiva de diminuição, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Dos novos R\$ 102,6 bilhões, R\$ 50 bilhões são de um fundo imobiliário que vai administrar imóveis da União e para o qual será escolhido um gestor, que poderá ser, por exemplo, o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica. O restante virá de outras fontes

de financiamento, como fundos constitucionais, leis de incentivos fiscais, parcerias com a iniciativa privada e até mesmo a Lei Rouanet, de fomento à Cultura. O temor de alguns reitores é que, embora o MEC garanta a permanência do financiamento público anual, o orçamento seja futuramente desidratado em razão dos novos aportes.

Batizado de Future-se, o plano foi divulgado pelo MEC nesta quarta-feira. Ele ficará em consulta pública por um mês e uma semana. Inicialmente, estava previsto apenas um mês, mas os reitores pediram um prazo maior. Depois disso, o plano será enviado para aprovação do Congresso. A adesão das universidades e institutos federais, que somam 65 em todo o país, será voluntária.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que, para fazer as mudanças na legislação e instituir o plano, não será necessário mexer na Constituição. Propostas de emenda constitucional (PECs) são mais difíceis de serem aprovadas no Congresso, porque precisam de mais votos do que projetos de lei. Segundo o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, várias leis terão que ser alteradas. Mas isso será feito por meio de apenas um projeto de lei.

— Depois da consulta pública, haverá duas semanas para compilar as propostas. Só no fim de agosto vamos enviar (o projeto) ao Congresso — disse Lima Júnior.

São R\$ 33 bilhões dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, R\$ 17,7 bilhões de lei de incentivos fiscais e depósitos à vista, R\$ 1,2 bilhão de recursos da cultura (para bibliotecas, museus e espaços culturais, via Lei Rouanet), e R\$ 700 milhões de outras fontes. Em 2018, fora os repasses do MEC, as universidades contaram com mais R\$ 1 bilhão de receitas próprias.

Na gestão de imóveis, a ideia é que propriedades da União — e não apenas os já pertencentes universidades — sejam usados no plano. Segundo o ministro da Educação, todos os imóveis da União totalizam mais de R\$ 1 trilhão. Haverá um fundo imobiliário, para o qual será escolhido um gestor, para administrar o novo patrimônio.

— Já selecionamos alguns. É injeção de capital — disse Weintraub

Empréstimos para startups universitárias

Pelo plano, será possível liberar recursos que os bancos retém em seus cofres para emprestar a startups gestadas no meio universitário. Também estão previstos os chamados "naming rights" em edifícios das universidades e institutos federais, que poderão ter o nome de empresas, em troca de financiamento por parte delas.

Outro ponto da proposta é premiar financeiramente professores com publicações em revistas científicas de ponta e a possibilidade de patentes sejam registradas nos nomes deles. Também haverá prêmios para projetos inovadores.

O plano inclui ainda a promoção das instituições federais de ensino superior brasileiras no exterior. Para isso, haverá estímulo ao intercâmbio de estudantes e professores, com foco na pesquisa aplicada, e a aulas presenciais e à distância com laureados com o Prêmio Nobel.

Para o aumento do financiamento, serão cobrados resultados das universidades.

— Acabou a fase de dinheiro público a fundo perdido. Tem que mostrar como está sendo usado, prestar contas — disse Weintraub.

Entre os critérios de desempenho estará o índice de evasão, explicou Weintraub.

— Mostrem os números. Contra os números, não há argumentos — disse o ministro.

Weintraub disse que, "de boca", mais de 20 reitores se comprometeram com o plano. De qualquer forma, a adesão depende de aprovação dos conselhos de cada instituição. O ministro negou que haja perspectiva de diminuição dos repasses do MEC com as novas fontes de financiamento.

No começo da apresentação, o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão, reclamou da falta de recursos no presente.

— Cadê o dinheiro da educação? A gente quer resposta para hoje. A gente quer solução para o estudante sem bolsa. Queremos uma resposta para isso. Queremos uma resposta imediata - disse Montalvão.

Ministro convida Une para reunião

Em seguida, o secretário de Educação Superior do MEC , Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, respondeu:

— É por isso que a gente está fazendo consulta pública, para ouvir sua opinião.

Depois, o secretário e o ministro da Educação , Abraham Weintraub, convidaram Montalvão para ir para a primeira fila para acompanhar a apresentação. Arnaldo Barbosa ainda disse:

— A assistência estudantil não está sendo cortada. Está faltando informação. Está completamente descontingenciada.

O secretário refutou as críticas de que está havendo uma uma privatização da educação superior:

— Privatização está totalmente errado. É uma complementação ao orçamento.

Weintraub ainda convidou Montalvão para uma reunião no MEC . Ele afirmou que a equipe do MEC pinçou experiências ao redor do mundo e as adaptou para o Brasil.

— O objetivo é colocar o Brasil no patamar de outros países — disse o ministro

[topo](#)

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Plano do MEC para universidades federais passará por consulta pública

Segundo reitores e pró-reitores que participaram de reunião no ministério, ideia é flexibilizar captação de recursos, mas sem cobrar mensalidades

BRASÍLIA - O plano do Ministério da Educação (MEC) com alternativas ao financiamento das universidades federais será levado a consulta pública e, depois disso, passará pelo crivo do Congresso, contaram reitores e pró-reitores que participaram de

uma reunião nesta terça-feira na sede do MEC. Segundo eles, a pasta garantiu que não haverá cobranças de mensalidades e que os recursos provenientes de parcerias com empresas e outras instituições não substituirão o orçamento público. Serão um adicional.

— O que foi dito é que é um suplemento — disse Dagoberto Alves de Almeida, reitor da Universidade Federal de Itajubá (Unifei), em Minas Gerais.

— Deixou bem claro que não seriam recursos para substituir os recursos públicos. É extra — afirmou Valdir Silva, pró-reitor de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG).

Os reitores saíram da reunião sem conhecer detalhes do programa, chamado Future-se. Ele será apresentado pelo MEC apenas na quarta-feira. Segundo Valdir Silva, do IF Sudeste MG, e Carlos Bernardes, pró reitor de Ensino do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), a ideia da pasta é deixar o plano para consulta pública por 30 dias, mas eles pediram um prazo maior. Eles e o reitor da Unifei destacaram que a intenção do MEC não é editar decreto, o que dispensaria a necessidade de aprovação do Congresso.

— O projeto estará à disposição durante várias semanas em consulta pública. O que foi apresentado não é um projeto. É uma proposta que inclusive deverá passar pelo Congresso — disse o reitor da Unifei.

A adesão das universidades, conforme já tinha dito o ministro da Educação, Abraham Weintraub , será voluntária. A cobrança de mensalidades, assim como ocorre hoje, será possível apenas em cursos de especialização, que são as pós-graduações lato sensu. Cursos de graduação, mestrado e doutorado continuarão sendo gratuitos, segundo relato dos reitores.

— Disse (o MEC) que não haveria (cobrança de mensalidades), que isso é algo que poderíamos falar: que não há nesse projeto nenhuma perspectiva de cobrança de mensalidade — contou a reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra Regina Goulart Almeida.

Outro ponto do plano é a flexibilização da captação de recursos, com parcerias com a iniciativa privada, organizações sociais e até mesmo entidades internacionais. Um dos pontos é inclusive a possibilidade de tais parcerias na gestão de imóveis das universidades, mas não foram dados muitos detalhes de como isso vai funcionar.

Participaram da reunião os secretários de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, e de Educação Profissional e Tecnológica, Ariosto Antunes Culau, do MEC. O ministro Abraham Weintraub também apareceu, mas ficou por pouco tempo. Segundo o ministério, representantes de 62 das 65 instituições federais de ensino superior estavam presentes.

Sobre o contingenciamento de recursos no MEC, que atingiu em especial as universidades federais, o reitor da Unifei disse que a resposta da pasta na reunião foi no sentido de que isso não depende do ministério, e sim da equipe econômica do governo.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Depressão e dificuldades fazem professor com mestrado morar nas ruas do Rio
Desde o início de 2018, Marcelo Henrique Marques de Souza, que também é poeta e escritor, e dava aulas nas escolas particulares do bairro, dorme nas calçadas
RIO — Quando precisa chorar, o professor de ciências sociais, poeta e escritor Marcelo Henrique Marques de Souza procura o lugar mais ermo de um trecho sossegado da Avenida Maracanã, próximo à Praça Xavier de Brito, na Tijuca. Sofrendo de depressão, ele, que é mestre em comunicação, vive há um ano numa calçada da avenida, num cantinho formado pelo encontro das grades de dois prédios vizinhos. Morar nas ruas, como ele diz, é “muito terrível”.

— Às vezes, dá vontade de chorar. Como sou homem, se me veem assim, acabam me roubando. Não se pode chorar: é preciso fazer sempre cara de mau. A rua é uma selva — disse Marcelo, que tem 44 anos, na noite da última segunda-feira.

Com febre, ele se recupera de uma sinusite alérgica, sentado numa cadeira de escritório (que, gentil, oferece à repórter), cercado de bolsas plásticas com alguns poucos alimentos e roupas. Enquanto isso, assiste, pelo celular, a uma conferência do escritor português Gonçalo Tavares. Apesar da barba feita, os pés muito sujos denunciavam a sua situação — desde o dia anterior ele não tomava banho. Ex-professor de escolas particulares da região, em matérias como filosofia, literatura e redação, com mestrado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (o Programa de Pós-graduação em Comunicação confirma o título) e autor de oito livros (quatro pela Editora Multifoco), ele passa dias e noites ali, lendo e vendo vídeos no Youtube por um telefone que ganhou de uma ONG.

Numa mochila, Marcelo guarda documentos e os livros que lê no momento. Um deles é “Estorvo”, de Chico Buarque, em que o protagonista e narrador é um desajustado, com sentimento de abandono e solidão. Outro é “A República Mundial das Letras”, de Pascale Casanova, que, como explica Marcelo, faz o mapeamento da história da literatura sob uma visão geopolítica. Ainda carrega “Ilusões Populares e a Loucura das Massas”, de Charles Mackay.

— É um livro sobre psicologia popular e o delírio coletivo ao longo da história — conta ele, que conversa com desenvoltura sobre literatura e filosofia, num papo cabeça cheio de referências a escritores e filósofos, como o alemão Hegel e o esloveno Slavoj Zizek.

Um tema que também lhe é caro é a psicanálise. Por isso, reconhece sua condição: ele afirma que sofre depressão desde 2007, quando foi despejado de um confortável apartamento na Tijuca. A morte do avô paterno, que o amparava, o deixou em situação financeira difícil. Criado nas redondezas da Praça Xavier de Brito, Marcelo, que surfava e jogava futevôlei, vem de uma família de classe média. Sem dar detalhes, conta apenas que não sabe onde está a mãe e que não fala com o pai, que viveria em Brasília, desde os 15 anos. Um irmão morreu, e outro moraria com o pai.

Marcelo afirma que não usa drogas e só bebe, uma cervejinha, socialmente. A depressão se aprofundou com o fim de relacionamentos (ele nunca casou, nem teve filhos), sem contar um sentimento quase constante de perseguição. De acordo com a defensora pública Carla Beatriz Nunes Maia, do núcleo de Direitos Humanos, Marcelo é mais uma das pessoas de classe média a parar na rua, por diferentes motivos: ela diz que anos atrás esse perfil não existia.

topo ↗

CORREIO LAGEANO - TEMPO REAL

Estudo sobre risco de agrotóxicos ganha o mundo

Foco do estudo, minhocas e colêmbolos são organismos importantes para a decomposição da matéria orgânica, dentre outros benefícios que oferecem para a terra -
Foto: Núbia Garcia

Uma ampla pesquisa sobre análise de risco de agrotóxicos para a fauna do solo, desenvolvida por uma pesquisadora lageana, servirá de base para atualizar o guia de análise de risco para esses organismos da Europa – documento que existe desde 2002, e auxiliará na criação de diretrizes inéditas de regulação no Brasil.

Doutora em Ciências do Solo pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc/CAV) e em Biociências – Ecologia pela Universidade de Coimbra, a pesquisadora lageana Letícia Scopel Carniel tinha apenas 21 anos quando começou, durante seu mestrado, a desenvolver estudos para analisar os impactos que os agrotóxicos têm na fauna do solo, como colêmbolos e minhocas.
Alright Network

Agora, aos 27 anos, com a tese de doutorado recentemente defendida, ela vê seu trabalho ultrapassar fronteiras e, literalmente, ganhar o mundo. O doutorado, iniciado em 2015, foi feito simultaneamente com as duas universidades.

No CAV, em Lages, ela teve como orientador o professor Osmar Klauberg-Filho, em Portugal o mentor foi José Paulo Filipe Afonso de Sousa, que lhe abriu portas para desenvolver pesquisas e aperfeiçoar seu trabalho na Europa. Segundo Letícia, o estudo é inédito no Brasil e é a primeira análise que segue todas as etapas sugeridas pela Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) no mundo.

“Meu orientador em Coimbra me incluiu em um programa que acontece em parceria com a EFSA. Meus estudos contribuirão para a atualização do guia de risco de agrotóxicos para a fauna do solo, pois na Europa eles já têm diretrizes nessa área desde 1991, mas o guia para análise de risco de organismos da fauna foi criado em 2002 e já não corresponde à legislação atual.

Aqui no Brasil, serei consultora do Ibama na criação de um guia exclusivo para o país, pois, atualmente, por aqui ainda não avaliamos adequadamente o perigo dos agrotóxicos para esse grupo que é tão importante para o equilíbrio ambiental dos solos,” explica.

O doutorado ‘Sanduíche’ permitiu que Letícia tivesse acesso a diferentes espécies da fauna do solo, ampliando sua pesquisa, e também que participasse de um treinamento na Agência Ambiental Alemã, a Umweltbundesamt, que corresponde ao Ibama no Brasil.

O avançado estágio de suas pesquisas permitiu que ela participasse do 29º Encontro Anual da Sociedade de Ecotoxicologia e Química Ambiental da Europa, que aconteceu em Helsink, na Finlândia, no mês de maio.

“Graças a todas estas oportunidades de estudo, consegui um emprego em Portugal. Desde março, transformei minha tese de doutorado no meu trabalho diário. Sou pesquisadora de análise de risco de agrotóxicos para a fauna do solo em uma empresa

privada de gestão ambiental,” conta.
Brasil não tem diretrizes

Quando se fala na utilização de agrotóxicos, Letícia explica que o Brasil tem diversas diretrizes no que tange aos pesticidas e seus benefícios à agricultura, e também referentes aos malefícios à saúde humana e de alguns animais. Contudo, o impacto que eles trazem para o ecossistema solo, como os riscos para minhocas, colêmbolos, ácaros e outros organismos ainda é desconhecido no país.

“Estes são organismos que prestam diversos serviços para a natureza, como a decomposição da matéria orgânica, a ciclagem dos nutrientes do solo que as plantas precisam, e muito mais. Se não começarmos logo a avaliar os danos que os pesticidas causam no solo, daqui alguns anos temos a possibilidade da perda de produtividade nas lavouras e a culpa vai ser nossa, por não termos avaliado isso suficientemente antes de comercializar esses produtos”, explica.

O projeto de doutorado foi desenvolvido com o apoio da equipe do laboratório de Ecologia do Solo do CAV/Udesc e aprimorado na Europa. “No estudo tentei estabelecer níveis de proteção para a fauna do solo. Ou seja, identificar quanto de pesticida fica no ambiente após sua aplicação e se essas concentrações são tóxicas pros organismos do solo em diferentes etapas de avaliação, de estudos em laboratório até estudos em equipamentos de semi-campo, que avaliam situações mais reais”, detalha.

Bolsas e suporte do Governo Federal

Letícia nasceu em Lages e cresceu no Bairro Ponte Grande – parte da periferia da cidade, e garante ter consciência de que, sem as bolsas estudantis que conseguiu ao longo de sua jornada acadêmica, não teria conseguido ampliar os conhecimentos, tampouco estaria trabalhando como pesquisadora em Portugal.

Formada em Biologia pela Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac), concluiu a graduação em 2012, com uma bolsa integral do Programa Universidade para Todos (Prouni). O mestrado também foi financiado por uma bolsa, desta vez, proveniente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, uma fundação vinculada ao Ministério da Educação. O doutorado também foi viabilizado pela **Capes**, que custeou os estudos no Brasil e, por meio do Programa Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE), possibilitou parte das pesquisas no exterior.

“Infelizmente tive que dar adeus ao meu país por causa da situação atual de crise na área da educação e, principalmente, da pesquisa, com os cortes de recursos e tudo mais. Ainda assim, serei consultora do Ibama, porque, independentemente de onde eu more, quero continuar contribuindo com o desenvolvimento do meu país na minha área de atuação,” completa.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC quer usar organizações sociais para captar recursos para universidades As propostas apresentadas fazem parte do programa Future-se

Durante reunião que ocorreu na tarde desta terça-feira (16/7) com reitores e pró-reitores de universidades federais de todo o país, o Ministério da Educação apresentou por meio de slides, o novo programa intitulado “Future-se”.

Segundo uma fonte ouvida pelo Correio, que participou do encontro, o MEC quer mudar de forma profunda o modelo de financiamento das universidades. A alteração mais importante apresentada pelo governo pretende utilizar organizações sociais, que são entidades privadas, para captar e gerir recursos das universidades federais.

O secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima, e o secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Ariosto Antunes, informaram que o projeto será lançado formalmente amanhã (17), em entrevista coletiva, e depois será aberta consulta pública. O ingresso no programa será por meio de termo de adesão.

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Antônio Gonçalves, essa seria uma forma de privatizar o ensino público no país. Ele afirma que significa ainda a ampliação da privatização e da precarização da educação.

“Estamos ainda sem saber exatamente o que vamos enfrentar, mas é um projeto que visa mudar o caráter jurídico das instituições de ensino superior para que possam ser geridos pela iniciativa privada, o que significa que podem ser implementadas novas formas de contratações de servidores, cobrança de mensalidades na pós e empurrar as universidades para modos de serviço para se auto sustentar. Vemos como desresponsabilização do Estado, pois querem que universidade venda serviços e cobre mensalidades para sobreviver. Defendo que a educação pública seja financiada com recursos públicos”, concluiu.

Em nota, a Universidade de Brasília (UnB) afirmou que aguarda a íntegra do documento, de forma a ter condições de discuti-lo junto à comunidade acadêmica. O conteúdo também deve ser levado para apreciação dos colegiados superiores da UnB, instâncias com poder decisório.

“Qualquer decisão deve considerar, ainda, a legislação e eventuais implicações legais na adoção do modelo”, diz a nota.

topo 

G1 - TEMPO REAL

MEC pretende criar projeto de lei para facilitar a captação e a gestão de recursos pelas universidades federais

Segundo reitores presentes em reunião com representantes do MEC, programa "Future-se" será submetido a consulta pública até 31 de julho.

O Ministério da Educação afirmou na tarde desta terça-feira (16), em reunião com reitores das universidades federais, que o programa batizado de Future-se prevê a criação de um projeto de lei com uma série de medidas de eficiência de gestão das instituições de ensino superior, como a implantação de um modelo de organizações sociais (OS) para os serviços já terceirizados de manutenção, limpeza e vigilância, e a criação de um novo fundo para financiar as universidades e institutos.

As medidas, que segundo o MEC descartam alterações da natureza das instituições federais, são ainda uma proposta preliminar do governo, a ser apresentada à população em uma consulta pública a partir desta quarta (17), e que ficará aberta até 31 de julho.

As informações sobre a apresentação são de docentes presentes na reunião em Brasília, representando universidades federais. Segundo os participantes, todas as universidades

receberam convite para participar do encontro, que começou às 16h com a presença de Arnaldo Barbosa de Lima Junior, secretário de Educação Superior (Sesu).

Em agenda em SC na segunda (15), o ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou cobrança de mensalidade em universidades federais — Foto: Reprodução/NSC TV Em agenda em SC na segunda (15), o ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou cobrança de mensalidade em universidades federais

O ministro Abraham Weintraub participou de alguns momentos da reunião, na qual slides foram apresentados aos reitores, pró-reitores e demais representantes.

O G1 procurou o Ministério da Educação no início da noite desta terça para confirmar as informações, mas não recebeu resposta até a publicação desta reportagem. Em nota divulgada após a reunião, a pasta apenas repudiou um protesto de entidades estudantis em frente ao ministério.

Segundo as fontes ouvidas pelo G1, a proposta tem como objetivo criar um modelo para aumentar a autonomia financeira das universidades ao longo do tempo.

Projeto de lei

Segundo a proposta apresentada pela pasta aos reitores, a ideia é promover as mudanças no modelo atual de captação e gestão de recursos por meio de um projeto de lei, mas o MEC admite usar outros dispositivos, como uma medida provisória.

Organizações sociais

As alterações seriam em várias frentes: na gestão de recursos, por exemplo, a ideia é aumentar a flexibilidade de como cada universidade pode usar suas próprias receitas, inclusive permitindo que elas usem organizações sociais (OS) para cuidar de contratos de serviços como a vigilância, a manutenção e a limpeza.

Hoje, as reitorias mantêm contratos com empresas terceirizadas para a realização desses serviços, e, nos últimos anos, uma das medidas tomadas pelas instituições por causa do contingenciamento de gastos inclui renegociar os valores desses contratos, além de demitir os trabalhadores terceirizados, reduzindo a equipe e os gastos.

Segundo o MEC, o benefício das OS estaria no fato de que mais de uma universidade possa deixar os recursos orçamentários para esses gastos de custeio nas mãos de uma única organização social, que faria a gestão dos contratos de vigilância, manutenção e limpeza diretamente com uma única empresa para atuar nas várias instituições, e isso reduziria o valor do serviço.

Os representantes ouvidos pelo G1 afirmaram que a pasta não sugeriu que as OS cuidem da gestão acadêmica das instituições, nem da contratação e demissão de funcionários – pela proposta apresentada nesta terça, o regime dos professores e técnicos continuaria sendo o de servidores públicos.

Fundo com várias fontes de recursos

Outra sugestão feita pelo governo é a criação de um fundo no qual o principal aporte

será feito com patrimônio da União, que poderá ser usado para flexibilizar o financiamento das instituições, já que poderá, no futuro, receber aportes de outras fontes.

A sugestão do MEC é que ele seja chamado de "Fundo do Conhecimento".

Segundo os presentes na reunião, a ideia inicial do MEC é que a União levante recursos por meio da venda de imóveis, e a projeção é que o fundo chegue a R\$ 102 bilhões, com o governo federal respondendo por R\$ 50 bilhões desse total.

Além disso, a proposta prevê que esse fundo possa ser comercializado na Bolsa de Valores, e possa captar recursos com vários tipos de investidores, incluindo a injeção de dinheiro privado. A ideia é que as universidades tenham uma cota do fundo e possam usar o rendimento para financiar suas atividades – o MEC ainda não detalhou que critérios seriam usados para decidir a parte de cada instituição.

Teto dos gastos

Outra ideia sugerida pela pasta é alterar, por lei, as regras do teto dos gastos aprovado via emenda constitucional no governo de Michel Temer, para permitir que as instituições com receita própria – como a renda do aluguel de imóveis, por exemplo – usem esse recurso sem as limitações atuais, que estão vinculadas ao teto.

Adesão voluntária

Em nota divulgada na noite da terça, a Universidade de Brasília (UnB) afirmou que "o ingresso no programa será por meio de termo de adesão", e diz que "aguarda a íntegra do documento, de forma a ter condições de discuti-lo junto à comunidade acadêmica".

Representantes de outras instituições afirmaram ao G1 que a apresentação nesta terça traça um panorama geral da proposta, e ainda não oferece subsídios detalhados para que as universidades possam discutir e tomar uma posição.

Participantes também solicitaram ao MEC que a consulta pública dure mais do que as duas semanas programadas inicialmente.

O ministro Abraham Weintraub afirmou que os detalhes sobre a proposta serão divulgados na manhã desta quarta-feira (17), em café da manhã com jornalistas em Brasília.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Universidade com campi na BA e no CE cancela vestibular para transgêneros e intersexuais após pedido do MEC

Processo seletivo disponibilizava 51 vagas de cursos de graduações na Bahia e 69 vagas para o Ceará. Presidente Jair Bolsonaro falou sobre cancelamento nesta terça-feira (16), no Twitter.

A Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) cancelou o vestibular específico para candidatos transgêneros e intersexuais das unidades da instituição na Bahia e no Ceará, após intervenção do Ministério da Educação (MEC).

A informação foi divulgada pelo presidente Jair Bolsonaro, nesta terça-feira (16), no

Twitter.

"A Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Federal) lançou vestibular para candidatos TRANSEXUAL (sic), TRAVESTIS, INTERSEXUAIS e pessoas NÃO BINÁRIOS. Com intervenção do MEC, a reitoria se posicionou pela suspensão imediata do edital e sua anulação a posteriori", escreveu o presidente em suas redes sociais.

Em nota, o MEC informou que questionou a legalidade do processo seletivo na Unilab, via Procuradoria Geral da República (PGR). Segundo o Ministério da Educação, a motivação do pedido foi o fato de que "a Lei de Cotas não prevê vagas específicas para o público alvo do citado vestibular".

Ainda de acordo com o MEC, a instituição de ensino não apresentou parecer com base legal para elaboração da política afirmativa de cotas, conforme edital lançado na semana passada e, por isso, a universidade solicitou o cancelamento do certame.

Também por meio de nota, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) disse que anulou o processo seletivo "considerando o Parecer n. 81/2019, emitido pela Procuradoria Federal junto à instituição".

Ainda no comunicado, a Unilab disse que o "processo seletivo visava à ocupação de vagas ociosas, que não foram preenchidas por editais regulares da Unilab, notadamente aqueles baseados no Enem/SiSU".

Conforme a instituição, a PGR é responsável por orientar que os atos administrativos da universidade estejam em conformidade com a legislação vigente e entendeu de que o edital vai de encontro à Lei de Cotas e aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da ampla concorrência em seleções públicas.

A Unilab é uma instituição federal e lançou o processo seletivo na última quarta-feira (10), com 120 vagas em 15 cursos presenciais em três campi — São Francisco do Conde (BA), Redenção e Acarape (CE). Os cursos de graduação presencial tinham ingresso previsto no dia 30 de setembro.

Na Bahia, foram disponibilizadas 51 vagas nos seguintes cursos de graduação: Ciências Sociais (8), História (8), Humanidades (8) Letras/Língua Portuguesa (9) Pedagogia (8), Relações Internacionais (10).

Já para o Ceará eram 69 vagas para os cursos de Administração Pública (5), Agronomia (2), Antropologia (10), Ciências Biológicas (2), Enfermagem (6), História (10), Humanidades (10) Letras/Língua Inglesa (1), Letras/Língua Portuguesa (3), Matemática (3), Pedagogia (8), Química (4), Sociologia (5).

As inscrições começaram na segunda-feira (15) e ficariam abertas até o dia 24 de julho.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Vestibular anulado da Unilab para pessoas trans vai de encontro à Lei de Cotas, diz universidade

Em comunicado, a Unilab citou a orientação da Procuradoria Federal para o cancelamento do processo seletivo voltado a pessoas transgêneras e intersexuais.

A Universidade da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), com campi no Ceará e na Bahia, se manifestou a respeito do cancelamento do vestibular exclusivo para pessoas transgêneras e intersexuais, cujas inscrições iniciaram nesta segunda-feira (15). Segundo a Unilab, a Procuradoria Federal emitiu parecer orientando pela anulação do processo.

"Responsável por orientar que os atos administrativos da Universidade estejam em conformidade com a legislação vigente, o órgão jurídico expressou o entendimento de que o edital vai de encontro à Lei de Cotas e aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da ampla concorrência em seleções públicas", coloca a universidade.

A Unilab, contudo, reitera que o processo seletivo era dedicado à ocupação de vagas ociosas, que não foram preenchidas nos outros editais regulares da instituição, ou seja, baseados no Enem/Sisu.

O cancelamento do concurso foi divulgado pelo presidente Jair Bolsonaro na tarde desta terça-feira (16), por meio de redes sociais.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC lança nesta quarta consulta pública sobre proposta de flexibilizar captação e gestão de recursos nas universidades

Governo federal sugeriu a reitores mudar leis para permitir que as universidades possam usar organizações sociais para gerenciar serviços de manutenção e aplicar recursos de fundos com dinheiro privado e de receitas próprias hoje limitadas pelo teto de gastos.

O Ministério da Educação lança oficialmente, nesta quarta-feira (17), o programa Future-se, destinado a alterar a estrutura de financiamento e gestão das universidades e institutos federais. Ainda em fase preliminar, a proposta do governo federal será submetida a consulta pública a partir desta quarta e até 31 de julho.

Em reunião na tarde desta terça (16), representantes de universidades que já receberam informações gerais sobre a proposta solicitaram que o prazo para o fim da consulta pública seja adiado, para permitir maior participação da comunidade universitária.

Os detalhes da proposta serão apresentados pelo ministro Abraham Weintraub em café da manhã a partir das 9h desta quarta.

Veja abaixo os pontos já apresentados pelo ministro em suas redes sociais, em conversas com jornalistas ou na reunião com reitores realizada em Brasília:

Weintraub negou que haverá cobrança de mensalidade ou privatização das universidades e institutos federais;

A ideia é abrir duas frentes de flexibilização, na captação e na gestão de recursos; Na frente da captação, o MEC propõe a criação de um fundo que pode chegar a ter R\$ 102 bilhões em recursos – a União contribuiria com R\$ 50 bilhões, que seriam levantados por meio da venda de imóveis;

Batizado de Fundo do Conhecimento, o fundo poderia vir a ser comercializado na Bolsa

de Valores, permitindo aportes de diversos tipos de investidores;

Já na parte da gestão, há duas medidas previstas: uma que permitiria que as universidades não fiquem mais limitadas ao teto de gastos para poderem usar suas receitas próprias, e outra que permitiria que elas usem organizações sociais (OS) para a gestão de contratos de serviços fim, como vigilância, manutenção e limpeza;

O regime de contratação de professores e técnicos seguiria o mesmo, via concurso público e com a estabilidade e dedicação integral garantidas aos servidores públicos;

A proposta do MEC é que as mudanças sejam feitas por meio de um projeto de lei, mas a pasta diz que não descarta lançar mão de outros dispositivos, como a medida provisória;

O MEC diz que as instituições manteriam sua autonomia e que sua natureza jurídica permanecerá a mesma: em vez de deixarem de ser autarquias para poderem ter mais flexibilidade, a ideia é mudar a lei para permitir flexibilizar as autarquias.

Reunião com reitores

Segundo um dos participantes da reunião desta terça, todas as universidades foram convidadas pelo MEC para a apresentação da proposta. Até as 22h desta terça, o MEC não havia confirmado, a pedido do G1, quais instituições haviam enviado representantes.

Em nota divulgada na noite da terça, a Universidade de Brasília (UnB) afirmou que "o ingresso no programa será por meio de termo de adesão", e diz que "aguarda a íntegra do documento, de forma a ter condições de discuti-lo junto à comunidade acadêmica".

Representantes de outras instituições afirmaram ao G1 que a apresentação nesta terça traça um panorama geral da proposta, e ainda não oferece subsídios detalhados para que as universidades possam discutir e tomar uma posição.

Participantes também solicitaram ao MEC que a consulta pública dure mais do que as duas semanas programadas inicialmente.

Projeto de lei

Segundo a proposta apresentada pela pasta aos reitores, a ideia é promover as mudanças no modelo atual de captação e gestão de recursos por meio de um projeto de lei, mas o MEC admite usar outros dispositivos, como uma medida provisória.

Organizações sociais

As alterações seriam em várias frentes: na gestão de recursos, por exemplo, a ideia é aumentar a flexibilidade de como cada universidade pode usar suas próprias receitas, inclusive permitindo que elas usem organizações sociais (OS) para cuidar de contratos de serviços como a vigilância, a manutenção e a limpeza.

Hoje, as reitorias mantêm contratos com empresas terceirizadas para a realização desses serviços, e, nos últimos anos, uma das medidas tomadas pelas instituições por causa do contingenciamento de gastos inclui renegociar os valores desses contratos, além de demitir os trabalhadores terceirizados, reduzindo a equipe e os gastos.

Segundo o MEC, o benefício das OS estaria no fato de que mais de uma universidade possa deixar os recursos orçamentários para esses gastos de custeio nas mãos de uma única organização social, que faria a gestão dos contratos de vigilância, manutenção e

limpeza diretamente com uma única empresa para atuar nas várias instituições, e isso reduziria o valor do serviço.

Os participantes afirmaram que a pasta não sugeriu que as OS cuidem da gestão acadêmica das instituições, nem da contratação e demissão de funcionários – pela proposta apresentada nesta terça, o regime dos professores e técnicos continuaria sendo o de servidores públicos.

Fundo com várias fontes de recursos

Outra sugestão feita pelo governo é a criação de um fundo no qual o principal aporte será feito com patrimônio da União, que poderá ser usado para flexibilizar o financiamento das instituições, já que poderá, no futuro, receber aportes de outras fontes.

A sugestão do MEC é que ele seja chamado de "Fundo do Conhecimento".

Segundo os presentes na reunião, a ideia inicial do MEC é que a União levante recursos por meio da venda de imóveis, e a projeção é que o fundo chegue a R\$ 102 bilhões, com o governo federal respondendo por R\$ 50 bilhões desse total.

Além disso, a proposta prevê que esse fundo possa ser comercializado na Bolsa de Valores, e possa captar recursos com vários tipos de investidores, incluindo a injeção de dinheiro privado. A ideia é que as universidades tenham uma cota do fundo e possam usar o rendimento para financiar suas atividades – o MEC ainda não detalhou que critérios seriam usados para decidir a parte de cada instituição.

Teto dos gastos

Outra ideia sugerida pela pasta é alterar, por lei, as regras do teto dos gastos aprovado via emenda constitucional no governo de Michel Temer, para permitir que as instituições com receita própria – como a renda do aluguel de imóveis, por exemplo – usem esse recurso sem as limitações atuais, que estão vinculadas ao teto.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

MEC lança Future-se, programa para aumentar verba privada no orçamento das federais

Instituições poderão fazer PPPs, ceder prédios, criar fundos com doações e até vender nomes de campi e edifícios, como em estádios. Antes da adesão, haverá consulta pública.

O Ministério da Educação lançou oficialmente, nesta quarta-feira (17), um programa para reestruturar o financiamento do ensino superior público. A proposta, chamada "Future-se", amplia a participação de verbas privadas no orçamento universitário.

As instituições poderão fazer parcerias público-privadas (PPPs), ceder prédios, criar fundos com doações e até vender nomes de campi e edifícios, como em estádios. Antes da adesão, haverá consulta pública.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que alunos não terão de pagar mensalidade nas universidades públicas, independentemente da faixa de renda. "Sem mensalidade, sem nada", disse o ministro.

O lançamento ocorre em meio ao contingenciamento de verbas das universidades, anunciado no fim de abril pelo governo. De acordo com a associação que representa os reitores das universidades federais, a Andifes, a medida atinge de 15% a 54% dos recursos que podem ser cortados das universidades federais.

Entenda o corte de verba das universidades federais e saiba como são os orçamentos das 10 maiores

Com o programa, as universidades poderão:

celebrar contratos de gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da universidade e da União. As reitorias poderão fazer PPPs, comodato ou cessão dos prédios e lotes; criar fundos patrimoniais (endowment), com doações de empresas ou ex-alunos, para financiar pesquisas ou investimentos de longo prazo; ceder os “naming rights” de campi e edifícios, assim como acontece nos estádios de futebol que levam nomes de bancos ou seguradoras; criar ações de cultura que possam se inscrever em editais da Lei Rouanet ou outros de fomento.

Antes da adesão das universidades, o MEC fará uma consulta pública sobre o Future-se nos próximos 30 dias, pela internet. A área jurídica do ministério ainda estuda quais pontos terão de ser aprovados pelo Congresso Nacional para entrarem em vigor.

“Às vezes, a crise, ela incomoda. Às vezes não, sempre. Ela incomoda, ela faz com que a gente repense as estruturas, a forma de trabalhar, agir, pensar. Mas se ela for bem conduzida, ela permite oportunidades, crescimento, desenvolvimento, revoluções”, declarou Weintraub.

Soluções do mercado financeiro

O Future-se, no modelo apresentado nesta quarta, se baseia em uma série de dispositivos do mercado financeiro. Segundo o MEC, essa “carteira de ações” inclui:

Fundo de patrimônio imobiliário

O MEC diz ter recebido R\$ 50 bilhões em lotes, imóveis e edifícios da União. Esse patrimônio será convertido em um fundo, e os lotes, cedidos à iniciativa privada. A rentabilidade das construções volta para o fundo, que ficaria disponível para o financiamento. Como exemplo, o MEC citou um lote de 65 mil metros quadrados próximo à Ponte JK, um dos cartões-postais de Brasília.

Microcrédito para startups

O MEC quer incluir no financiamento universitário uma linha de “microcrédito produtivo orientado”. Segundo Lima, hoje, 2% dos depósitos à vista ficam no Banco Central, e já há linhas de crédito para microempreendedores e pessoas em vulnerabilidade. A ideia é estender o modelo para start-ups.

Fundo soberano do conhecimento

Segundo o MEC, todo esse dinheiro será gerido em um “fundo soberano do conhecimento”. O capital privado, além do investimento direto em cada instituição, poderia entrar nesse fundo, de onde seria redistribuído às universidades. Royalties, patentes, parques tecnológicos também aportariam dinheiro nesse fundo.

“A gente quer falar pro empresário: ‘Você está preocupado com Amazônia? Não doe para uma ONG’. A gente quer implantar a ideia do capitalismo social, que é explorar a imagem dos bons investidores que têm preocupação com a educação, mas não querem rasgar dinheiro”, diz Lima.

‘Apex da educação’

“A gente quer se transformar na Apex da educação”, disse o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, referindo-se à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, que organiza feiras e eventos ao redor do mundo para promover a produção industrial e agrícola brasileira.

“A gente está querendo exportar a indústria de conhecimento que a gente tem. A educação brasileira pode ser um produto de exportação”, afirmou.

“Queremos sair das amarras da Lei 8.666”, disse Lima, em referência à Lei de Licitações, que define as regras para uma contratação pública e, em geral, é vista como “trava” pelo gestor público.

Descontingenciamento

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão, interrompeu a cerimônia e, sem microfone, fez reivindicações ao ministro.

“Precisamos debater como retomar os cortes que foram feitos, como devolver o dinheiro do contingenciamento. Os estudantes estão dispostos a dialogar, mas queremos respostas para hoje (...) Os estudantes estão nos procurando desesperados, porque não conseguem fazer suas pesquisas. Precisamos de uma resposta imediata.”

“É importante que tenha parcerias, mas é importante sobretudo que tenha política pública para a universidade. Nós precisamos salvar a universidade”, afirmou.

Em resposta, o secretário Arnaldo Barbosa disse que a consulta pública está aberta “para ouvir opinião de pessoas como você, que muitas vezes carecem de muita informação.”

O que diz a lei?

O artigo 207 da Constituição Federal prevê que as universidades gozam de “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”. Isso significa que nem o MEC nem o setor privado podem, em tese, interferir nos planos de ensino, pesquisa e extensão determinados pelas reitorias.

Já o artigo 213 define que as atividades de pesquisa, extensão e inovação nas universidades “poderão” receber apoio financeiro do poder público. Neste caso, o texto indica que o financiamento direto dessas atividades não é obrigatório.

Ministério da Educação

topo 

METRÓPOLES - TEMPO REAL

MEC quer que universidades apliquem na Bolsa e criem OS para levantar recursos

O programa Future-se é anunciado em meio a uma crise vivida pelas instituições federais e após divulgação de contingenciamento das verbas

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima, anunciaram nesta quarta-feira (17/07/2019) mudanças na autonomia financeira das 65 universidades e institutos federais.

Entre as principais mudanças propostas, está como cada universidade pode usar as receitas, permitindo que elas criem organizações sociais (OS) para cuidar de contratos de serviços, usem um fundo em que o principal aporte seria feito com o patrimônio da União, podendo receber valores de outras fontes e até a aplicação na Bolsa de Valores.

Além das alterações no financiamento, o projeto prevê a criação de startups, permite a sessão de imóveis das universidades, as parcerias público-privadas, a criação de fundos de investimentos, entre outros.

Um dos objetivos do programa é dar autonomia financeira para as instituições, que poderão, por exemplo, captar recursos para financiar as atividades. Com isso, espera-se evitar que elas dependam exclusivamente do orçamento da União.

O Future-se foi lançado na sede do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), em Brasília, com a presença de reitores e diretores de institutos federais. A adesão das universidades é voluntária, segundo a proposta da pasta.

O modelo foi inspirado em experiências semelhantes da Europa, Canadá, Israel, Austrália e Estados Unidos. Para Weintraub, é uma forma de modernização das instituições de ensino brasileiras.

O governo federal enviará um projeto de lei ao Congresso e editará medidas provisórias para regular a flexibilidade financeira das instituições. “Em um ano de dificuldades, apresentamos uma alternativa. Vamos atravessar esse ano e colocar o Brasil onde ele deve estar”, comemorou Weintraub.

O MEC lançará nesta quarta-feira (17/07/2019) a consulta pública sobre a proposta. O governo federal quer que reitores opinem sobre as mudanças nas receitas, que deixariam de ser limitadas pelo teto de gastos.

“Queremos que os reitores foquem no ensino e pesquisa que é o forte da universidade. Gerir os contratos dá muito trabalho aos reitores”, destacou Arnaldo Barbosa.

Protestos no lançamento

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão, protestou durante o anúncio do ministério. “Onde está o dinheiro da educação, ministro? Os estudantes estão desesperados porque não têm dinheiro para suas pesquisas. Precisamos de investimento, de mais vagas e de mais estrutura”, reclamou.

Weintraub rebateu: “Vamos colocar as medidas para consulta pública para saber todas as opiniões e desconstruir a falta de informação”, disse, ao convidar o estudante para sentar-se ao lado dele. Os seguranças do Inep foram chamados, mas não precisaram agir.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

MEC quer incentivar federais a buscar recursos no setor privado

Programa deve envolver projetos de lei e consulta pública. Ministro nega que haverá cobrança de mensalidades

Em meio a uma crise orçamentária com as universidades federais, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, promete lançar nesta quarta-feira (17/07/2019) um programa que propõe formato alternativo de financiamento para o ensino superior público. Batizado de Future-se, o plano deve estimular captação de recursos próprios pelas instituições com doações e parcerias com empresas privadas.

Antes de ser colocado em prática, porém, deverá passar por consulta pública e pelo Congresso. O modelo deve ter adesão voluntária pelas universidades. “Permitindo separar o joio do trigo... as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar”, disse Weintraub, que negou esta semana intenção de cobrar mensalidade nas federais.

A equipe dele aposta que o programa será sua maior ação à frente do ministério até o momento. O presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que ele será responsável por uma “nova dinâmica para a educação”. “Nós queremos nossas universidades entre as 100 melhores do mundo.”

Antes mesmo de ser apresentado aos reitores e até ao presidente, o programa foi levado a um grupo de deputados da base aliada, já que a mudança deve envolver uma série de projetos de lei. O Estadão/Broadcast apurou que entre as propostas estão projetos que buscam incentivar a procura de fontes alternativas de financiamento, como a possibilidade de uso integral dos recursos próprios — arrecadados por meio de parcerias com prefeituras, governos estaduais e empresas privadas — e a criação de fundos patrimoniais.

A mudança na regra de uso de verbas próprias já era estudada desde a gestão Michel Temer. Até 2015, as instituições contornavam a redução de verbas da União com a captação de recursos próprios, como cobrança de aluguel por uso de espaços, prestação de serviços, contratos de pesquisa e taxa de matrículas (para cursos de extensão). Mas, com o teto federal de gastos, qualquer “excesso” de arrecadação deve ser usado para abater a dívida pública e a universidade não fica com a verba.

Por exemplo: uma federal que tenha orçamento de R\$ 500 milhões e consiga arrecadar, por esforço próprio, R\$ 50 milhões. Se ela tiver prevista essa arrecadação quando elaborou a proposta de orçamento, poderá ter esse incremento compensado com redução de fontes livres — recursos ordinários ou destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Ou seja, a União repassará R\$ 450 milhões para essa universidade, por saber que os outros R\$ 50 milhões virão de outra fonte. Se o recurso próprio não estiver previsto no orçamento, o excesso de arrecadação fica indisponível para uso e passa a integrar o resultado primário do governo central.

Segundo o Estado apurou, a ideia é que o Future-se seja sustentado por um fundo soberano de conhecimento privado e os recursos iniciais viriam da alienação ou concessão de patrimônio da União. E, para disputar as verbas, as instituições precisariam investir em eixos como gestão, governança, empreendedorismo, pesquisa, inovação e internacionalização.

Outra alteração seria na lei que regula fundos patrimoniais — sancionada com veto por Bolsonaro em janeiro, o que impediu as fundações de apoio das universidades públicas

de atuarem como gestoras dos fundos patrimoniais filantrópicos. A ideia é rever o veto.

Representantes do MEC também querem implementar o modelo de Organizações Sociais (OS) para cuidar de serviços como limpeza e segurança. Nesse caso, as verbas não vão contar para efeito do teto constitucional de gastos públicos. A expectativa é que um ato normativo sobre o tema seja publicado até o fim de agosto.

Nas redes sociais, Weintraub disse que proporá um “modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, Estados Unidos etc”.

O deputado Filipe Barros (PSL) quer fazer alterações na Lei das Licitações para facilitar doações e parcerias pretendidas pelo programa. Nas redes sociais, Weintraub disse que proporá um “modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, Estados Unidos, etc”.

Já o deputado João Henrique Campos (PSB-PE) criticou a falta de consulta aos reitores antes de concluir a proposta. “Desde o início da gestão há enfrentamento com as universidades, com acusações de má gestão dos recursos e balbúrdia”, disse ele, vice-coordenador da Comissão Externa do Ministério da Educação na Câmara.

Discussão

A autonomia administrativa das federais é prevista na Constituição, mas na prática elas dependem do governo para a execução orçamentária e as verbas são repassadas com rubricas específicas. O cálculo da verba de cada instituição é feito por uma matriz que considera fatores como o total de alunos, de cursos, entre outros.

O orçamento das 68 federais é dividido entre despesas com salários de professores e funcionários técnico-administrativos (gasto obrigatório) e a verba discricionária, que cobre até pagamento de água e luz, e sofreu bloqueios no atual governo.

Especialistas em financiamento do ensino superior defendem a diversificação de fontes de recurso das universidades. Mas alertam que nenhum país conseguiu manter instituições de ensino públicas só com parcerias privadas.

Um estudo da Câmara do ano passado mostra que, em 2010, as universidades e os institutos federais chegaram a usar R\$ 1,6 bilhão de recursos próprios para cobrir despesas. Esse montante vem em declínio e chegou a R\$ 700 milhões, em 2017.

Os reitores temem que o novo modelo seja mal interpretado pelo governo, já que a arrecadação com convênios é um valor muito pequeno diante dos custos das instituições. Além disso, o total arrecadado com as parcerias vai especificamente para as áreas que a captaram.

Após apresentação da proposta aos dirigentes das universidades, os reitores saíram bastante preocupados da apresentação e fizeram uma reunião ainda na noite desta terça para discutir as propostas. Parte delas, segundo eles, que nunca haviam sido discutidas por eles com o MEC.

topo ↕

O DIA - RJ - TEMPO REAL

Educação sem limites

Do interior de Mato Grosso e da Bahia, passando por Goiás e chegando aos campos gaúchos, vem surgindo uma nova geração de profissionais com mais estudo e maior preparo para o trabalho no agronegócio. O caminho da qualificação, que antes dependia da presença em sala de aula, hoje pode ser trilhado em casa ou na própria fazenda, nas brechas que a lida permite. Os cursos de ensino à distância, os chamados EAD, seduzem empreendedores rurais, agtechs que apostam em tecnologias de inovação e instituições especializadas em educação. Tanto é que a oferta dessa modalidade de ensino tem se multiplicado e se sofisticado. Hoje, já é possível escolher de uma simples capacitação à pós-graduação ou MBA (Master of Business Administration). “Para ser viável, a agricultura é uma atividade que procura, cada vez mais, por excelência”, diz Luiz Tangari, CEO da Strider, agtech criada em 2013 e que propõe soluções de gestão para o agronegócio. Com uma carteira de 3 mil fazendas, a agtech criou, no início deste ano, a Strider Academy, sua primeira plataforma de educação com conteúdo no formato online. “As decisões baseadas em dados exigem mão de obra qualificada. Esse é um caminho irreversível”, diz Tangari.

O modelo de ensino à distância não é novo no Brasil. Remonta à década de 1940, com o Instituto Universal Brasileiro e suas apostilas de conteúdo via correio. Depois, a partir da década de 1960, foi a vez dos cursos em TVs, principalmente nos canais educativos. Na última década, com as plataformas on-line de comunicação e uma melhor conectividade no campo, eles estão ganhando uma dimensão mais robusta. Hoje, há 1,6 mil cursos de EAD formalizados pelo Ministério da Educação, de inúmeras disciplinas, nos quais estão matriculados 1,5 milhão de alunos – metade do público dos cursos universitários presenciais. Há uma década, eles não passavam de 930 mil alunos, em cerca de 900 cursos de EAD. Não por acaso, o modelo híbrido de ensino tem crescido, quebrando barreiras entre a educação presencial e à distância. De acordo com um levantamento da Associação Brasileira de Ensino (Abed), realizado no ano passado, para cada novo curso à distância disponível lançado no mercado nos dois anos anteriores, surgiam outros quatro semipresenciais. É nesse caldo de inovação que os cursos destinados ao setor do agronegócio têm aumentado em todos os níveis de conteúdo

DE OLHO NAS METAS

Para José Américo da Silva, CEO do Instituto de Educação no Agronegócio (I-Uma), os cursos à distância podem ajudar a acelerar os processos de gestão nas propriedades rurais. O I-Uma, que atua há quase três décadas em capacitação rural, com cerca de mil alunos, está entre as instituições privadas pioneiras nesse setor. “A gestão no campo é uma das ferramentas de que o Brasil precisa para atingir suas metas”, diz Américo. “Com a disseminação do conhecimento, o EAD pode contribuir muito para aumentar a renda no campo.” Ele dá como exemplo o curso de pós-graduação em Direito Agrário e Ambiental, criado em 2012 e que está formando a sétima turma de alunos. Hoje, o conteúdo da especialização presencial está sendo preparado para EAD. No caso do AgroEduc, um curso de gestão de capacitação de jovens por EAD, que até agora era acessível apenas por computador, está indo para tablets e smartphones, visando maior flexibilidade de acesso. Essa readequação vai ao encontro do que mostra a 7ª Pesquisa Hábitos de Mídia do Produtor Rural, elaborada pela Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio: em quatro anos, o uso de smartphone por produtores rurais saltou de 17% para 61%. No País, há cerca de 4 milhões de produtores rurais e 18 milhões de trabalhadores no setor.

No campo, a SLC Agrícola, com 18 fazendas nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Goiás, Piauí e Maranhão, é um exemplo de demanda por EAD. A empresa, que sempre apostou em treinamento de sua equipe de 3,5 mil funcionários, quer intensificar esse trabalho por meio da plataforma online. “Não adianta ter máquina e tecnologia de ponta, um trator de R\$ 1 milhão, se o seu operador não foi treinado para isso”, afirma Déa Machado, gerente de RH da SLC. “Se o funcionário não está motivado e engajado, a produção não vai aumentar.” Para ela, o maior benefício da educação está na menor rotatividade de mão de obra, fundamental na gestão estratégica do grupo. A empresa, criada em 1977, tem como um dos principais focos da atual gestão a digitalização total de processos propostos pela agricultura 4.0. Os cursos e treinamentos da equipe baixaram a rotatividade da mão de obra para 15% no ano passado, ante os assombrosos 40% de cinco anos atrás. A melhoria está diretamente relacionada aos resultados financeiros. Em 2018, a receita líquida da SLC foi de R\$ 2,1 bilhões, 13% acima de 2017, resultado de 404 mil hectares de cultivo de algodão, soja e milho. O lucro bruto também cresceu, chegando a R\$ 406,5 milhões, um aumento de 10% no período.

ENCURTANDO DISTÂNCIAS

José Luiz Tejon Megido, professor no Brasil e coordenador acadêmico em Nantes, na França, de um programa de agronegócio na Audencia Business School, afirma que quanto mais bem-feitos forem os cursos de EAD, mais potencial eles terão para se consolidar. “Não é fácil montar estruturas interativas, criativas, reunindo conceitos de educação com entretenimento, como se a aula fosse o roteiro de um filme”, afirma Tejon. “Nessa área, há muitas empresas apostando na demanda por conhecimento.” Entre elas, ele destaca algumas multinacionais, como Bayer, MSD e Ihara, e outras brasileiras, como a Jacto. No caso da SLC, Edson Rodrigo Vendruscolo, diretor de Operações Agrícolas, diz que os cursos de EAD podem resolver outro dilema, além do conteúdo, que é a distância entre as fazendas e as instituições de ponta no ensino. “Se queremos nos capacitar, precisamos percorrer distâncias de até 500 quilômetros ou mais para realizar uma pós-graduação ou uma especialização”, afirma. “Quando poderíamos pensar em fazer um curso com professores da Dom Cabral, por exemplo, morando no interior de Mato Grosso?”

Ele se refere à Fundação Dom Cabral, uma das maiores instituições de educação executiva do País, onde a Strider foi buscar professores para customizar o conteúdo online de sua plataforma EAD. Marcus Lindgren, 51 anos, especialista em Gestão de Negócios e Liderança Executiva, pela universidade Harvard, nos Estados Unidos, é professor da Dom Cabral há 15 anos e fez parte da equipe que montou o programa de ensino à distância da Strider. A formação visa desenvolver três capacidades: gestão da performance, da mudança e de pessoas. Há conteúdos, por exemplo, inspirados nas teorias de grandes nomes da gestão estratégica mundial, entre eles os americanos Michael Porter, Robert Kaplan e David Norton, todos ligados à Harvard Business School. “Antes, o poder estava concentrando na propriedade rural. Hoje, os donos de terras estão deixando de ser fazendeiros para serem homens de negócio”, observa Lindgren, que também é consultor e sócio da rede inglesa de auditoria Moore Stephens, no Brasil. “Isso significa desenvolvimento de produto, marketing, cadeia logística, gestão de pessoas e de tecnologias.”

A maior sofisticação no conteúdo está relacionada ao público atingido pelos novos cursos de EAD. A primeira onda de evolução do agronegócio começou com a

substituição da mão de obra sem qualificação formal pelo maquinário automatizado, irrigação, tecnologia de sementes e de adubação. A segunda onda, agora, está sendo exatamente na automatização e na profissionalização dos processos de gestão, atraindo para os cursos gerentes, diretores e gestores. “Com o advento da tecnologia na primeira onda, as empresas começaram a gerar muitos dados”, afirma Lindgren. “A segunda onda vem no sentido de não mais fazer a administração pela intuição, mas pela análise estatística desses dados.”

Tangari, CEO da Strider, afirma que a demanda pelo EAD veio justamente desse público obrigado a tomar decisões. O software da empresa ajuda a monitorar 4 milhões de hectares de culturas. “A gestão é limitadora para a entrega de performance”, destaca o executivo. “Hoje, o agronegócio é uma indústria mais sofisticada do que muitas fábricas urbanas.”

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Universidade tem energia cortada por falta de pagamento

De acordo com a UFMT, os cinco campi estão sem luz: Cuiabá, Rondonópolis, Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Sinop; MEC já liberou recursos

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) teve a energia elétrica cortada nesta terça (16) por falta de pagamento, de acordo com a assessoria de imprensa da instituição. O corte ocorreu por volta das 11h.

Segundo a assessoria da universidade, a instituição foi surpreendida porque estava negociando com a Energisa, empresa responsável pela distribuição de energia no estado. Uma reunião estava agendada para quinta-feira (18), de acordo com a UFMT. Os cinco campi estão sem luz: Cuiabá, Rondonópolis, Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Sinop.

Em nota, o Ministério da Educação (MEC) informou que o ministro Abraham Weintraub adotará medidas emergenciais para a “religação imediata” da energia elétrica na universidade. “O ministro irá ainda tomar as medidas cabíveis tanto administrativas como judiciais para a responsabilização dos envolvidos pela má gestão na UFMT”, diz nota divulgada pela Assessoria de Comunicação Social do MEC.

Segundo o texto, ao tomar conhecimento da situação na última quinta-feira (11), Weintraub chamou a reitora Myrian Serra ao ministério e autorizou o repasse de R\$ 4,5 milhões para que a reitoria da UFMT, nomeada há três anos, quitasse a dívida das contas de luz. “Os valores, herdados no governo anterior, correspondem ao montante de R\$ 1,8 milhão. A liberação do limite de empenho foi realizada na sexta-feira da semana passada com o compromisso da reitora para o pagamento imediato da referida dívida”, diz a nota.

A reitora da UFMT, que cumpria agenda em Sinop, está retornando para a capital. As negociações estão sendo feitas, no momento, pelo vice-reitor, Evandro Aparecido Soares.

A universidade tem hoje 26.938 estudantes na graduação e 2.446 na pós-graduação. Ao todo, são 106 cursos presenciais e oito a distância na graduação, além de 66 programas de mestrado e doutorado.

Este ano, o MEC contingenciou, em média, 29,74% do orçamento discricionário das universidades federais. Esses recursos, segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, são usados principalmente para o pagamento de energia elétrica e vigilância.

De acordo com a pasta, o contingenciamento pode ser revertido e não gera impacto imediatamente uma vez que as instituições ainda dispõem da maior parte dos recursos previstos para o ano.

Nesta quarta (17), o ministro da Educação, Abraham Weintraub, apresentará o programa Future-se, que pretende, segundo a pasta, modernizar o funcionamento das universidades federais. A adesão das instituições será voluntária.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC lança fundo para investimento privado em universidades federais Programa Future-se deve aumentar a renda das instituições por meio de recursos vindos da iniciativa privada por meio de PPPs e investimentos

O MEC (Ministério da Educação) lança o Programa Future-se, nesta quarta-feira (17), que visa a criação de fundo de investimento para captar recursos para as universidades e institutos federais. A ideia é que seja ampliado a participação de recursos privados no orçamento de universidades e institutos federais.

Programa Future-se será aberto à consulta pública a partir de hoje até o dia 7 de agosto. As propostas serão compiladas e levadas ao Congresso no fim de agosto.

De acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, não serão cobradas mensalidades do estudantes, os recursos extras viriam da iniciativa privada.

As receitas próprias, segundo informações do governo, serão adicionadas ao orçamento, não mais contingenciadas. "O Future-se é um programa que visa fortalecer as universidades federais, favorecendo a captação de recursos próprios e a participação de organizações sociais", avalia secretário de educação superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior.

O Future-se é apresentado em três eixos: gestão, governança e empreendedorismo e inovação. Entre os pontos apresentados pelo MEC, está a criação de um fundo imobiliário no valor inicial de R\$ 50 bilhões, valor que viria da venda de imóveis da União.

As reitorias das universidades poderão firmar PPPs (Parcerias Público Privadas) com cessão de prédios. Também poderão ser criados fundos patrimoniais com doações de empresas e ex-alunos para fomentar a pesquisa e investimentos.

Também serão criados projetos culturais que poderão ter recursos captados via Lei Rouanet.

Serão, de acordo com Lima Júnior, criados limites de gastos com pessoal nas universidades e além de estabelecer política de transparência e compliance.

"Não estamos copiando outros países, estamos trazendo as melhores ideias, adaptamos à

realidade brasileira", disse o ministro Abraham Weintraub. "A gente vai libertar os nossos jovens, vamos incentivar o empreendedorismo, as startups, e o dinheiro virá do fundo".

De acordo com a apresentação, o modelo é assegurado pela Constituição.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC irá à Justiça contra má gestão em universidade; reitora sumiu, diz ministro Federal de Mato Grosso teve energia cortada e pediu repasse de verba; instituições tiveram recursos bloqueados em abril

SÃO PAULO - O Ministério da Educação (MEC) informou nesta terça-feira, 16, que tomará medidas administrativas e judiciais para responsabilizar envolvidos em uma suposta "má gestão" na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A instituição teve a energia elétrica cortada em todos os seus cinco câmpus. Desde que assumiu a pasta, em abril, o ministro Abraham Weintraub tem se envolvido em polêmicas com as instituições por causa de bloqueios de verbas.

Segundo informou a própria reitoria da UFMT, os câmpus nas cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Araguaia, Rondonópolis e Sinop, além da Base de Pesquisa do Pantanal, tiveram a luz desligada. A UFMT é composta por 29 institutos e faculdades e tem mais de 34 mil alunos nos 106 cursos de graduação e 62 de pós.

Ainda de acordo com a universidade, logo após o corte, entrou em contato com o MEC, solicitando a liberação de recursos financeiros necessários para o pagamento da fatura.

"Após a liberação do repasse pelo MEC, imediatamente a UFMT dirigiu-se à Energisa (concessionária de energia de Mato Grosso) para demonstrar o pagamento da fatura pendente no valor de aproximadamente R\$ 1,8 milhão", informou a universidade.

No Twitter na noite desta terça, Weintraub disse que o MEC atuou diretamente com a companhia de luz e teve a colaboração da diretora e do vice-reitor da universidade. "A magnífica reitora está incomunicável (sumiu)", escreveu. "Já iniciamos providências legais quanto à reitora."

O MEC, em nota na tarde desta terça, informou que o ministro Weintraub "tomou conhecimento da situação" na última quinta-feira, 11, quando chamou a reitora ao ministério e autorizou o repasse de R\$ 4,5 milhões para que a reitoria quitasse a dívida. A pasta argumenta que a liberação do limite de empenho foi realizada na sexta-feira da semana passada "com o compromisso da reitora para o pagamento imediato da referida dívida".

O ministério informou, ainda, que o ministro vai "tomar as medidas cabíveis tanto administrativas como judiciais para a responsabilização dos envolvidos pela má gestão na UFMT".

O Estado não conseguiu contato com a UFMT para comentar acusações do MEC sobre má gestão na universidade. Reitora da UFMT, a professora Myrian Serra formou-se em Nutrição pela própria universidade. Tem mestrado e doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e faz parte do quadro de professores da UFMT desde 1988.

Nesta terça, também houve polêmica do governo em relação a outra instituição federal, a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). O presidente Jair Bolsonaro anunciou que após "intervenção" do MEC foi suspenso um vestibular específico para candidatos transgêneros e intersexuais.

Na semana passada, essa universidade federal anunciou edital com 120 vagas em 15 cursos em três câmpus - dois no Ceará e um na Bahia. As inscrições começaram na segunda-feira e iriam até o dia 24. O ministério disse ao Estado que questionou a legalidade do vestibular via Procuradoria-Geral da República (PGR).

"A motivação se deu pelo fato de que a Lei de Cotas não prevê vagas específicas para o público-alvo do citado vestibular. A universidade não apresentou parecer com base legal para elaboração da política afirmativa de cotas, conforme edital lançado na semana passada. Por esta razão, a Unilab solicitou o cancelamento do certame", diz o MEC.

Universidades cortam bandeirão, bolsas e transporte

Como o Estado mostrou nesta semana, após o bloqueio de verbas anunciado pelo MEC em abril, as universidades federais têm enfrentado dificuldades para honrar contratos com funcionários terceirizados e pagar despesas básicas, como contas de luz.

Também já suspendem bolsas de intercâmbio, monitoria e estágio e serviços aos estudantes como transporte entre os câmpus e alimentação. Algumas instituições ameaçam paralisar as atividades no segundo semestre caso os valores não sejam desbloqueados pela pasta.

Estudantes de graduação ouvidos pelo Estado tentam contornar as dificuldades apelando para marmitas, caronas, vaquinhas e até empréstimo. Há casos de alunos que tiveram viagens de intercâmbio barradas mesmo após aprovação em edital.

Em meio às restrições orçamentárias, dificuldades de ampliação do número de bolsas de permanência estudantil também trazem insegurança aos alunos de baixa renda.

MEC vai propor formato alternativo de financiamento

Em meio à crise orçamentária com as universidades federais, Weintraub, promete lançar nesta quarta-feira, 17, um programa que propõe formato alternativo de financiamento para o ensino superior público. Batizado de Future-se, o programa deve estimular captação de recursos próprios pelas instituições com doações e parcerias com empresas privadas.

O modelo deve ter adesão voluntária pelas universidades. "Permitindo separar o joio do trigo... as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar", disse Weintraub, que negou esta semana intenção de cobrar mensalidade nas federais.

A equipe dele aposta que o programa será sua maior ação à frente do ministério até o momento. O presidente Jair Bolsonaro afirmou que ele será responsável por uma "nova dinâmica para a educação". "Nós queremos nossas universidades entre as 100 melhores do mundo."

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Energia elétrica foi restabelecida em toda UFMT, diz MEC

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, informou há pouco pelo Twitter que a energia elétrica foi restabelecida em todos os campi da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

A energia elétrica da universidade foi cortada nesta terça-feira por falta de pagamento, de acordo com a assessoria de imprensa da instituição. O corte ocorreu por volta das 11h.

Em nota, o MEC informou que, ao tomar conhecimento da situação na última quinta-feira (11), Weintraub chamou a reitora Myrian Serra ao ministério e autorizou o repasse de R\$ 4,5 milhões para que a reitoria da UFMT, nomeada há três anos, quitasse a dívida das contas de luz.

O comunicado destaca ainda que Weintraub vai adotar medidas administrativas e judiciais "para a responsabilização dos envolvidos pela má gestão na UFMT".

Segundo a assessoria da universidade, a instituição foi surpreendida pelo corte da luz porque estava negociando com a Energisa, empresa responsável pela distribuição de energia no estado. Uma reunião estava agendada para quinta-feira (18), de acordo com a UFMT.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC quer incentivar federais a buscar fontes de recursos no setor privado

Em meio a uma crise orçamentária com as universidades federais, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, promete lançar hoje um programa que propõe formato alternativo de financiamento para o ensino superior público. Batizado de Future-se, o programa deve estimular captação de recursos próprios pelas instituições com doações e parcerias com empresas privadas.

Antes de ser colocado em prática, porém, deverá passar por consulta pública e pelo Congresso. O modelo deve ter adesão voluntária pelas universidades. "Permitindo separar o joio do trigo... as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar", disse Weintraub, que negou esta semana intenção de cobrar mensalidade nas federais.

A equipe dele aposta que o programa será sua maior ação à frente do ministério até o momento. O presidente Jair Bolsonaro afirmou que ele será responsável por uma "nova dinâmica para a educação". "Nós queremos nossas universidades entre as 100 melhores do mundo."

Antes mesmo de ser apresentado aos reitores e até ao presidente, o programa foi levado a um grupo de deputados da base aliada, já que a mudança deve envolver uma série de projetos de lei.

O Estadão/Broadcast apurou que entre as propostas estão projetos que buscam incentivar a procura de fontes alternativas de financiamento, como a possibilidade de uso integral dos recursos próprios - arrecadados por meio de parcerias com prefeituras, governos estaduais e empresas privadas - e a criação de fundos patrimoniais.

A mudança na regra de uso de verbas próprias já era estudada desde a gestão Michel

Temer. Até 2015, as instituições contornavam a redução de verbas da União com a captação de recursos próprios, como cobrança de aluguel por uso de espaços, prestação de serviços, contratos de pesquisa e taxa de matrículas (para cursos de extensão). Mas, com o teto federal de gastos, qualquer "excesso" de arrecadação deve ser usado para abater a dívida pública e a universidade não fica com a verba.

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo apurou, a ideia é que o Future-se seja sustentado por um fundo soberano de conhecimento privado e os recursos iniciais viriam da alienação ou concessão de patrimônio da União. E, para disputar as verbas, as instituições precisariam investir em eixos como gestão, governança, empreendedorismo, pesquisa, inovação e internacionalização.

Outra alteração seria na lei que regula fundos patrimoniais - sancionada com veto por Bolsonaro em janeiro, o que impediu as fundações de apoio das universidades públicas de atuarem como gestoras dos fundos patrimoniais filantrópicos. A ideia é rever o veto.

Representantes do MEC também querem implementar o modelo de Organizações Sociais (OS) para cuidar de serviços como limpeza e segurança. Nesse caso, as verbas não vão contar para efeito do teto constitucional de gastos públicos. Nas redes sociais, Weintraub disse que proporá um "modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, Estados Unidos, etc".

Discussão

A autonomia administrativa das federais é prevista na Constituição, mas na prática elas dependem do governo para a execução orçamentária e as verbas são repassadas com rubricas específicas. O cálculo da verba de cada instituição é feito por uma matriz que considera fatores como o total de alunos, de cursos, entre outros.

Especialistas em financiamento do ensino superior defendem a diversificação de fontes de recurso das universidades. Mas alertam que nenhum país conseguiu manter instituições de ensino públicas só com parcerias privadas.

Um estudo da Câmara do ano passado mostra que, em 2010, as universidades e os institutos federais chegaram a usar R\$ 1,6 bilhão de recursos próprios para cobrir despesas. Esse montante vem em declínio e chegou a R\$ 700 milhões, em 2017.

Os reitores temem que o novo modelo seja mal interpretado pelo governo, já que a arrecadação com convênios é um valor muito pequeno diante dos custos das instituições. Além disso, o total arrecadado com as parcerias vai especificamente para as áreas que a captaram.

Má gestão

O MEC informou ontem que tomará medidas administrativas e judiciais para responsabilizar envolvidos em uma suposta "má gestão" na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Na manhã de terça, a UFMT teve a luz cortada em todos os cinco campi.

A instituição pediu ao MEC liberação de verba para pagar a conta de luz e, segundo a pasta, foi autorizado um repasse de R\$ 4,5 milhões. No fim da tarde, a energia foi religada.

A reportagem não localizou a reitoria para comentar a nota do MEC. O Estado mostrou esta semana que, após bloqueio de verbas, federais têm deixado de pagar terceirizados e já suspendem bolsas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC lança plano e diz que não falta dinheiro, mas gestão para universidades O ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante apresentação do programa Future-se Imagem: Reprodução

O MEC (Ministério da Educação) apresentou hoje o Future-se, programa que pretende estimular a captação de recursos privados para as universidades e institutos federais. O plano será de adesão voluntária pelas instituições. Segundo o ministério, o objetivo é estimular uma integração das universidades públicas com o setor privado.

Ao apresentar o plano, o secretário de educação superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, afirmou que "não é dinheiro que está faltando" nas universidades federais, mas sim gestão. "Gerenciamento dá muito trabalho para os reitores", afirmou.

O plano anunciado pelo MEC é dividido em três eixos: gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização.

Entre as propostas, o Future-se prevê limite de gasto com pessoal nas universidades e a criação de um fundo imobiliário com recursos iniciais de R\$ 50 bilhões --valor que viria da venda de patrimônio (terrenos e imóveis) da União.

Segundo Lima Júnior, o Ministério da Economia doou R\$ 50 bilhões em imóveis para a criação de um "funding" de R\$ 102,6 bilhões, que contará ainda com fundos constitucionais, recursos de leis de incentivo fiscal e da cultura e fundos patrimoniais.

Também constituem recursos do fundo a comercialização de bens e produtos com a marca das instituições apoiadas e o valor cobrado de matrículas e mensalidades de pós-graduação lato sensu nas universidades federais.

O plano prevê, entre outros pontos:

Estabelecer limite de gasto com pessoal das universidades, conforme estabelecido pelo comitê gestor do programa;

Criar fundo de investimento imobiliário e cessão de uso, concessão, comodato de imóveis;

Contratos de gestão com OS (organizações sociais), que poderão atuar na gestão de recursos e de patrimônio das instituições;

Criar "naming rights" em campi e edifícios;

Transformar atividades de extensão em atividades culturais para receber incentivos via Lei Rouanet;

Estabelecer requisitos de transparência, auditoria e compliance, vinculação a índices de governança;

Criar prêmio para os principais projetos inovadores;

Remunerar de forma privada professores com publicações em revistas de ponta e possibilidade de registro de patentes em nome deles;

Professores em regime de dedicação exclusiva poderão exercer atividade remunerada de

pesquisa na organização social contratada pela universidade, desde que cumpram sua carga horária ordinária;

Substituir o Idioma sem Fronteiras por parcerias com instituições privadas para promover a publicação em periódicos no exterior.

Outra alteração seria na lei que regula fundos patrimoniais, proposta pela gestão de Michel Temer (MDB) e sancionada com veto por Bolsonaro em janeiro --que impediu as fundações de apoio das universidades públicas de atuarem como gestoras dos fundos patrimoniais filantrópicos. A ideia, segundo o MEC, é rever o veto.

"A gente quer se transformar na Apex [agência de promoção de exportações do Brasil] da educação, a gente quer fazer com que a educação brasileira seja produto de exportação", afirmou Lima Júnior.

O plano será submetido a uma consulta pública a partir de hoje até o dia 7 de agosto. As propostas recebidas serão compiladas de 14 a 21 de agosto. A proposta final será enviada ao Congresso no fim de agosto.

No fim de abril, a gestão do ministro Abraham Weintraub impôs um bloqueio de 30% nas verbas discricionárias (que envolvem gastos como luz e água, mas não salários) das universidades federais. Segundo Weintraub, o bloqueio foi necessário devido à situação fiscal do país.

Organizações sociais

As universidades que aderirem ao programa poderão realizar contratos de gestão com OS (organizações sociais).

Os contratos de gestão poderão ser celebrados com OS já qualificadas pelo MEC ou por outros ministérios. A princípio, portanto, não haverá a necessidade de chamamento público. A OS contratada poderá participar da gestão de recursos e de patrimônio das instituições de ensino.

A cessão de servidores das instituições federais para as organizações sociais será facultativa. No caso de transferência, a remuneração e os encargos sociais e trabalhistas do servidor ficarão a cargo da OS.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Presidente da UNE faz protesto em evento do MEC: "Cadê o dinheiro?"

Durante o lançamento do programa de gestão universitária do governo Jair Bolsonaro (PSL), o presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) fez um protesto cobrando verbas para Educação. O estudante interrompeu a fala do ministro Abraham Weintraub nos primeiros minutos do evento para divulgar o projeto "Future-se".

"Ministro, cadê o dinheiro da Educação? O problema hoje é que a universidade não tem dinheiro para funcionar. Muitos estudantes estão desesperados porque não têm dinheiro para fazer pesquisa. Precisamos debater como devolver o dinheiro do contingenciamento", disse o presidente da UNE, Iago Montalvão.

A fala do estudante durou cerca de dois minutos. Enquanto cobrava investimento público na Educação e políticas públicas para universidades, o ministro e o secretário de

Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, ouviram o protesto.

"Como pensar projeto de futuro se no presente as universidades não funcionam? Nós precisamos de ajuda. Precisamos urgentemente de retomar os investimentos na universidade", disse Montalvão.

Após o ato, o ministro e o secretário convidaram o líder estudantil para sentar-se na primeira fila do auditório, ao seu lado.

"Acabou? Obrigado. É por isso que estamos em consulta pública, para escutar a sua opinião, que muitas vezes carece muito de informação", respondeu o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima sob aplausos, ao dizer que faria uma apresentação "bonitinha" para ele.

"A gente só pede para respeitar a opinião dos outros. Vem aqui, senta aqui com a gente", reiterou Weintraub. Acompanharam o evento reitores, técnicos do MEC (Ministério da Educação) e jornalistas.

O secretário é o responsável pelo projeto que visa flexibilizar os meios de conseguir investimentos privados para universidades federais.

A Educação sofreu contingenciamento no início do ano e gerou uma onda de protestos pelo país. Em razão do bloqueio de verbas, o ministro Weintraub foi convocado para prestar esclarecimentos ao plenário da Câmara.

Depois da apresentação do secretário, Weintraub convidou o presidente da UNE para se reunir com ele no ministério.